

UNESP



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO” • •

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara - SP

Matheus Silveira Lima

**PORTUGAL E O IBERISMO NA SOCIOLOGIA POLÍTICA
BRASILEIRA: MISCIGENAÇÃO, PATRIARCALISMO E
CENTRALIZAÇÃO**



Araraquara ••SP

Março de 2011

MATHEUS SILVEIRA LIMA

**PORTUGAL E O IBERISMO NA SOCIOLOGIA POLÍTICA
BRASILEIRA: MISCIGENAÇÃO, PATRIARCALISMO E
CENTRALIZAÇÃO**

Tese de doutorado apresentada como exigência para exame de defesa junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UNESP-Araraquara, sob orientação da Prof^a Dr^a Marcia Teixeira de Souza

Araraquara – SP
Março de 2011

TERMO DE APROVAÇÃO
Matheus Silveira Lima

**PORTUGAL E O IBERISMO NA SOCIOLOGIA POLÍTICA BRASILEIRA:
MISCIGENAÇÃO, PATRIARCALISMO E CENTRALIZAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como requisito à obtenção do título de
Doutorado

Examinador: Dr. Bernardo Ricúpero

Examinadora: Dr^a Vera Alves Cepêda

Examinador: Dr. Maria Teresa Miceli Karbauy

Examinador: Dr. Milton Lahuerta

Examinadora: Dr^a Marcia Teixeira de Souza [orientadora]

*A Mauro, que veio crescendo junto
com estas páginas*

Agradecimentos

A presente tese de doutorado não teria sido possível sem o incentivo e a orientação franca, aberta e precisa da Professora Marcia Teixeira de Souza. Se há algum mérito neste trabalho, uma parte considerável deve lhe ser atribuído, enquanto que os equívocos devem-se integralmente à minha teimosia. À Professora Marcia a minha profunda gratidão.

Agradeço ainda aos professores de ontem e de hoje, sem os quais a caminhada teria sido mais difícil: Marco Antonio Villa, Marco Aurélio Nogueira, Dagoberto Fonseca, os saudosos Evaldo Sintoni e Ney Vieira. Além de professor, o querido amigo Milton Lahuerta sempre foi uma fonte inesgotável de inspiração e de estímulo.

Estendo os meus agradecimentos às professoras Vera Alves Cepêda (UFSCar) e Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP), pelos apontamentos na qualificação e na defesa e pela orientação e interlocução permanentes nas aulas e também fora delas.

Minha família, entre mortos e vivos, trago comigo como a fonte fundamental da minha formação ainda hoje. Agradeço-lhes pelo apoio irrestrito de todas as horas alegres e tristes de viver comigo até o fim essa experiência de fazer uma tese: ao meu saudoso pai, Pompílio e à minha querida mãe, Maria do Rosário, minha avó Rita, os manos Mércia e Márcio, e a ampliação dos seus para a nossa família: Val, Edilson, Pedro, Júlia.

Minha esposa Camila e nosso garotinho Mauro viveram e sofreram comigo a dureza das longas ausências e sem a sua compreensão, paciência e estímulo este trabalho não teria nenhum sentido (e nem graça).

O estágio em Lisboa abriu-me um horizonte amplo de vivências, da qual a mais fundamental é a humana, vinda ao mundo sob forma de novas amizades e de velhas amizades revividas, tais como a de Marcos Ribeiro, Suzana Rosas e Rosimeire Montezelli. E Terêncio Lins, Alex Calvin, Thomaz Pelegrinni, Carolina Bortolli, Max Rubem, Patrícia Matos, Lena Bimbatti, Brenda Xisto e Ivete Cevallos foram os amigos que tornaram o desamparo de viver

longe algo muito mais aprazível. No mesmo sentido, o acolhimento institucional que tive no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa reforça em mim o sentimento de afeição por Portugal, país irmão e inspiração de ontem e de hoje. O professor Dr. José Manuel Sobral acolheu-me e apoiou-me de tal forma que senti-me mesmo em casa. Parte deste trabalho é fruto de sua influência e faltam-me as palavras para expressar a gratidão a que lhe devo.

Em Araraquara, minha segunda terra, o apoio e amizade fraterna de Alexandre e Sabrina, Dado, Ivan, Mateuzão, Carnaúba, Sandro, Fábio, Henrique, Gustavo e Natali foram sempre fundamentais. Estendo o meu agradecimento a Júnior, Amélia e Duda, Bruna, Sandra e Chiquinho e a todos os membros da família de minha esposa: os Timpani e os Ramal. Em São Carlos, os eternos companheiros de ciências sociais, Pedro, Nelson, Miliana, Sandro e Renné, são as presenças constantes do pensamento e da ação.

De Vitória da Conquista, minha terra, a lembrança dos meus amigos Vanderli, Humberto, Marcus, Samuel e Fábio são recorrências da vida que me faz crer que toda a vivência é coletiva.

Agradeço imensamente à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. UESB, pela liberação integral das atividades, sem a qual eu não teria tido condições de, ao mesmo tempo, ser pai, viver minha vida e ainda poder estudar e escrever os temas que compuseram esta tese. Na UESB, o apoio permanente dos amigos Fábio Mansano, Sônia Matos, Charles Santiago, Carlos Pérez, Braulino Pereira e Carlos Malhado foram sempre fundamentais.

Agradeço a CAPES pela concessão, pelo período de 11 meses da Bolsa PDEE, que me permitiu viver e pesquisar em Lisboa por quase um ano.

Finalmente agradeço à UNESP pelo conjunto da obra: aonde eu cheguei ainda garoto na graduação e que 13 anos depois “devolve-me” mais experiente e podendo usufruir da honra de ter um título seu de doutor, do qual sinto-me lisonjeado.

*“Mais do que prometia a força humana
Entre gente remota edificação
Novo Reino, que tanto sublimarão”
(Camões)*

*“Camões venceu a dificuldade pela imitação: não pretendeu interessar senão à pequena nação portuguesa, mas naquele momento em que a história de Portugal se confundiu com a maior transição do mundo moderno. O simbolismo dessa coincidência é que em Os Lusíadas a história portuguesa inteira aparece como preparação do grande momento histórico das descobertas, assim como o pequeno Rio Mondego desemboca no grande Oceano”
(Otto Maria Carpeaux, 2008. 1v. p. 434)*

Resumo

O presente trabalho trata de um período da história intelectual do Brasil, voltando-se para um momento importante da produção sociológica estilizada sob a forma de ensaio histórico do político, mas trazendo também contribuições substantivas à pesquisa acadêmica. Este período que abraça as duas possibilidades: sob forma ensaística, mas com conteúdo “científico”, recobre as décadas de 1910 e de 1920 com os primeiros estudos de Alberto Torres e de Oliveira Vianna, prossegue na década de 1930 com a obra de Gilberto Freyre e de Nestor Duarte e adentra a década de 1950 com a primeira publicação de Raymundo Faoro. Esses autores têm em comum o mesmo objeto, a formação social e política do Brasil em suas raízes mais profundas e, a partir da análise de suas obras mais importantes, é possível perceber, por um lado, como o tema da herança portuguesa e ibérica evoluiu entre nós e, por outro lado, notar também como o próprio pensamento brasileiro também evoluiu preservando esta temática, quando caiu em desuso a partir da década de 1960. O desenvolvimento da presente tese privilegiou a análise fundamentalmente conceitual da obra dos autores, em detrimento dos contextos, sustentando que a abordagem das temáticas mais históricas do mundo ibérico e sua influência, especialmente no campo dos *valores*, operou uma mudança disciplinar que em última instância formou uma tradição de estudos perfeitamente identificável com a sociologia política.

Palavras chave: Sociologia política – Pensamento brasileiro – História de Portugal - Iberismo – Cultura política

Abstract

This paper analyses the period of the intellectual history of Brazil that includes an important moment of stylized sociological production in the form of historical essay of the politics that also brought substantial contributions to the academic research. This period binds two possibilities: the essay form, but with "scientific" content, and it covers the 1910s and 1920s decades with the first studies of Alberto Torres and Oliveira Vianna and continues in the 1930s with the work of Gilberto Freyre and Nestor Duarte and enters the 1950s with the first publication of Raymundo Faoro. These authors have in common the same object, the social and political education of Brazil in its deepest roots. From the analysis of their most important works, it's possible to verify, in one hand, how the theme of the Portuguese and Iberian heritage has evolved among us and, on the other hand, notice how the Brazilian thought also evolved preserving this issue before it falls into disuse in the 1960s. The development of this thesis mainly focused on the analysis of the conceptual work of the authors above, despite of their contexts, sustaining that the approach of the historic thematic of the Iberian world and its influence, especially in the field of *values*, ran a disciplinary move that ultimately formed a tradition of studies identifiable with the political sociology.

Keywords: Political sociology - Brazilian Thought - History of Portugal - Iberism - Political Culture

SUMÁRIO

Introdução.....	12
------------------------	-----------

PARTE I – A SOCIOLOGIA POLÍTICA E A HISTÓRIA DE PORTUGAL: PLANO CRUZADO DAS DEFINIÇÕES

Capítulo 1 - Sociologia Política: teorização, método e seus primeiros teóricos no Brasil.....	31
--	-----------

1.1 – Reflexões metodológicas sobre a sociologia política.....	31
---	-----------

1.2 – A Sociologia política no Brasil.....	40
---	-----------

Capítulo 2 – De Aljubarrota a Alcácer-Quibir: entre a aurora e o crepúsculo, um sol do meio dia no mundo tropical.....	51
---	-----------

2.1 – Florescimento de Portugal.....	55
---	-----------

2.2 – Florescimento do pensamento português	60
--	-----------

2.3 – A tradição arianófila do pensamento português.....	70
---	-----------

**PARTE II – O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E SUA LEITURA DA
FORMAÇÃO PORTUGUESA. TEMAS E AUTORES FUNDAMENTAIS E SUA
EVOLUÇÃO.**

Capítulo 3 – Entre a sociologia e a política: Alberto Torres e Oliveira Vianna.....	77
3.1 - Alberto Torres e a invenção do realismo no pensamento social brasileiro.....	83
3.2 - Oliveira Vianna e o iberismo.....	90
Capítulo 4 - Os donos da Ordem na obra de Nestor Duarte e de Raymundo Faoro.....	108
4.1 - Portugal e a ordem privada.....	111
4.2 – O Brasil e a ordem privada.....	117
4.2 - Portugal e o patrimonialismo.....	119
4.4- Descentralização e Estado moderno.....	124
Capítulo 5 - A sociologia de Gilberto Freyre e a formação social portuguesa.....	137
5.1 - O pensamento sociológico brasileiro e a obra de Gilberto Freyre.....	139
5.2 – Gilberto Freyre e a história de Portugal.....	146
5.3 – Gilberto Freyre, historiador de Portugal.....	155
Conclusão.....	169
Referências Bibliográficas.....	175

Introdução

O presente trabalho procura mostrar como a temática da formação histórica e social portuguesa é fundamental para entender o Brasil. Tal questão é demonstrada na forma como vários temas aparecem na obra dos autores brasileiros.

Em um país de formação ainda recente, como é o caso do Brasil, é natural que a busca por uma identidade definida esteja sempre bem posicionada na ordem de prioridades de seus intelectuais, que para responder à pergunta sobre “quem somos nós?” tendem a inquirir sobre diversos aspectos da realidade e catalogar aqueles que demarcam de forma mais permanente a experiência vivida como composição social mais profunda e que tende a ser reproduzida sob forma de cultura, de instituições e de valores sociais.

A preocupação, no mais das vezes excessiva, dos intelectuais brasileiros com a identidade do Brasil é o único tema que atravessa, em algum momento, a sistemática das obras publicadas no século XX dedicadas à formação social do país. Repensar a identidade e a cultura política do Brasil a partir de seus autores é, portanto, uma agenda inesgotável de pesquisa, mas que pode tornar-se exequível quando inquirida a partir de um recorte, cotejando-o num conjunto delimitado de autores que se dedicaram ao tema em questão.

Esse *recorte* temático no trabalho, que ocupa as temáticas mais elementares da presente pesquisa, diz respeito à formação social e política portuguesa. Os autores tratados é o que qualificamos como primeira fase da sociologia política brasileira, um momento histórico em que as reflexões sobre o Brasil são apresentadas de modo a retomar temas recorrentes da historiografia e do pensamento social português em novas possibilidades analíticas. Destacando-se os aspectos mais amplos e significativos da história de Portugal e de suas tradições, bem como seus desdobramentos quando submetidas a outro meio físico, o do

Brasil, e em interpenetração com outras culturas a modificar-lhe e a reproduzir-lhe, ao mesmo tempo, os seus padrões.

Entendido o tema como *vivido*, isto é, a história como conexão de fatos sucessivos, foi dada prioridade em apresentá-los nos seus aspectos mais relevantes do ponto de vista dos valores mais fundamentais do *mundo português*, partindo sempre do que vimos tratando como o *pensado*, o que vem a ser o pensamento social português e brasileiro. Todavia, bem mais enfocado no segundo do que no primeiro.

Desse modo, numa apreciação preliminar, um grupo de autores ligados ao pensamento português é analisado tendo em vista os esclarecimentos de uma seqüência de fatos históricos que, *grosso modo*, é entendida como *florescimento*, no sec. XIV, seu desenvolvimento e os movimentos de expansão marítima e, finalmente, na inflexão conhecida como *decadência* da sociedade portuguesa no sec. XVI. Essa é a questão fundamental. Os autores portugueses enfocados - da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX - podem ser analisados, como procuramos demonstrar, numa grande linha de continuidade interpretativa com uma parte do pensamento social brasileiro do século XX, que lhe corresponderia em termos de temáticas abordada e de perspectiva teórica e epistemológica.

Aqui temos a intenção de qualificar como *ensaísmo* português – ensaísmo na melhor acepção do termo – certas passagens conjecturais da *História de Portugal* de Alexandre Herculano e, em continuação, algo do espírito da obra de Antero de Quental e de Oliveira Martins. No mesmo sentido, o que seriam as histórias de Portugal de Antonio Sérgio e de Jaime Cortesão. Esses autores têm em comum uma defesa do florescimento português como resultado de valores distintos em relação à Europa feudal e mergulhada no ostracismo dos valores medievais. No mesmo sentido, é possível perceber nesses autores como a escolástica,

em grande medida apresentada à Península a partir do Califado de Córdoba, lhe promove uma abertura que repercute em sua missão de perscrutar uma nova relação com o conhecimento¹.

Observando a formação portuguesa, esses autores lhes descortinam o que seriam os seus valores fundamentais, que lançaram os portugueses à expansão através da obra das navegações. Esta obra, por sua vez, aparece em alguns desses autores como a implicação mais importante do Estado português, precocemente unificado. Esse momento da história portuguesa lhe granjeia como saldo as novas condições materiais, que se traduzem num novo posicionamento no âmbito do poder europeu e nas condições do Reino; na percepção de sua elite sobre o seu papel como Império e, finalmente, nos desdobramentos posteriores que estabelecem as novas concepções valorativas, responsáveis pela sua lenta e prolongada decadência².

Assim, todo o Capítulo 1 dedica-se a entender os valores que levaram os portugueses à centralização do poder no seu território e, em seguida, os fundamentos que os levaram às expansões ultramarinas. Para tal, ocupa o primeiro plano a noção ligada ao cosmopolitismo português, mas também o tênue equilíbrio das formas do catolicismo que impulsiona essa expansão, através de uma mística das cruzadas que já lhes havia preparado espiritualmente para a busca e o enfrentamento do desconhecido.

Há, portanto, um Portugal proto-moderno: o do Estado precocemente unificado e o das expansões ultramarinas que os leva ao espaço ampliado que vem a ser o seu Império. Mas também há um outro Portugal, de modernidade interrompida: o *ultramontano* e tendencialmente *sebastianista* que se afasta dos valores mais fundamentais de uma Europa mais liberal e de uma cultura política mais aberta e com uma perspectiva nítida de superação do pensamento escolástico e metafísico.

¹ Cf. Quentin Skinner, (1996, p. 71 e seg.) e Rubem Barboza Filho (2000) sobre esse tema.

² Outra convergência do pensamento social português e da sociologia política brasileira é a normatização causal que põe em primeiro plano os valores e a partir deles as implicações mais fundamentais da vida material de modo geral. Raramente o contrário.

Essas questões, resumidas no florescimento e decadência do *mundo português* estão problematizadas no pensamento brasileiro de outras formas: na negação do papel do colonizador português; sua incompatibilidade com o mundo moderno – tema esta será uma obsessão nos anos 30 - e suas instituições que favorecem uma estratificação rígida. O excesso de religiosidade que impede a proliferação do conhecimento e retarda o seu alinhamento com um pensamento desviante e inovador em relação às possibilidades já esgotadas pela escolástica.

Todas essas questões estão colocadas de modo claro no pensamento brasileiro e são sobejamente trabalhadas em teses acadêmicas. O que ora pretendemos mostrar é que nem sempre a tônica da crítica sociológica se enviesa pelo *decadentismo*, mas que também busca recuperar elementos importantes do momento máximo do florescimento português para posicionar os termos e motivações em que se realiza a colonização do Brasil. Essa recusa da negação do colonizador português permitiu um desenvolvimento importante da sociologia brasileira, especialmente se tivermos em conta que são deslocados os elementos da análise racial para uma análise mais histórica. No mesmo sentido, quando reposiciona o papel do homem português na colônia, conflui para uma análise concreta do real, o que é capaz de oferecer à sociedade brasileira formas novas de aceitação, sem as quais seria impossível transpor a fórmula fácil (e equivocada) do branqueamento, por exemplo. Mas, superando também a formulação igualmente fácil do nativismo, “a velha mania da *nobreza tupinambá* de que muitos brasileiros são ainda em extremo afetados”, segundo afirma Silvio Romero (2001, p. 983).

Quadro geral de idéias trabalhadas na tese

Vivido		Pensado	
História de Portugal Sec. XIV e XV	História de Portugal Sec.XVI e XVII	Pensamento Social Português, séc. XIX e XX	Pensamento Social Brasileiro no Sec. XX
Reconquista na Península Ibérica. Unificação do Estado. Navegações, descobertas e expansão Cristã.	Jesuitismo Queda de Dom Sebastião Período Filipino Restauração Aliança Inglesa	Alexandre Herculano, Antero de Quental, Oliveira Martins, Jaime Cortesão, Antonio Sérgio.	Alberto Torres, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Nestor Duarte, Raymundo Faoro,
Significados			
- Constituição da nação independente e coesa e que chega ininterruptamente aos dias atuais. - Formação do Império Português - Estabelecimento de novas bases comerciais entre os cinco continentes.	- Avanço de outras nações imperiais européias e perda de partes importantes do Império Português - Capitulação à Coroa Espanhola e posterior separação da Espanha à custa de uma nova aliança com a Inglaterra que tornam o país praticamente dependente deste último.	- Buscas das raízes mais profundas de Portugal - Resgate do papel dos povos não-europeus (árabes e judeus, principalmente). - Articulação da temática da decadência portuguesa no Século XVII	- Análises que consideram o fenômeno social e político a partir das condições materiais da colônia, o que antes não havia. - Dentre as quais os significados do Brasil na expansão portuguesa e européia de modo geral. - Depuração do alcance da abordagem racial. - Criação de um léxico conceitual das ciências sociais ainda hoje válidos.

Nesses termos, o primeiro autor brasileiro analisado é Alberto Torres (1865-1917), político e jurista fluminense, que exerceu cargos importantes, como Juiz do Supremo Tribunal Federal e Governador do Rio de Janeiro. Homem de vasta cultura e de atinado sentido prático, sua obra reflete esses dois aspectos de sua biografia, na medida em que seus ensaios de teor mais sociológico revelam análises bastante distanciadas de ideais utópicos de composição política ou de leis constitucionais que aperfeiçoassem a realidade política, toda ela resistente aos princípios evocativos da tradição liberal e suas instituições perfeitas. Contrário a essa perspectiva, Alberto Torres se dedica fundamentalmente a mostrar a formação social brasileira tal qual ela era para, só então, poder pensar-lhe uma política adequada às suas tradições. Em seu julgamento interagem ao mesmo tempo os aspectos étnicos e históricos das matrizes que compuseram, na trama da colonização, a formação do Brasil, sem que qualquer um, dentre os muitos aspectos que teriam influenciado nessa formação, viesse a sobrepor-se como causalidade fundamental, o que dá a esses escritos um sentido de complexidade e de pluralidade causal.

Essa perspectiva de Alberto Torres que pode ser considerada não mais como precursora, mas *de fato* como análise sociológica do político, é um ponto que já surge como elemento teórico mais naturalizado na obra de Oliveira Vianna (1883-1951), que se detém também em aspectos variados da formação nacional, mas trazendo elementos mais numerosos da historiografia e de suas fontes, a partir de então cada vez mais valorizadas, presentes nos cronistas coloniais. Com mais elementos, pode rediscutir a formação brasileira em dimensões que a obra de Torres não chegou a contemplar, tais como a irradiação geográfica do homem português pelo continente, através das bandeiras, e o significado que estas tiveram no país em formação, cuja ocupação do território, nos termos analisados por Vianna, inserirá cadeias de significados sobre a vida política do país que terá uma influência gigantesca na sociologia brasileira. Sua idéia fundamental é a de que o homem português leva vida civil ao seu

continente (particular) conquistado, mas proscree qualquer vida política autônoma, o que lhe hipertrofia o poder senhorial privado, ocupante dos imensos vazios de poder que deviam ser preenchidos. Nesse aspecto, seriam indelevelmente separadas as tradições mais comunitárias portuguesas e as brasileiras, de feição latifundiária e sem nexos social ou político entre a população rural, desorganizada e lançada à própria sorte.

Torres e Vianna têm suas obras analisadas conjuntamente porque ambas se imbuem dessa mesma perspectiva de confrontar a história nacional a uma cadeia de valores e de novos significados, inaugurando com sua obra uma interlocução permanente sobre os significados da obra colonial portuguesa para o Brasil moderno.

A geração seguinte de pensadores políticos no Brasil analisa a formação do país já tendo as referências marcantes do *varguismo* sobre a percepção dos seus referenciais. No caso de Nestor Duarte, homem de vida pública no parlamento e também professor de Direito Constitucional e escritor, as vicissitudes do momento em que escreve seu livro máximo, *A ordem privada e a organização política nacional* (1939) em que ele se dedica a esmiuçar as condições históricas em que o Brasil se forma, o influenciam no seu diagnóstico da realidade nacional. Evidenciando no primeiro momento a excessiva religiosidade do povo português, ao mesmo tempo em que demonstra que as muitas instituições corporativas da vida social portuguesa concorriam com o Estado pelo poder de mando, Nestor Duarte vê esse processo a partir de uma dialética muito refinada, que por um lado percebe a formação do Estado português feita precocemente para combater os muçulmanos e os castelhanos, mas ao mesmo tempo esse “congestionamento” de corporações impede que esse Estado se forme completamente e tome feições de poder público. Organizados, portanto, sob a égide do poder privado, Nestor Duarte conclui que as imensas distâncias e o patriarcalismo de recorte português, desenvolvido ao extremo na colônia, confluem para a constituição de uma ordem privada no Brasil.

Quase na mesma linha, mas promovendo uma virada conceitual de grande significado, Raymundo Faoro entende esse mesmo processo de constituição do Estado português sem as interferências de outras instituições e corporações a concorrer-lhe na sua capacidade de mando, o que faz com que o Estado opere diretamente do Rei, com o conluio de seus funcionários, sobre a sociedade, que em nada lhe pode opor reparos à sua vontade. Tal processo é qualificado por Faoro como patrimonialismo, evocando, portanto, a teoria de Max Weber sobre as formas de dominação. Assim, o patrimonialismo seria a forma por excelência do Estado português.

Desse modo, percebemos que dominava na sociologia política de Alberto Torres Oliveira e Vianna uma fundamentação mais cultural, visando a caracterizar o *tipo social* que veio de Portugal e a partir daí as implicações fundamentais de sua obra desgarrada nos imensos espaços: ora se aproximando das tradições portuguesas, ora tendo o personalismo patriarcal do trópico a lhe deformar em suas bases mais fundamentais.

Já na geração seguinte, de Duarte e Faoro, ocupa o primeiro plano as definições do Estado português em suas relações fundamentais. Ora caracterizado pela sua desorganização e descentralização extrema, ora tido como exemplo expressivo de excesso de centralização e de aproximação com o absolutismo.

Finalmente, uma última caracterização sobre o papel da cultura portuguesa na configuração das relações na Colônia, bem como de sua herança elementar para o futuro país, aparece na obra da década de 1930 e de 1940 de Gilberto Freyre. Tendo em vista a necessidade de posicionar, no âmbito estrito da cultura, a contribuição das distintas matrizes étnico-culturais que formaram o Brasil, Freyre concebe *Casa-grande & Senzala*, publicado em 1933, dentro de um quadro teórico que por um lado problematizava sua tese fundamental a partir da negação das teses racistas presente no pensamento brasileiro de modo geral e por outro lado lançava um olhar multidimensional para a sociedade brasileira. Um olhar

epistemologicamente avançado, configurando um campo de compreensão da sociedade brasileira que incluía o cotidiano e os elementos mezinhos da vida privada, ao mesmo tempo em que posicionava os valores culturais de diversos povos que influenciaram a sociedade brasileira.

Nesse aspecto, o que Freyre tem como liame fundamental da sociedade portuguesa reproduzida no Brasil é sua capacidade heurística de adaptar valores e natureza (ou meio físico) na constituição de formas sociais novas. Essa característica portuguesa teria sua gênese na bi-continentalidade da sociedade portuguesa, dividida entre as suas referências primordiais do mundo cristão-românico e as formas que lhe são sobrepostas pelo domínio árabe. Teria a sociedade brasileira sido formada também nessa hibridez identitária e, portanto, se sujeitando permanentemente às novas composições entre os diferentes, desde que as premissas fundamentais de ocupar o continente, povoá-lo sem ônus, arranjar fieis para Jesus Cristo e, finalmente, ouro para a Coroa, fossem contemplados. Essas idéias de Freyre serão, em suas obras publicadas nas décadas seguintes, radicalizadas, de onde surge o luso-tropicalismo.

Desse modo, em perspectiva, o que se pode constatar é que as visões sobre o papel do colonizador português e de suas instituições políticas foram entendidas no Brasil de forma bastante heterogênea. Portanto, a escolha desses cinco autores que trataram do tema³, permite uma reconstrução coerente de possibilidades de entendimento do significado de Portugal para o Brasil, para falar de forma mais aberta e indo mesmo direito ao ponto.

Como veremos, se os autores portugueses, que apresentamos brevemente na presente tese no capítulo 1, buscam a história de seu país em suas origens remotas, ora reposicionando o papel absolutamente fundamental da herança legada pelas antigas províncias romanas ao longo de seu atual território, mas também percebendo as possibilidades de conexão com o

³ Escolha esta que está justificada no capítulo 2, dedicado inteiramente às questões metodológicas.

passado dos Lusitanos, passando finalmente ao legado dos suevos e visigodos e depois dos árabes, notamos que essa discussão já não aparece nos autores brasileiros. Para eles o que existe é um Portugal íntegro e unificado, já distinto das demais nacionalidades ibéricas e com uma cultura unificada em seu território independente. Antero de Quental (1872) chama a atenção, em ensaio compilado em sua obra filosófica, que os portugueses sempre existiram de forma definida, enquanto que na Espanha fala-se em castelhanos e catalães, na Alemanha em Prussos e Bávaros, na Itália em Lombardos e Sicilianos, e assim por diante.

Logo, os portugueses seriam para os brasileiros o que foram os lusitanos para os portugueses. Todavia, é importante salientar que essa associação entre lusitanos e portugueses triunfou mais no Brasil do que em Portugal. No Brasil, portugueses e lusitanos são a mesma coisa, é como se sinônimos fossem, em Portugal essa associação não é tão imediata.

Finalmente, o que pretendemos demonstrar na presente tese é que a problematização da história de Portugal é um tema fundador na sociologia política brasileira, em grande medida por que é - senão o seu objeto principal - um ponto muito importante e que pelas suas características exige um enfoque multifacetado e pluricausal, de onde provêm aperfeiçoamentos importantes da sociologia brasileira num sentido de uma sociologia política dos valores. Como veremos detidamente no capítulo 2, essa caracterização metodológica adéqua-se perfeitamente tanto às características da formação portuguesa, quase sempre infensa às definições simplistas das teorias raciais, e mais ainda da formação brasileira, etnicamente ainda mais heterogênea que a portuguesa, o que, cedo, lhe delineou como campo possível de análise as motivações outras para além daquelas orientadas tão-somente pelo meio físico e pela “raça”.

Portanto, uma recapitulação dos autores brasileiros estudados em seus principais argumentos leva, como veremos, à seguinte organização, sempre sujeita aos pequenos desvios e contradições:

- Portugal é para os autores brasileiros uma nação unificada do ponto de vista lingüístico e cultural.

- Há escassas variações entre as distintas regiões portuguesas. Exceção que deve ser aplicada à argumentação de Oliveira Vianna, que propõe que o Brasil teria sido colonizado predominantemente pelo Norte Português, que seria mais ariano e celta, portanto, no seu esquema conceitual, mais branco e evoluído que os oriundos de outras regiões.

- O Estado português é tido como precocemente unificado, mas para Vianna, Freyre e Duarte essa unificação nunca se completa, ao passo que Faoro entende que ela se completa e se organiza em torno do Rei.

- Para todos esses autores, no entanto, o Estado português não conhece a abertura que abrigará os elementos que compõem o moderno Estado liberal-democrático, mas evolui gerando desvios.

- Esses desvios serão acentuados na Colônia e florescerão instituições irregulares em relação àquelas da metrópole e abrigarão elementos estruturadores de uma cultura política definidamente anti-liberal, também nomeada como iberista, e este será o grande debate sobre as reais possibilidades de modernização do país.

- Chega-se, assim, finalmente a uma espécie de atualização da questão do americanismo *versus* iberismo, na medida em que Torres e Vianna, vêem possibilidades de aperfeiçoamento da vida institucional e, sobretudo, econômica, apesar do iberismo, enquanto que Duarte e Faoro carregam um pessimismo que resulta de suas visões macro do país, ora organizado pela ordem privada, ora pelo patronato. Gilberto Freyre, finalmente, entende que a modernização do país é um fato que já se liga aos eventos de 1808, que a europeização supõe referências diversas, mas todas convergentes com a modernidade.

- Desse modo, a herança portuguesa tem dois campos de análise: o vivido e o pensado. Em ambos os casos, a expressão da nacionalidade brasileira atualizada em torno de um

projeto de modernidade inclui a superação de ambas as referências, dos fatos históricos e do pensamento que lhe correspondia até meados do século XX. Ao mesmo tempo, o reconhecimento dessa herança é o fator fundamental de definição identitária, no campo do vivido, e de definição intelectual, no campo do pensado.

O desenvolvimento das ciências sociais no Brasil passou por um processo bastante acentuado de institucionalização ao longo do século XX, o que veio a se refletir na consolidação das chamadas linhas de pesquisa e, dentre todas as existentes no campo da sociologia, possivelmente, a que se dedica ao "Pensamento social brasileiro" é a que, de maneira mais direta, abriga a história intelectual e institucional do país. Através dessa especialidade são retomados os autores do passado e do presente que têm suas obras submetidas aos novos estudos e apreciações. Nessa linha, o presente trabalho buscou estudar, a partir de uma perspectiva teórica ligada à sociologia política, o histórico da presença da noção de "herança portuguesa" entre um conjunto de autores brasileiros, freqüentemente nomeados pela sociologia mais contemporânea como *ensaístas*, em grande medida porque abordam a formação social e política do Brasil a partir de um registro histórico mais longo, conduta, aliás, bastante comum na primeira metade do século XX, quando as ciências sociais no Brasil ainda passavam por um processo inicial de constituição de uma comunidade acadêmica e os estudos sociais se apresentavam entre linhas de indistinção entre história e sociologia, para se atentar apenas à intersecção mais recorrente e conhecida.

Essa conduta ensaística – considerando a liberdade interpretativa e de conjectura sobre temas amplos que só o ensaio⁴ pode oferecer – deixou um vasto conjunto de análises sobre o Brasil, de modo tal que ainda hoje repercutem nas ciências sociais praticadas já sob critérios mais acadêmicos e especializados: seja nas pesquisas de sociologia política e sobre o pensamento social brasileiro presentes em grande parte dos programas de pós-graduação em ciências sociais, mas, também, nos novos ensaios que retomam e atualizam de modo posicional as idéias que circularam no passado, filtrando o que ainda se revela como explicação que alcance o momento presente, forjando, permanentemente, o que seria o *cânone* das ciências sociais brasileiras, ou mesmo dando a medida das continuidades que formaram, no pensamento social brasileiro, as suas principais linhagens e tradições. Essas linhagens vão se formando tendo como histórico importante, mas que vai sendo abandonada ao longo do século XIX, da velha tradição dos cronistas coloniais e suas descrições, muito importantes ainda hoje para a historiografia, mas carentes de uma interpretação vigorosa que trouxessem, junto consigo, teorias que revelassem o sentido da colonização e as vigas que sustentavam institucionalmente o país.

Assim, de fato, as últimas décadas do século XIX e primeiras do XX são os momentos marcantes do florescimento do pensamento social e político no Brasil. É possível que em Portugal o mesmo não tenha se passado de maneira correlata, uma vez que a historiografia portuguesa vem de tradições mais antigas, por motivos que evocam a antiguidade maior de sua própria nacionalidade e que, por isso também, sempre trabalhou com um registro histórico ainda mais longo, evocando suas raízes célticas, romanas, suevas, visigóticas, árabes e judaicas, consolidando temas que são estranhos às tradições da sociologia brasileira, como, por exemplo, conceber possíveis valorações às diversas matrizes étnicas e civilizatórias que formaram o norte e o sul de Portugal, obtendo daí uma identidade mais profunda e mais

⁴ Brandão (2007) , ampliando o conceito, trata como “ensaio histórico sobre a formação nacional”. (p. 26).

verdadeira. Sobral (2004) faz um levantamento substantivo de como o tema das origens remotas do povo português, em termos históricos e também raciais em sua distribuição geográfica, mobilizou importantes autores portugueses dos séculos XIX e XX. No caso da produção sociológica do Brasil, por exemplo, essa mesma abordagem sobre quais as raízes que assentaram a nação portuguesa nunca teve o mesmo alcance, não ultrapassando a própria presença portuguesa no país com o *dado* que, de partida, Portugal sempre foi considerado entre autores brasileiros como uma nacionalidade consolidada, sem urgências em determinar a genealogia de seu povo. Exceção, claro, aos diversos elementos do mundo árabe que teria sobrevivido na Península Ibérica e aportado também no Brasil ⁵.

As poucas análises de autores brasileiros sobre o tema corroboram essa regra: a análise da genealogia do povo português evoca, antes, a tese corrente da arianização histórica do norte português, como em Oliveira Vianna (1987), por exemplo, ou na caracterização da miscigenação como identidade profunda do povo português, tese central de Gilberto Freyre (2000) não havendo uma associação da formação do Brasil a partir de alguma ancestralidade mais remota advinda de Portugal e sua herança, que possibilitasse, por fim, conectar o Brasil com outras referências que lhe granjeassem uma explicação para sua formação.

Assim, é possível crer que Portugal aparece íntegro no pensamento social brasileiro, sem matizações étnico-raciais de longo alcance e tampouco com genealogias que conectem o país às civilizações de passado remoto, uma vez que a preocupação dos autores brasileiros está mais direcionada aos aspectos da sociologia política, ou, em última instância, da influência da cultura política sobre as instituições; secundariamente em explicar as raízes do atraso ou do retardamento de um projeto de modernidade. Nesta missão, portanto, o Portugal que emerge, em linhas gerais, é o de antes das navegações, ligado ao feudalismo, ou depois das descobertas, sendo ressaltada uma suposta decadência.

⁵ Tema que constitui uma das linhas de argumentação do estudo “Mouros, Franceses e Judeus”, de Luís da Câmara Cascudo (2001).

A partir destas considerações, torna-se possível delinear com mais nitidez as diferenças entre o pensamento social brasileiro e o português. De início, pode-se considerar, por exemplo, que parte significativa da produção da sociologia política brasileira é marcada pela urgência modernizadora que ocupa o país ao longo de toda a década de 1920, para tornar-se verdadeira obsessão na década seguinte (Cf. PIVA, 1997) ocupando o primeiro plano e tornando-se determinante nos projetos distintos e opostos sobre quais as vias que levariam à “superação do atraso” (BRANDÃO, op. Cit, p. 36).

Portanto, na medida em que o pensamento social brasileiro traz no bojo de suas interpretações uma tentativa de resposta aos desafios da modernidade, bem como a urgência em se chegar a ela, como projeto que triunfou de forma quase imperativa no Brasil, cabe a pergunta se tal processo histórico teria se dado também em Portugal, no mesmo período e com as mesmas preocupações, forjando linhagens de pensamento próximas às brasileiras.

Pode ser apressado concluir que essas temáticas não foram ocupadas pelas ciências sociais portuguesas, ou especificamente pela sua sociologia política, mas, a se considerar que a cronologia da "consolidação" da sociologia portuguesa dá-se tardiamente em relação ao Brasil, a partir de 1952⁶, e que antes disso os temas que no Brasil sempre estiveram ligados às ciências sociais, em Portugal foram desenvolvidos, em grandes linhas de continuidade, pela historiografia, há que se aventar, pois, que a tarefa de buscar entender a sociologia política portuguesa é uma tarefa sem atalhos.

Logo tentamos lançar aos autores portugueses as mesmas perguntas que os autores brasileiros apresentam como resposta, mensurando os significados da formação social e política portuguesa como pressuposto de uma cultura política específica, que influenciou o Brasil em distintos níveis de gradação, que ocupa, portanto uma centralidade na sociologia política brasileira, seja para reafirmar continuidades ou rupturas importantes. Seguindo essa

⁶ Cf. FERREIRA, 2006.

linha, o esforço teórico da presente tese é apresentar o que os autores brasileiros teorizaram sobre Portugal, mas também submeter suas teses a um movimento de confrontação, por um lado com a historiografia portuguesa e por outro com os primeiros *ensaístas* ligados às ciências sociais de lá, e que realizaram obra correlata a que foi feita no Brasil, para, daí por diante, poder cotejá-los todos em suas teses fundamentais.

Se os chamados “ensaístas brasileiros” se ocuparam em detalhar a conexão da formação brasileira com a herança portuguesa pela via da *história*, essa outra tradição de estudos identificada com o conceito de iberismo direcionou esforços interpretativos ao *pensamento* e à *especulação filosófica*, posicionando-se, a partir daí, sobre os valores culturais e políticos do mundo português, o que inclui o Brasil, mas, margeando também o mundo ibérico de modo geral.

O exemplo mais notável dessa busca de uma identidade ibérica tem lugar com a publicação de *Ariel*, do escritor uruguaio José Enrique Rodó, em 1900. Neste ensaio, Rodó pontua que a especificidade latino-americana estaria fundada na vida comunitária e orgânica em contraposição ao utilitarismo materialista norte-americano⁷. Este livro, de certo modo, inaugura o tema da especificidade do iberismo e seu *leitmotiv* será retomado quase um século depois por Richard Morse em *O espelho de Próspero*, painel amplo da cultura política e filosófica do mundo ibero-americano e suas conseqüências na história da América Latina, que, segundo o autor, implicou a partir do Século XVIII que “A Ibéria existia num mundo que não havia sido feito por ela” (MORSE, 2000, p. 72), porque seu projeto de resistência às duas revoluções que moldaram a face do mundo moderno malogrou. (Id, p. 29).

Na mesma linha, mas ressentindo-se de uma tese central - ainda que sujeita às controvérsias, como no livro de Morse⁸ - que articule uma interpretação original sobre a identidade ibérica e sua (suposta) recusa ao mercantilismo, a temática da *iberidade* é

⁷ O contexto da recepção do livro de Rodó recebe análise detalhada em “O Brasil e a distante América do Sul” de Maria Lígia Coelho Prado (S/D).

⁸ CF. SCHWARTZMAN, 1988.

retomada em *A Grande Ibéria*, de Vamireh Chacon (2005), no qual o autor pode lançar novos olhares sobre os significados múltiplos dessa identidade ibérica a partir das relações entre o mundo espanhol e português na Europa e na América⁹, pontuando as muitas aproximações e momentos de afastamento radical, tendo o cuidado de chegar ao momento presente com a finalidade de também fazer apontamentos para os caminhos futuros dessa iberidade. Atualiza a discussão ao mesmo tempo em que apresenta vasta bibliografia sobre a temática.

Publicado um pouco antes do livro de Chacon, Rubem Barboza Filho (2000) em *Tradição e artifício* trata o Barroco e, segundo ele, suas formas centralizadoras e comunitárias como a constante explicativa mais importante da América Portuguesa. Ela seria a face mais reconhecidamente identificada como a mais conservadora da civilização ibérica, pois junto à tomada de consciência de sua especificidade, viria também o seu apego à sua cultura, que no aspecto político imbuíu os seus homens na América de uma inclinação à natureza enquanto *lugares*, através dela procurando reconstruir tenazmente, quando longe da casa, seus valores mais profundos, o que inclui a difícil integração do apreço ao espaço da comunidade conjugado ao respeito às estruturas de um Estado que se constitui de forma centralizada.

Werneck Vianna (1997), por sua vez, nega que o iberismo tenha sido a única influência no continente latino-americano¹⁰, passando a rememorar as independências, a inconfidência mineira, o bolivarismo e a adesão ao iluminismo europeu. Esse liberalismo, diz ele, mostrou-se inviável devido à inexistência de cidadãos e de trabalho livre e de mercados. (Cf. VIANA, 1997, p. 128). Evocando claramente o Oliveira Vianna de *Populações Meridionais do Brasil e de Instituições Políticas Brasileiras* em tais premissas a respeito do desencontro entre a realidade e estas idéias criadas de forma abstrata pelas elites, endossa que elas “criam para [seu] uso um Brasil artificial” (OLIVEIRA VIANNA, *apud* VIANA: 1997,

⁹ O historiador e cientista político venezuelano, Carlos Rangel (1981, p. 24-5) também se utiliza do critério de diferenciar o Brasil e sua experiência histórica de seus vizinhos americanos, especialmente nos diferentes rumos institucionais tomados por um e outros nos momentos cruciais das Independências no século XIX.

¹⁰ Em texto bastante conhecido sobre o iberismo, o ensaio “Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos”.

p. 145), quando a solução seria, ainda segundo Oliveira Viana na interpretação de Werneck, que “sob a coordenação corporativa, a Ibéria pode se abrir ao moderno sem subverter-se” (Id., 160) chegando ao liberalismo não como aprendizes, mas como inventores de um novo modelo político. (Id. 162).

Como já dito, esse debate, que foi bastante intenso, caiu, de certa forma, no esquecimento, por obra, é bem possível, da característica *impressionista* do tema em face da profissionalização e especialização dos estudos sociológicos no Brasil. Todavia, revisitá-lo à luz do eixo central da tese sobre “os autores da sociologia política brasileira e a questão da herança portuguesa” requer uma nova leitura do tema do iberismo, como margeamento importante do debate sobre os significados da herança portuguesa. Nessa incumbência, é fundamental refletir sobre a temática do iberismo a partir também das reflexões lançadas pelo que seria o seu “objeto”: na medida em que este objeto inclui também a sociedade portuguesa e seus valores, tornou-se imprescindível conhecer o que pensam seus intérpretes mais importantes, revelando outra perspectiva de análise, que incluía demandas específicas do debate da sociologia portuguesa sobre a formação ibérica e suas implicações para a sua cultura política, dando, portanto, os subsídios necessários para desenvolver esse mesmo tema a partir dos autores brasileiros, desta vez de forma confrontada, posicionando os andaimes e as continuidades entre as duas tradições do pensamento social.

Finalmente, a presente tese procura responder também às questões estritamente teóricas, na medida em que se propõe a sustentar como elementos teóricos fundamentais a idéia de que a sociologia política no Brasil modernizou as leituras sobre a formação social do país, contrapondo a experiência da modernidade ocidental ao *constructo* teórico do atraso econômico e institucional do Brasil até 1930, a partir daí criando um léxico conceitual mais denso¹¹ e que torna inteligível o atraso, suas raízes e os distintos projetos para sua superação.

¹¹ Temática que pude desenvolver extensivamente em artigo recente publicado na Revista Configurações, ligada À Universidade do Minho, em Portugal. Ver : LIMA, 2007.

**PARTE I – A SOCIOLOGIA POLÍTICA E A HISTÓRIA DE PORTUGAL: PLANO
CRUZADO DAS DEFINIÇÕES**

Capítulo 1 - Sociologia Política: teorização, método e seus primeiros teóricos no Brasil.

“Os homens, numa morada tão sujeita a mudanças, vivem numa condição igualmente incerta: cem mil causas podem agir, capazes de destruí-los e, com mais forte razão, de aumentar ou diminuir seu número” (Montesquieu, 1991, p. 184)

1.1 Reflexões metodológicas sobre a sociologia política.

O inequívoco *status* de ciência que presentemente se atribui à sociologia - termo cunhado por Auguste Comte, mas, então, sem um arcabouço conceitual e tampouco um desenvolvimento metodológico adequado – em grande medida é fruto da obra de Durkheim, tornando-a uma referência importante também no levantamento dos critérios para se inferir sobre a autonomia de uma ciência que se pretenda específica. Em *As regras do método sociológico* ele afirma que Comte teria tomado as “*idéias* como objeto de estudo” (DURKHEIM, 1973 p. 398), chamando a atenção, adiante, para o fato de que uma ciência para se constituir de forma autônoma deve ter um objeto específico de estudos ainda não contemplado pelas demais ciências existentes, a partir daí se ocupando em posicionar as bases sobre as quais se deu o desenvolvimento da química e da física levando-as a constituírem-se como ciências autônomas e, portanto, possuidoras de objetos específicos de estudos. Conclui que a sociologia deveria se desenvolver como ciência dos *atos sociais* que se apresentariam inicialmente como idéias, mas, ponderando que estas não teriam o poder de revelar as

particularidades do objeto da sociologia, que, tampouco, seria explicado pelas outras ciências efetivamente existentes. (Idem, 398).

A sociologia não é, portanto, o anexo de qualquer outra ciência, sendo em si mesma uma ciência distinta e autônoma: a noção da especificidade da realidade social é de tal modo necessária ao sociólogo que só uma cultura especialmente sociológica pode prepará-lo para a compreensão dos fatos sociais. (DURKHEIM, Op. Cit. 463).

Essa postulação que se desenvolve nas páginas de *As regras do método sociológico* é um *leitmotiv* da obra de Durkheim que, em nome do desenvolvimento da sociologia, lhe dedica estudos que depois lhe darão um léxico conceitual e metodológico importantes, além de estabelecer os critérios adequados para a constituição de novos campos do conhecimento: se como ciência autônoma por possuir um objeto específico, caso da sociologia, ou apenas como ramificação de outras ciências efetivamente existentes, caso em que se aplicaria à sociologia política.

Da miríade de especialidades que aparecem como fruto do desenvolvimento da sociologia, a sociologia política traz a particularidade de associar-se à outra matriz disciplinar mais ampla e antiga, e não com elementos novos que se desenvolvem a partir dela. Trata-se da filosofia política, que já se desenvolvia entre os pensadores gregos, especialmente na obra de Aristóteles¹ e de onde provirão os primeiros problemas de maior vulto, sobre os quais a sociologia política se ocupará, mas, guardando desde logo certas particularidades em relação ao pensamento filosófico: das mais importantes é a atenção aos elementos locais e históricos, em lugar das tipologias universais e suas possibilidades de aplicação em contextos distintos e sem atenção especial às temporalidades.

Essa diferença é um marco importante para que a sociologia pudesse se distanciar da filosofia, constituindo a sua autonomia, na medida em que se ocupa, de modo geral, dos

¹ É bastante comum, por exemplo, a associação da perspectiva de análise da moderna filosofia política ou sociologia política de Montesquieu com a tipificação das formas de governo discutidas por Aristóteles, mais recorrentemente em *A Política* (1985) e secundariamente em *Constituição de Atenas* (1985b.). Cf., por exemplo, BERLIN, 1975, p. 232).

problemas mais concretos, visíveis e imanentes às coletividades, estando cada vez mais próxima das ciências econômicas, por exemplo, do que da filosofia, ainda que o débito com essa última disciplina seja muito maior. É que da filosofia fica como perspectiva inevitável a busca pela *teoria*, que muda de escala, no entanto, e além de ter um menor alcance, transmuda-se em *paradigma* e está sujeita às superações mais rápidas. Dessa historicidade e da influência do contexto premente da emergência dos nacionalismos a assenhorear o seu leque de preocupações, a sociologia terá essa conformação às vezes mais precisa, naturalmente menos profunda e, finalmente, menos universalista do que a tradição do pensamento filosófico.

Todavia, uma observação mais atenta pode concluir que uma herança da filosofia política moderna é fortemente incorporada pela sociologia política em termos já de uma *ciência autônoma*, como nos marcos durkheimianos, quando se propõe a tratar exaustivamente da questão da *ordem* (REIS, 1998, p. 47), enquanto dimensão política que estabelece moldes estáveis sobre os quais a sociedade se reproduz. Esse é um tema bastante vinculado à filosofia política de Hobbes, para quem a legitimação racional da obediência do indivíduo ao Estado equaciona a necessidade de estabilização da sociedade, uma vez que “o medo da opressão predispõe os homens para antecipar-se, procurando ajuda na associação, pois não há outra maneira de assegurar a vida e a liberdade” (HOBBS, 1974, p. 65).

Desse modo, a temática da *ordem* é uma demanda que ocupa a sociologia política até meados do Século XIX, enquanto que no século XX há uma mudança paulatina em direção aos temas que margeiam o processo de construção do Estado nacional. Elisa Reis posiciona a questão de forma interrogativa:

Porque é esse tema e não outro? Analiticamente, ele é relevante porque conjuga uma dimensão de solidariedade, que é a nação, e uma dimensão de autoridade, que é o Estado, que é exatamente o que é constitutivo, o típico da sociologia política: tentar ver a articulação entre a solidariedade, uma temática mais sociológica, com autoridade, uma temática mais política (REIS, 2002, p. 17).

Ainda que a ordem seja um tema comum a todas as sociedades existentes, posto que sem ela, pensando em marcos *hobesianos*, não há reprodução de suas formas de vida, o seu entendimento - tal qual se apresenta na tradição da filosofia política anterior a Montesquieu - não é suficiente ainda para que se compreenda a diversidade de sociedades, uma vez que a ordem é apresentada nos diversos *tipos de governos* existentes, mas desprovida de uma reflexão sobre suas bases sociais.

É, destarte, na obra de Montesquieu aonde se articula primeiramente a superação do “espírito muito seco e empirista da política prática [bem como] das teorias gerais sobre o Estado fundado no direito natural” (MEINECKE, 1982, 110)[tradução minha], tal se dando por obra da forma mais reflexiva ao mesmo tempo que prospectivamente mais aplicada e empírica que acompanham o seu pensamento. Nessa linha, Aron (1999) avalia que:

A filosofia política clássica não se preocupava muito com as relações entre os tipos de superestrutura política e as bases sociais. Não havia formulado nitidamente a questão: até que ponto é possível classificar os regimes políticos sem levar em conta a organização social. (p. 23).

E para que a organização social pudesse ser correlacionada aos regimes políticos seria necessário conhecê-la nas diversas formas em que se apresentam, não sendo exagero, portanto, afirmar que é precisamente esse o tema extensivo de *O espírito das leis*, e a elaboração metodológica com a qual Montesquieu apreende as características das sociedades a que analisa é articulada sempre de forma pluricausal, lançando mão da análise de uma série de elementos que poderia ter uma interação causal com as instituições ou, contemporaneamente, com o conjunto da cultura, o que facultaria a compreensão do que o autor qualifica como o *espírito geral* de uma nação como síntese original de todas as características sociológicas que são por ele exaustivamente inventariadas.

Essa preocupação em entender a organização social faz desse autor, segundo Aron (1999), um pioneiro da sociologia política², enquanto que Althusser (1972), em seu ensaio interpretativo sobre Montesquieu, o lança também à condição de precursor, mas de outra disciplina afim, a ciência política³. Essa antecipação disciplinar promovida por Montesquieu em relação à sua época decorre da forma como ele submete os *tipos* de governo ao movimento da história, explicando sua evolução e tentando estabelecer parâmetros recorrentes de causalidade entre formas sociais e políticas, o que lhe permitirá compor um arcabouço conceitual que pode ser associado à sociologia política. É, nessa linha, que Montesquieu lança luz sobre sua própria obra:

Coloquei princípios e vi os casos particulares submeterem-se a eles como por si mesmos, as histórias de todas as nações serem apenas seqüências e cada lei particular ligada a outra lei, ou depender de outra mais geral. (MONTESQUIEU, 1973, p. 27).

Perspectiva analítica que Althusser endossa de maneira bastante mais clara quando afirma que ele “extraiu as leis reais da conduta dos homens das leis aparentes que eles criam” (ALTHUSSER, 1972, p. 50). Essas “leis reais” resultariam da soma de diversos elementos, como já aludidos, como, por exemplo: “o clima, a religião, as leis, as máximas do governo, os exemplo das coisas passadas, os costumes, as maneiras, resultando disso a formação de um espírito geral” (MONTESQUIEU, 1973, p. 274), definindo, adiante, costumes como conduta social interiorizada e dos hábitos/maneiras⁴, percebidos como conduta exterior (MONTESQUIEU, 1973, p.279).

² “A contribuição decisiva de Montesquieu consiste precisamente em retomar o problema na sua generalidade e combinar a análise dos regimes com a análise das organizações sociais, de tal modo que cada governo apareça, ao mesmo tempo, como uma sociedade determinada” (ARON, 1999, p.23).

³ “Assim compreendido, Montesquieu é de fato o precursor consciente de toda a ciência política moderna, para quem a ciência só o é se for crítica, que extrai as leis reais da conduta dos homens das leis aparentes que eles criam, para criticar estas leis aparentes e para as modificar, regressando à história dos resultados adquiridos no conhecimento da história” (ALTHUSSER, 1972, p. 50).

⁴ Os *hábitos* que na presente tradução de *O espírito das leis* (1973), estão apresentados como *maneiras*.

A compreensão de Montesquieu sobre o mundo da política, traduzida em tipos de governos, e das bases naturais e sociais que a governa, dão-lhe de fato essa condição de precursor de uma sociologia política já moderna, em grande medida por que esse autor tem o mérito de conseguir articular elementos importantes do pensamento político antigo e moderno com os fundamentos mais empíricos de uma sociologia que, formalmente, só surgirá depois. De certo modo o faz combinando a contribuição conceitual para a análise do Estado que é legada pelo empirismo inglês do século XVII, o qual estudou profundamente⁵, com o interregno pré-racista do pensamento social francês do século XIX⁶.

Tal contexto lhe permitiu uma confrontação em sua obra da diversidade cultural sob critérios relativistas, amparando de forma cristalina a noção de que os hábitos de um povo dificilmente conviriam a outro, carregando, por isso mesmo, um valor intrínseco. Em termos de valoração, tal perspectiva não é pouca coisa e em termos metodológicos é um verdadeiro edifício que se ergue, posto que salvaguarda a liberdade do pensador da política de poder descobrir diferentes interações causais entre elementos naturais, sociais e políticos, que explicariam a diversidade de regimes, instituições e de culturas. Salvaguardaria, ainda, o valor heurístico do ensaio sociológico, mesmo quando a sociologia atinge níveis de especialização que dão a [falsa] impressão de que a tradição filosófica nada mais tem a contribuir com o estudo das sociedades.

⁵ Se desdobrando em uma dupla influência pois, segundo Meinecke, “Em Montesquieu se associam as duas grandes correntes dos últimos séculos: a racional jusnaturalista e a empírico realista” (MEINECKE, 1982, p. 117) [Tradução minha]

⁶ E do qual seriam exemplos máximos, o Conde de Gobineau e Vacher de Lapouge. Sobre esses autores e o contexto do pensamento social francês do século XIX, ver: Petrucelli, 1996. Sobre essa questão do aparecimento do racismo no pensamento do XIX, é possível mostrar com esse fato como o pensamento social nem sempre “avança”, mas muitas vezes retrocede. Nesse sentido, há uma correlação bastante densa entre a modernidade do pensamento de Montesquieu e de Tocqueville, no sentido em que tanto um quanto outro, tendo uma preocupação maior em analisar a formação política pela via da rigorosa análise histórica não se sujeitaram às possibilidades falsamente totalizantes de compor catálogos de leis históricas, nem tampouco de submeter suas próprias análises do social à uma perspectiva teleológica, qualquer que fosse ela. Boudon (2000, p. 260-8) aponta caminhos interessantes, no caso de Tocqueville, para perceber como um pensamento menos *conectado* com as teorias de seu tempo se salvaguarda de ser superado junto com ele.

Feito esse parêntese, Aron, associa o que seria uma “teoria do conhecimento” em Montesquieu tanto com Marx, ao tratar das correlações entre estrutura e superestrutura, bem como com a elaboração de *tipos ideais* de Weber (ARON, op. cit., p.27). Por fim, Durkheim afirma que “Montesquieu distinguiu verdadeiras espécies sociais” (DURKHEIM, 1980, p. 245) mas, pondera, “ a partir da constituição da autoridade soberana” (Idem) estando nessa autoridade senão o princípio causal, o fenômeno explicativo que o autor teria considerado como fundamento sociológico que lhe permitiria conhecer todo o resto.

Portanto, não há grande resistência à idéia de uma percepção propriamente sociológica da obra de Montesquieu, especialmente se pensarmos na sociologia política como tendo por objeto de estudo as distintas formações sociais que se apresentam através dos diferentes *tipos de governo* delineados com cada experiência histórica específica. O recurso ao estudo da história de diversos povos, tal como aparece em *O Espírito da Leis*, é o fundamento utilizado por Montesquieu para analisar essas correlações possíveis entre a formação social e as instituições que dela derivam. Passando do “dado incoerente a uma ordem inteligível [sendo que] esse processo é próprio do sociólogo”. (ARON, 1999, p. 18), como lhe é próprio também a análise da história em busca de sistemas políticos.

Assim, a busca de um entendimento propriamente sociológico dos fatos políticos levará Montesquieu a estabelecer explicações bastante plurais dos fenômenos que analisa, mas preservando em todas elas um modelo de análise que conduz a política a sua autonomia, enquanto objeto privilegiado para se conhecer a sociedade pelos moldes da ciência: cada instituição resulta da formação histórica da sociedade à qual se vincula, de modo que a política deve ser estudada por essa via, da conexão da sociologia com a história e, ainda, com auxílio da geografia. Tal perspectiva teórico-metodológica é bastante distinta, convém recordar, da tradição de análise ligada ao contratualismo, que teria recorrido à “trans-historicidade da natureza humana e da razão” (JASMIN, 1998, p.42) sendo que a obra de

Hobbes, cujo mote introspectivo resulta no “lê em ti mesmo” (CHEVALIER, 1973, p. 68) “estabelecerá os princípios universais que governam o comportamento individual” (JASMIN, Id, p.43).

Assim, pensando em marcos mais contemporâneos, o legado de Montesquieu para a constituição de uma sociologia política está relacionado tanto com a construção de seu objeto específico, que oscila das formas de governo para a formação social, sem a submissão de um ao outro em termos causais, como por exemplo, em Marx, em termos concretos de que a economia teria um primado sobre os demais aspectos da sociedade; ou ainda nos termos da sociologia de Durkheim, quando este assevera que um fato social determina a explicação do outro (Cf. Durkheim: op. Cit 463).

De forma bastante distinta, a obra de Montesquieu preconiza uma pluralidade de elementos convergindo para uma síntese substantiva de todos eles, a que o autor denomina de *espírito* e seus comentaristas de *necessidades* (Cf., por exemplo, JASMIN, 1998), e que explicaria, em última análise, o porquê de uma determinada sociedade ter as instituições que tem, e não outras, concluindo assim para uma percepção das formas de dominação como sendo diversas, o que o autor faz retomando, como já dito, o princípio geral hobesiano sobre a centralidade da ordem como princípio explicativo da política, mas entendida sempre em *movimento*, produzindo uma diversidade de regimes. Nesse sentido que Montesquieu estabelece princípios fundamentais da sociologia política, dando, senão *um* objeto específico de estudos, como preconiza Durkheim, *alguns* deles que ocuparão as preocupações dos sociólogos da política ainda hoje.

No caso específico da sociologia política de Montesquieu, desponta em sua obra uma atenção especial às contribuições etnográficas e da geografia, além do conhecimento das doutrinas filosóficas e da psicologia de seu tempo, incorporando ainda anotações de viagem e sua própria experiência pessoal que, presentemente, teríamos como “trabalho de campo”, sem

esquecer-se da tentativa mais concretamente teórica de estabelecer um diálogo bastante franco com as doutrinas da filosofia da história, por exemplo. (Cf. MEINECKE, 1982, p. 116).

É possível que a busca de regularidades tivesse o propósito definido de se conceituar sobre qual seria o espírito de cada povo ou, pelo menos, o que seria dominante para se apreender corretamente os fundamentos desse espírito, segundo Meinecke, ainda tratando de Montesquieu,

Cada espírito nacional, inferimos, por tanto, tem seu fator dominante, no qual representa um fator típico, no caso particular marcado com especial vigor, mas não se tratando de uma característica do ser completamente individual e incomparável. (Meinecke, op. Cit. p. 135).

Assim, ao se trazer para o primeiro plano da análise sociológica uma característica tão imprecisa quanto *espírito*, aparte as inegáveis contribuições sociológicas que resultam da obra de Montesquieu, ela ganha também algo de ensaístico, posto que seu objeto é impreciso e sua conduta metodológica bastante plural, como já dito.

Na sociologia política brasileira há, correlatamente, uma busca pela apreensão do *espírito nacional* que permeia as preocupações teóricas de diversos autores. Identificada pela sociologia mais contemporânea e institucionalizada como sendo de feição *ensaística*, a obra desses autores, que corresponderiam à primeira fase da sociologia brasileira, traz também uma pluralidade inesgotável de elementos teóricos que visariam a dar um sentido à história nacional e uma compreensão de sua cultura política, mas, como em Montesquieu, tendo como elemento de discussão, fundamentalmente, a história e suas possibilidades de construção de tipologias, apresentadas sob a feição de conceitos, de menor alcance, todavia, uma vez que não poderiam ser universalizados, mas, tão-somente, aplicados a uma realidade específica.

1.2 - A sociologia política no Brasil

Se história do Brasil começa em Portugal, na mesma medida a história deste país prossegue também no território da então América portuguesa, e para não confundir as duas histórias entendendo-as como sendo uma só, os estudos sociológicos no Brasil sempre posicionaram o que é “herança portuguesa”, mas também como a mudança de meio físico, por si só, sempre foi um desafio tecnológico a requerer uma grande engenhosidade e uma estratégia bastante habilidosa para se vencer o desafio de se viver, reproduzir formas de vida social, ocupar um vasto território e ainda obter lucros para a coroa e “fieis para Jesus Cristo” em um meio completamente estranho para portugueses e já habitado há milênios por outra sociedade bastante adaptada à vida tropical.

A missão que tem como fim a fixação desses homens da *Ibéria* no continente americano é um dos capítulos mais extenuantes da história dos contatos entre povos distintos. Porque demandou energias criadoras de que, num país pequeno como Portugal, não seria de se supor que existissem, mas também de uma razão destruidora e tanatológica⁷ que talvez trespassasse o desejo inicial de apenas obter recursos mercadológicos para sustentar a expansão do Reino.

Possivelmente, não havia como se aventar que o movimento que leva às Descobertas pudesse ser, dentre as muitas coisas que foi, a verdadeira descoberta do outro, num movimento de alteridade radical, ao mesmo tempo em que de acirramento das identidades que levaria também a uma “estrangeiridade radical” (TODOROV, 1993) e que isso seria o tono sobre o qual se pensa e reelabora indefinidamente os *valores* e as *interpretações* possíveis para os significados desses contatos.

⁷ Esse lado esquecido da colonização portuguesa recebe no excelente estudo de Victor Leonardi (1996), *Entre árvores e esquecimentos*, a dimensão exata de sua violência.

No caso específico do Brasil, o movimento de reflexão sobre a constituição do país a partir dos desdobramentos ligados à epopéia das Descobertas torna-se, naturalmente, mais acurado com o início da vida independente e com o aparecimento de preocupações mais eminentes de elaborar marcos para a vida da nação independente: seja pela preparação de uma Constituição ou pela elaboração de uma memória fundadora do país, fato que está presente em todo o século XIX.

Nesse momento de reflexões sobre a formação do país e sobre o significado desse passado conjunto que o ligaria indissociavelmente a Portugal é marcante, por um lado, o *lusitanismo* desbragado, endossado pelo Segundo Império, ele próprio uma continuação da dinastia dos *Bragança* de Portugal, cujo exemplo máximo era a obra quase oficial de Varnhagen (1816-78)⁸ e, por outro lado, há uma afeição romantizada e que edulcorava de forma excessiva a experiência pré-colombiana dos indígenas, idéia que marca os movimentos nativista e romântico⁹, mas que depois transcende o movimento para se ampliar para as elites, que aderem a uma mentalidade evocativa bem característica do período¹⁰.

A contraposição dessas duas perspectivas, a *Varnhagueniana* e a *nativista* trazem duas orientações bastante limitadas em sua gênese: no âmago de sua leitura da História do Brasil, Varnhagen explicita uma vinculação dos fatos sem teor crítico e oficiosa, sob influência de uma teleologia de um destino manifesto da lusitanidade e, portanto, sem poder explicativo do que realmente teria sido a “epopéia” da construção do Brasil, ou, modernamente, sobre quais fundamentos se configurou a formação social, cultural e política do Brasil. Os nativistas, por

⁸ Para José Carlos Reis (1999), em sua parcimoniosa interpretação, “O olhar de Varnhagen sobre a história do Brasil é, portanto, o olhar do colonizador português.(...) Vencedor, o português impôs a sua superioridade étnica, cultural e religiosa. Aliás, se o português venceu militarmente os seus adversários, se conquistou seus territórios e os escravizou e exterminou, é porque é superior. Eis o seu silogismo (ou sofisma?) básico”. (p. 33)

⁹ Cf. Eduardo Frieiro: a ilusão literária, p. 59.

¹⁰ Mentalidade como a das famílias, especialmente do Nordeste, que mudavam seus antigos sobrenomes portugueses para outros que evocassem toponímicas tupis. Segundo Dante Moreira Leite (2002, p. 225) “Se todo o nacionalismo necessita de história ou de passado, o nacionalismo brasileiro logo depois da independência precisava encontrar um passado independente da história colonial, pois esta era comum com Portugal. E Portugal era, na época, o inimigo, a nacionalidade de que a brasileira precisava distinguir-se. Compreende-se, assim, que logo depois da independência, alguns brasileiros trocassem nomes portugueses por nomes indígenas e que estes fossem proclamados os donos da terra, opostos aos invasores portugueses”.

seu lado, tampouco foram capazes de perceber a condição periférica de Portugal ao longo dos dois últimos séculos que antecederam à Independência em 1822 e que, no limite, era essa a condição do Brasil também, no que deveriam soldar parte dessa identidade comum, sem culpas e apelos valorativos lançados contra o país cuja história seria o prolongamento retrospectivo da própria história brasileira.

Logo, o quadro de valores que permeou parte significativa das interpretações do passado brasileiro foram, até 1870 pelo menos, o que hoje poderíamos qualificar, no campo da sociologia política, como diletantes e até frágeis, se comparadas com outros estudos que começam a vir a tona pouco tempo depois.

O panorama do Brasil, ao que diz João Cruz Costa (1956) era que “Em relação à cultura intelectual, o nosso ensino ainda perpetuava, até meados do século XIX, a *tradição ornamental*, fabricadora de *humanistas* para as duas faculdades de Direito do país e que estas devolviam depois a administração e à política imperial” (p. 144)[grifos do autor]. Tradição ornamental que Sérgio Buarque (1971) denominava de *bacharelismo* e Gilberto Freyre (2000) de *misticismo jurídico* (p.292).

Quando se toma o ano de 1870 como marco é algo apenas aproximado, ligado ao fato de que uma nova burguesia – formada por médicos, militares e advogados - assumia um papel mais ativo na vida intelectual do país e que trará consigo as sementes do movimento positivista no Brasil. (Cf: COSTA, 1956, p.142).

Logo, no século XIX havia clivagens sociais que se fermentariam em duas tradições intelectuais bastante distintas: aquela ligada ao mundo colonial e às tradições portuguesas, que englobaria tanto a conduta mais ritualística das duas faculdades de Direito e também a proto-historiografia do velho Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB – o qual podemos incluir a historiografia de Varnhagen e dessa tradição excetuar o estudo consagrado de Von Martius (1843), por trazer no cerne de sua interpretação intuições ainda hoje tidas como

acertadas¹¹. A outra clivagem estaria ligada, como bem chama a atenção Cruz Costa (1956) na emergência de uma nova burguesia, que por um lado descambará nas armadilhas do positivismo, possivelmente por suas raízes também nos cursos técnicos, militares e de engenharia, bastante ligados às ciências exatas de modo geral.

A análise de Cruz Costa sobre o positivismo chama a atenção ainda para um elemento da estratificação do período que ajudaria a perceber melhor a relação entre as condições sociais e as estratégias para se ocupar espaços pela via do domínio das instituições de ensino. Vale citar Costa mais uma vez pela natureza excepcionalmente precisa de sua análise:

Na Escola Militar, e logo depois na Escola Central, os representantes da nascente pequena burguesia procurariam, na segunda metade do século, educação e instrução que lhe permitissem constituir uma nova elite, de espírito talvez um pouco diferente daquele que era representado pelos bacharéis em leis, de Coimbra, de Recife ou de São Paulo” (COSTA, 1956, p. 140).

Tratando do século XIX, impressiona a semelhança com o contexto a que se segue à Revolução de 1930 e à fundação da USP.

Será da burguesia, no entanto, que passa a ganhar feições mais urbanas e independência de espírito, de onde surgirá o movimento abolicionista e, possivelmente, uma interpretação mais realista da formação social brasileira, especialmente se observarmos o alcance sociológico de *O abolicionismo*, escrito em 1882, por Joaquim Nabuco¹². Avaliando o papel da escravidão na obra de Nabuco, Evaldo Cabral de Melo (2002) afirma que “A partir

¹¹ Cf. GUIMARÃES, 2000

¹² Convém observar os apontamentos de Marco Aurélio Nogueira (1984), de que no século XIX “A cooptação tendia a agravar a distância entre intelectuais e povo, vinculando os primeiros ao sistema dominante” (p. 58), muito embora Nabuco, seu objeto de estudos, conseguisse transpor os limites do contexto que o rodeava e perceber claramente que a falsidade das eleições do período não era uma questão de lei, mas de consciência e reforma de costumes (Id: p. 43) Em termos sociológicos, o Capítulo XV de *O Abolicionismo* (Intitulado, “Influências sociais e políticas da escravidão”) trata em termos bastante profundos da incompatibilidade da escravidão com o regime de salários e com a dignidade do trabalhador. Prossegue de forma conclusiva que “Escravidão e indústria são termos que se excluíram sempre, como escravidão e colonização” (NABUCO, 2000 p. 126) Tratando adiante das implicações dessa relação para o comércio, demonstrando, em seu estudo, de forma convincente todas as implicações sociais do regime servil.

dela, é que se definiu entre nós a economia, a organização social e a estrutura de classes, o Estado e o poder político, a própria cultura” (p. 249). Concluindo, adiante, que as intuições de Nabuco foram largamente exploradas por historiadores, antropólogos e sociólogos, muito embora esta dívida raramente seja reconhecida. Prossegue mostrando que o fato de o livro ter um aspecto de propaganda não impulsionou Nabuco a buscar dar-lhe feição de obra científica e rigorosa, o que a foi diminuindo no *Cânone* das obras precursoras do pensamento sociológico no Brasil. Talvez esse “descuido” na organização do texto em termos de um estudo de maior alcance tenha se dado pela urgência do chamado à luta contra a escravidão, como articulador de proa do movimento abolicionista. Respeitadas às devidas proporções, *O Abolicionismo* equivaleria no plano do pensamento brasileiro ao que corresponde o *Manifesto do Partido Comunista* (1848) para o pensamento ocidental: ambos são livros do calor da hora, cujas intuições ao mesmo tempo em que mobilizam, registram, de passagem, teses importantes que anteparam a plataforma política que articulam.

Mas, assim, como o estudo de Martius é a exceção do IHGB, a obra de Joaquim Nabuco, no século XIX, é ela também um fenômeno bastante diferente do contexto ao qual se vincula, e estaria muito mais ligada à conduta pessoal do autor, à necessidade de estabelecer uma leitura da formação social brasileira que articulasse sua causa política e, portanto, lança-se a uma luta revolucionária tratada, do ponto de vista da forma e das idéias, em um manejo teórico de questões de vulto que é um feito, no campo intelectual brasileiro, também revolucionário.

Pouco antes de Nabuco, a chamada “Escola de Recife”, cujo auge se dá também na segunda metade do XIX, recebe fortes influências germânicas, se constitui como um momento de grande ebulição no campo das idéias. A obra de Tobias Barreto gozava de grande influência e Sílvio Romero lança problemas e hipóteses sobre variados campos de estudos, da literatura ao folclore, das questões mais filosóficas do método até as arengas

intelectuais mais virulentas de que se tem notícia no período. Todavia, tanto Tobias quanto Romero, não articularam sua obra em conexão com a problemática que fermentava uma extensa agenda de problemas ocupados nas ciências sociais européias do período e que dariam, especialmente à sociologia, a feição que ganhou e mantém até hoje.

Tobias e Romero marcaram profundamente um período, mas, permaneceram nele. Para Antonio Cândido (2006), em seu *O método crítico de Sílvio Romero*, o século XIX e, nele, o papel da Escola de Recife refletia ideologicamente um vasto movimento de transição de elementos semifeudais para outros mais modernos. Todavia, não se furta a assim posicionar Sílvio Romero: “Confirmando e reforçando as nossas considerações, observemos que, tendo sido dos pés à cabeça um homem do seu tempo, ele teve consciência deste, e sentiu em que conjunto de realidades ideológicas e sociais se integrava a sua crítica” (p. 217).

Portanto, sua obra diz pouco a um sociólogo no momento presente, diferentemente de Joaquim Nabuco e mais ainda do historiador Capistrano de Abreu. Nabuco, como dito, é um autor que apresenta a temática sociológica do escravismo, fundamental na obra de todos os grandes “explicadores” da formação social brasileira, mas é um modelo de posicionamento sociológico sem trazer um arcabouço metodológico correspondente ao desenvolvimento da disciplina no período. Sendo-lhe justo, esse fato faz dele o precursor da disciplina, o que é um algo mais que o recorrentemente utilizado adjetivo de “ensaísta”. Nabuco, não foi, todavia, um cientista social propriamente dito.

Capistrano de Abreu, em *Capítulos de História Colonial* (1907) e em *Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil* (1930), este último publicado postumamente, segundo a concisa apreciação de Rebeca Gontijo (2005) “Fez parte de uma geração de pesquisadores formados pela prática do ofício, interessados em ‘redescobrir o Brasil’ através do estudo de suas particularidades, representadas principalmente pelos costumes e pela natureza do país” (p. 167), além de ter sido um dos principais responsáveis pela reunião de numerosos

documentos e fontes que culminaram em dezembro de 1881 em uma exposição que gerou um catálogo em 3 volumes, considerado pelo historiador contemporâneo, José Honório Rodrigues, como “o maior monumento bibliográfico da história do Brasil até hoje erguido” (GONTIJO: 2005, p. 163). Portanto, a contribuição do autor é desde o primeiro momento a de reunir material avultado e pelo acúmulo de dados e informações, desenvolver possibilidades mais precisas de interpretação.

Logo, os méritos e a contribuição de Capistrano para os estudos sobre a formação do Brasil são marcantes ainda hoje e se no caso de Nabuco faltou-lhe uma articulação clara entre uma interpretação do alcance sociológico com as implicações políticas da escravidão, Capistrano ao contrário, teve dificuldades em perceber o papel do negro na história do Brasil, atrofiando o seu papel e estabelecendo, em *Capítulos de História Colonial*, um protagonismo exagerado ao caboclo sertanejo.

A realidade de uma sociedade em desenvolvimento como a brasileira do século XIX - em grande medida marcada pelo atraso em suas diversas formas, mas especialmente o atraso tecnológico, político e mesmo de mentalidade - se impunha aos autores do período. A análise da formação da sociedade brasileira em seu desenvolvimento histórico, com fontes mais seguras e que permitissem uma apreciação dos diversos elementos que a influenciam na sua formação, não aparecem de forma íntegra em nenhum dos autores do período, ainda que uns possam ter avançado mais em seu alcance analítico, como é o caso de Sílvio Romero e, sobretudo, de Joaquim Nabuco e de Capistrano de Abreu.

Não é de se desprezar, tampouco, a idéia desenvolvida por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1971, p. 117) e depois retomada por Cruz Costa (1956) de que a inteligência brasileira teria uma afinidade maior com questões concretas, uma vez que as reflexões abstratas, sistêmicas e puras, típicas da filosofia, nunca se constituíram como possibilidade plenamente realizada, porque as questões prementes do momento ocuparam

sempre o primeiro plano. Em seu lugar a análise da vida concreta foi tomando cada vez mais os caminhos da sociologia, matéria na qual o Brasil logrou erigir certa tradição de estudos, especialmente no transcorrer do século XX, mas que foi primeiramente colocada, em seus termos gerais, pelos positivistas brasileiros do século XIX.

Haveria, seguramente, outros autores do período que merecem uma apreciação mais detida de sua obra tida até hoje como precursora, caso de Euclides da Cunha e de Manuel Bonfim. Todavia, apesar do alcance, mesmo épico, de *Os Sertões*, esses dois autores estiveram até mais expostos que os demais a uma confrontação ideológica – no sentido de tomada de posição que compromete qualquer neutralidade axiológica - da formação brasileira e isso sem dúvida afetou sobremaneira muito dos seus escritos. Não teriam, portanto, como responder às três perguntas fundamentais que costuram a temática da reflexão inicial do presente trabalho: qual o objeto da sociologia política? Como se desenvolve a sociologia política brasileira ? E quais as suas linhagens fundamentais?

O que o presente trabalho apresenta como hipótese, nem todas completamente interligadas, é que o objeto da sociologia política é a formação social de uma nação, que analisada globalmente dá a seu intérprete a possibilidade de entender sua identidade e a partir daí atribuir significado à sua cultura e aos seus valores; para isso, contudo, o viés metodológico deve ter uma tessitura pluricausal, flagrando-lhe as características a partir de diversos ângulos. Dentre os autores que estudaram a formação social brasileira a partir desses marcos epistemológicos, percebemos que a questão da herança portuguesa e ibérica, enquanto movimento de influência histórica direta, isto é, da presença de portugueses agindo e coordenando as instituições e as formas de cultura nascentes na Colônia, mas, também, pela via das soluções provindas de uma espécie de “proliferação imaginária”, quando uma mentalidade, formada por um quadro de valores profundos, comuns e compartilhados, foram

os elementos que deram a tônica das continuidades entre Brasil e Portugal, e de modo mais geral entre a *Ibéria* e a América Latina.

Logo, a análise dos autores que formariam a primeira geração da sociologia política brasileira, será apresentada nessa seqüência lógica: primeiro, mostrando as linhas gerais de seu pensamento e porque operaram *também* no registro pluricausal da sociologia política; como a questão da herança portuguesa lhes aparenta; e qual seria seu lugar nessa sociologia política.

Assim sendo, o universo do presente trabalho é o aparecimento bastante recorrente das características *fenomenológicas* da cultura política portuguesa, discutida, em termos de herança e reprodução, entre autores da sociologia política brasileira. A escolha dos autores liga-se tanto a uma periodização específica, aproximadamente a primeira metade do século XX, quanto à importância do tema e sua recorrência entre os autores escolhidos, sendo eles: Alberto Torres e Oliveira Vianna; Gilberto Freyre, Nestor Duarte e Raymundo Faoro.

A perspectiva cronológica com a qual estes autores trabalham remontam a história do Brasil até à formação da sociedade portuguesa e a unificação do seu Estado em 1385, fato que, de certa forma, consolida sua nacionalidade. Estes são fatores ligados diretamente à formação do Brasil, tanto em termos de um vínculo direto através da história das navegações como, também, da ocupação do território da América, depois América Portuguesa, onde a reprodução da vida que ficou em Portugal sempre foi uma busca constante, ainda que muitas vezes irrealizada, por obra das alianças específicas com o ameríndio e suas formas de vida,

mas, também, pela dinâmica desenvolvida na nova sociedade que brotava nas terras americanas e que apagavam antigos traços culturais que dariam lugar a outros mais adequados às novas demandas do meio, das relações, dos pactos políticos e das relações sociais e afetivas.

Desse modo, retomar a origem portuguesa da formação da nacionalidade brasileira e a emergência dos elementos que configuram sua cultura política é um tema caro entre autores brasileiros, especialmente no transcorrer de um século XX tão atravessado por mudanças profundas, em que a necessidade de entendimento parecia ser maior, com vistas a influenciar o sentido das transformações e do devir ou, tão-somente, para fixar traços de uma identidade que ficava cada vez mais fluida em face da pressão exercida pela rápida modernização a que começava a passar o país.

O espectro da necessidade de novas sínteses, política e econômica principalmente, que pusessem a nação no rumo da modernidade, ganha contornos de urgência no Brasil tão logo se fechem as cortinas da década de 1920, na medida em que fica evidente o completo esgotamento do modelo agro-exportador. Essa necessidade de transformações profundas entra na agenda re-fundadora da nação trazida à tona com a Revolução de 30, dando um sentido reformista às instituições e à cultura de modo geral, que vai se generalizando em cadeias de novas significações para os fenômenos que constituem a identidade nacional, dentre as quais, das mais importantes, é a leitura do passado, marcado que sempre é pelas demandas que afetam a leitura que se faz dele no momento presente. Logo, a obsessão modernizadora dos anos 30, mas que já aparecia de maneira mais esporádica antes, induz às grandes revisões históricas e ao novo sentido do passado como histórico imediato de “explicações” do Brasil, sendo depois transformadas em tópicos da agenda modernizadora que tem início com o novo governo em 1930.

As instituições e a cultura política estão entre os temas mais recursivos da sociologia política do período e a idéia, bastante difundida, de que a democracia representativa seria um *ente* estranho às tradições desenvolvidas e herdadas da colonização portuguesa ocupa lugar de destaque nos novos estudos que são apresentados.

Capítulo 2 - De Aljubarrota a Alcácer-Quibir: entre a aurora e o crepúsculo, um sol do meio dia no mundo tropical.

*“Cercada pelo oceano e pelo Pirinéu , a Península é um gigante em cujo seio fermenta a vida: tem os braços vigorosos, a cabeça ardendo em Deus, o coração a pular de ambições. Oito século de meditação mostraram-lhe claramente uma fé para que ela é a verdade eterna.(...)Sente-se forte e julga-se senhora da Verdade.”
(Oliveira Martins, 1954, 157)*

O presente capítulo ocupa-se em discutir parte da historiografia portuguesa dos séculos XIX e meados do XX, que já traz elementos importantes de teoria social e política e demarca pontos de partida importantes para o entendimento e o posicionamento do lugar de Portugal e, por indução do Brasil, no concerto das nações pertencentes ao mundo moderno, no qual esses dois países almejavam entrar, mas durante muito tempo mantiveram-se distanciados de seus padrões institucionais e econômicos. Por razões diversas, o sentimento de atraso econômico observado pelos meios intelectuais dos dois países era um tema quase obsessivo, no caso de Portugal em relação à Europa e no caso do Brasil a comparação estendia-se também à pujança recente dos Estados Unidos da América.

O entendimento dessa questão do atraso foi problematizado antes em Portugal do que no Brasil, e, como veremos, desenvolveu certa tradição de estudos que converge para um campo teórico que privilegia a configuração de um universo de *valores*. Metodologicamente se articula numa seara de causalidades múltiplas e, finalmente, entende que a reavaliação da

história é a motivação fundamental para a compreensão das desventuras do momento em que escrevem.

Por essa via de análise, o período histórico que tem início com a Batalha de Aljubarrota (1385) delinea o sentido da projeção de Portugal como país independente e da sua expansão como Império. Com a batalha de Alcacer-Quibir (1578) tem início um período que coloca à prova a articulação do seu Império e, em continuidade, da exaustão paulatina, a partir daí, de suas instituições em face dos novos elementos ligados ao pensamento, à técnica, e às instituições, que se modificam e passam a organizar o eixo de evolução das sociedades européias¹. Entre essas duas batalhas portuguesas se configuram as condições fundamentais em que a sociedade brasileira será formada.

O prosseguimento dessas mudanças na Europa e a resistência a elas, não só de Portugal, mas da Península Ibérica em seu conjunto, conduz essa região a uma lenta estagnação em seu poder e em prolongada decadência de seu mundo social e intelectual, que demarca uma distância cada vez maior das aquisições de seus vizinhos rivais, nomeadamente Inglaterra e França, também estes, países imperiais.

O entendimento conciso desse descompasso entre os países Ibéricos e o mundo, por assim dizer, Europeu, e da fratura profunda que lhe corresponde, só vem a tona com a aurora do surgimento da sociologia, no século XIX (Cf. ELIAS, 1997). Neste momento, Portugal já não era um tema de interesse como elemento importante para a apreensão correta desse conjunto de mudanças que, *grosso modo*, ficaria conhecida como modernidade. Aqui, é possível conceituar a modernidade a partir das referências estritamente econômicas e valorativas, ligadas ao modo-de-produção capitalista, mas também aos elementos da cultura

¹ Para Trevor-Roper (2007), “O Estado da Contra-Reforma generalizou-se na Europa, acima de tudo pelo poder da Espanha. Trata-se de um dos grandes acidentes, talvez infortúnios, da história que tenha sido a monarquia castelhana, essa sociedade “feudal” arcaica, acidentalmente alçada ao poder mundial pela prata da América, que se destacasse, no século XVI, como defensora da Igreja Católica e assim imprimisse algo de seu próprio caráter à Igreja e ao Estado onde quer que seu apoio combinado prevalecesse”. (p. 74)

política que promovem abertura e inclusão, levando à democracia, ou poliarquia, nos termos assentados pela ciência política contemporânea. (Cf. DAHL, 1997)².

Outrossim, como é sabido, Portugal tem um papel de grande importância na história social da Europa moderna, seja pela forma como conduziu pioneiramente os importantes eventos ligados à expansão marítima (Cf. BOXER, 1969), ocupando nessa questão um espaço central e estabelecendo valores novos; pôde operar mudanças profundas na tecnologia e no estímulo a uma cultura da “curiosidade” (Cf. SÉRGIO, 1972) que vem a influenciar nos valores culturais, filosóficos e científicos do mundo ocidental.

Assim, apesar da importância universal desse momento de sua história, Portugal tornou-se um tema periférico nas ciências sociais quando estas florescem em momento que coincide com a sua perda de importância como país. Entretanto, Portugal continuou sendo um tema recorrente e relevante para os teóricos da sociologia histórica e política no Brasil. Tal se dá por que é necessário considerar que a leitura dos autores brasileiros também esteve bastante ligada à conjuntura do momento em que as análises apareceram e se Portugal tinha um lugar na história moderna da Europa, seria antes o de ter bloqueado prolongadamente o alinhamento de seu espaço imperial com os principais valores do mundo ocidental, moderno e capitalista. Daí o seu esquecimento nas obras dos grandes clássicos da sociologia empenhados em construir um léxico de definições que tornassem inteligíveis as mudanças profundas porque passava o mundo do século XIX³. É possível aventar também que a *ausência de*

² A tematização da expansão e hegemonia do capitalismo nos últimos cinco séculos que precedem ao século XIX têm na sociologia histórica de Karl Marx e depois em Max Weber seus pilares explicativos mais fundamentais. Em suas obras de economia política está articulado conceitualmente o sentido do desenvolvimento histórico europeu e as causas que operaram as mudanças profundas, tidas por Marx como revolução no modo-de-produção. Weber considera um leque mais extenso de possibilidades e coloca no primeiro plano as questões mais políticas ligadas as formas de dominação e, no mesmo sentido, as evidências de mudanças valorativas, que formariam a síntese fundamental das mudanças mais profundas. Uma espécie de correlativo da interpretação de Marx sobre o papel da economia na mudança do modo-de-produção. Portanto, a economia (Marx) e as formas de dominação legítima (Weber) contemplariam um entendimento sistemático da modernidade e esta seria, em suas grandes linhas, a síntese das mudanças e do sentido da história européia.

³ Questão pouco difundida da obra tanto de Marx quanto de Weber - nomeadamente em “Formações econômicas pré-capitalistas” e em “O Capital” e de Weber, especialmente em “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, mas também em “Economia e Sociedade” - diz respeito a pouca atenção prestada pelos dois

feudalismo em Portugal também corrobore para tirar-lhe a condição de emblema, ou mesmo de referência ilustrativa, da constituição da modernidade.

Nesse sentido, o que se depreende de um importante conjunto de obras ensaísticas sobre a formação histórica do Brasil é a percepção, em primeiro plano, exatamente desses momentos de inflexão da trajetória da formação portuguesa – lida pela chave do signo da decadência - responsáveis pelo retardamento dos valores e, em consequência, da tecnologia e da capacidade de revolucionar as suas próprias forças produtivas e as relações de trabalho ao longo da trajetória de Portugal depois dos eventos ligados aos descobrimentos. Isto pode elucidar, sintomaticamente, sua ausência, por exemplo, da obra de Marx, tão ocupado em explicar os termos materiais do florescimento do capitalismo e, nesses termos, talvez o lugar de Portugal seja mais o de um precursor remoto.

Essa questão ocupará um lugar de destaque no pensamento brasileiro, especialmente nas décadas de 1920 e 1930, exatamente por que este se dedicou com afinco a compreender os termos em que se desenvolveu uma sociedade arcaica e desigual no Brasil e por quais vias haveria de se encaminhar a transposição desses estreitos limites, herdados, segundo alguns autores, diretamente de Portugal.

Um parêntese importante é que na fundamentação dessa questão não aparece no pensamento brasileiro os eventos ligados ao prosseguimento da história de Portugal depois da separação do Brasil, as voltas com uma grave crise e em busca da preservação do que sobra do seu Império. (Cf. Evaldo C. Melo, 2002). Todavia, o que se depreende da questão é que

autores à formação do estado português e sua expansão, cujas implicações, no conjunto de suas preocupações, teriam lugar junto aos demais elementos aventados por eles para o posicionamento do tema da formação dos recursos que atuavam no sentido de uma “acumulação primitiva”, ainda que pelo Estado, mas também na formação de valores comerciais que redefinem fronteiras e forjam novos contatos, desenvolvendo-os e confluindo, portanto, na direção de outros novos valores, seja nos mecanismo de dominação de feição não mais tradicional, mas já patrimonial ou, ainda, nos que dizem respeito às práticas econômicas propriamente ditas. Assim, se Portugal foi ignorado como tema importante pela Economia Política clássica, as gerações seguintes, entretanto, reposicionam os países ibéricos como precursores, seja o Henri See (1936) de “Lês Origines Du Capitalisme Moderne”, (P.49) , mas também o sentido geral da obra de Frederic Mauro (1976) e mais recentemente de Giovanni Arrighi (2006).

Portugal no século XIX estava irremediavelmente superado na corrida hegemônica por novos mercados a partir da produção massiva de mercadorias ligadas à Primeira Revolução Industrial e mais ainda àquelas outras que apareciam de uma segunda Revolução Industrial em curso (Cf. Frederic Mauro, 1976). Por esse motivo, Portugal não aparece como figura de proa de um processo que ele próprio iniciou, de certo modo, no século XV com as navegações e descobertas, intermediando a que diferentes e distantes partes do mundo estivessem em contato realizando um intenso comércio (Cf. AZEVEDO, 1947, p.77 e seg.). A relação entre um fenômeno e outro são diretas e podem ser deslindadas a partir de outros autores, tais como Arrighi (1996) , Barboza (2000) e Trevor-Roper (2007), mas não em Marx e Weber como já dito.

2.1 – Florescimento de Portugal

Para posicionar a questão, é preciso antes depurar um aspecto crucial da representação de Portugal em relação ao momento florescente de sua história. Para fins estritamente ligados ao entendimento da questão, convém trazer ao primeiro plano a observação de J.H. Plumb na “Introdução” ao importante estudo de Charles R. Boxer, *O Império colonial português* (1969, p. 19) de que, como colonizador, diferentemente do que pensava Gilberto Freyre, os portugueses não eram essencialmente diferentes no que diz respeito à intolerância e ao eurocentrismo exacerbado de outros países colonizadores, tais como Holanda e Grã-bretanha.

Entretanto, o próprio Boxer afirma depois, e de forma tácita, que a Holanda não conseguiu um triunfo completo sobre o Império português na Ásia por que os asiáticos preferiam a sua colonização à holandesa, o que lhes permitiu retomar postos importantes e

recompor o seu Império, ainda que diminuído, ao longo do século XVII. E preferiam os portugueses precisamente porque estes se adaptaram melhor aos contatos com o outro, em todos os níveis de relação, reconhece Boxer, por fim. Seja afirmando que “os portugueses (...) estavam mais bem aclimatados aos trópicos na maioria dos casos” ou na conclusão subsequente “De que os portugueses, apesar de tantos erros, terem deixado raízes mais fundas enquanto colonizadores” (BOXER, 1969, p. 143)⁴, constata-se que a presença da cultura holandesa no mundo é um contraponto ao seu correlativo Português, de onde ficam enfatizados de maneira insofismável as raízes das diferenças entre ambos, que se encaminhariam, no caso português, na direção dos impulsos fundamentais que levaram ao seu florescimento, isto é, a *tolerância*, a *curiosidade* e o *espírito inquiridor e aberto*. Cada um desses adjetivos vai ao encontro da teorização de Antonio Sérgio e a seguir de Jaime Cortesão sobre os valores fundamentais que explicariam a vigorosa expansão portuguesa nos séculos que se seguem a consolidação do seu Estado-nação no século XIV.

A expansão impressionante do mundo português para além de suas pequenas fronteiras européias deve-se, fundamentalmente, a esse triunfo como colonizador flexível e tendencialmente multicultural. E para além dessa expansão notável a que se deve em consequência, a permanência de sua cultura por onde passaram ou permaneceram? Esse tema traz ao primeiro plano algo de romântico e de evocativo da geração dos primeiros governantes da Dinastia de Avis que triunfa em definitivo em Aljubarrota (1385), se refletindo no século seguinte na figura máxima do imaginário português ligado às navegações, com D. Henrique à frente de sua Escola de Sagres. Não há autor português que não teça loas à geração de D.

⁴ A desarticulação dessa tese da “plasticidade” do colonizador português é tema de difícil enfrentamento. Como Boxer, a pesquisadora Roza Huylebrouck tenta, de início, problematizar a questão a partir de enviesamentos lingüísticos que permitiram à língua portuguesa se disseminar nos cem anos de colonização portuguesa que precederam à holandesa nas diversas partes do mundo. Todavia, adiante, a autora recairá também na temática da plasticidade, como se pode observar: “O elemento afectivo do feitio luso teria facilitado o contacto com os povos dos trópicos, a sua aculturação e sua miscigenção, enquanto que o holandês teria sido mais frio, mais rígrado, de maneiras pouco atraentes. O português católico teria acreditado na possibilidade de uma grande irmandade, abraçando todos os povos, enquanto que o calvinista se teria identificado com o povo eleito do Antigo Testamento, mais preocupado em manter pura a sua fé no meio dos pagãos” (HUYLEBRUCK, 1989, p. 162).

Henrique e aos procedimentos adotados por ele na pressuposição de que a navegação era uma ciência e como tal deveria ser conhecida pelos métodos mais sofisticados e por uma apreensão racional de seus fundamentos, na hipótese de que, com isso, os limites para a navegação do período poderiam ser transpostos. (CORTESÃO, 1984), desde que comandada pelas melhores cabeças, no que se segue uma atração à Corte Portuguesa de navegadores e conhecedores do assunto, inclusive árabes. (ULRICH, 1916, p. 198). Portanto, Portugal amplia os limites de seu espaço porque dominou a tecnologia para tal. Transmuda esse espaço em fronteira alargada de sua cultura e de suas instituições, sendo que tal fato se realiza plenamente porque os colonizadores portugueses souberam fazer as composições necessárias - ou, dito de outra forma, utilizou as estratégias de realização do domínio colonial - para a sobrevivência de seu mundo social, mesmo quando não mais estavam fisicamente presentes.

Não há como fugir dessa questão da expansão portuguesa porquanto seja ela ao mesmo tempo relevante para o entendimento correto da expansão européia, também por constituir-se num momento notável do florescimento da sociedade portuguesa e de sua capacidade de trabalho e de enfrentar com resiliência as dificuldades que contemporâneos seus em toda a Europa não ousaram confrontar-se. O âmago dessa questão, portanto, está no desenho do *mapa mundi* que a partir do século XVI torna-se cada vez mais português e Portugal cada vez mais importante, até o momento em que sua história parece uma guinada em revés que desmorona seu espírito científico, cedendo lugar às motivações místicas e transcendentais, transmudando a sociedade portuguesa rumo àquela imagem traçada originalmente para a Espanha por Marcelino Menéndez y Pelayo, de “nação de teólogos armados” (FRAILE, 1972, p. 218).

Boxer, por fim, reconhece, à guisa de conclusão de seu estudo sobre o Império Português, que o nacionalismo e a certeza de que tinham uma missão no mundo, de expansão

da fé e de sua própria cultura, foi em grande medida a motivação das conquistas e a salvaguarda de sua preservação, aonde isso foi possível.

Antonio Sérgio também acentua o fato, ao enfatizar o caráter cosmopolita das lides marítimas que chamavam os portugueses à expansão, de sua cultura e de seu lugar no mundo, e que resulta, finalmente, no seu Império.

Portanto, desse período, por assim dizer, heróico, da expansão de Portugal, que é resultado, em grande medida, da Batalha de Aljubarrota (1385) e da unificação do Estado português, que conjuga uma capacidade de investimento, com uma orientação precisa conduzida por uma geração de homens de Estado que pensavam de modo claro e articulado as possibilidades do Reino, fica a certeza do lugar de Portugal como pioneiro na expansão moderna do Ocidente. Ainda que endossar uma leitura, que atravessa a obra de diferentes gerações de autores portugueses e estrangeiros (desde Fernão Lopes; passando por Herculano e Quental; chegando ainda a Sergio e Cortesão, e fora de Portugal a Freyre e Boxer) pareça uma visão romântica e muitas vezes idealizada - e aqui se enseja a dificuldade maior de se ler a história de Portugal - o fato é que os primeiros séculos do Reino de Portugal trazem consigo uma carga de romantismo heróico e de epopéia audaciosa que, dificilmente, abre possibilidades para entendimentos novos que se afastem do elogio tácito às motivações das primeiras gerações de portugueses que se lançam às guerras e à navegação defendendo e expandindo o seu (outrora) pequeno Reino.

O entendimento da formação do Brasil liga-se primordialmente a essas motivações e os ensaístas e pensadores brasileiros souberam posicionar bem a razão fundamental da formação do Brasil e de sua identidade mais profunda, ligada à expansão portuguesa. Ainda que o Império Português tenha se expandido primeiramente e preferencialmente nos rumos do Oriente, especialmente da Índia, e que o Brasil tenha permanecido por muitas décadas

esquecido, só ocupando as preocupações portuguesas quando do acossamento de sua colônia na América pelos franceses. (Cf. KNAUSS, 2008).

Todavia, o que se depreende dessa questão é que as forças da sociedade portuguesa eram variadas e que se a Coroa transigiu nas primeiras décadas do Brasil descoberto, os aventureiros, degredados, religiosos e traficantes de papagaios e de pau-brasil, não. É indiferente, no momento presente, os valores pessoais que cada um deles portava consigo, de modo que a ocupação do Brasil deu-se de forma contínua e a partir sempre de uma matriz portuguesa, reproduzindo sua cultura e sua língua e ordenando o seu mundo social dentro de uma *lógica* portuguesa: ainda que, como se saiba, a língua portuguesa esteve próxima de fundir-se com línguas ameríndias, formando uma língua geral e ainda que os portugueses tenham sido expulsos do Nordeste pelos holandeses por quase três décadas, cremos que o cerne dessa afirmação sustenta-se. No estudo “A língua geral em São Paulo” em opúsculo presente em *Raízes do Brasil*, afirma Sérgio Buarque de Holanda que “o processo de integração efetiva da gente paulista no mundo da língua portuguesa pode dizer-se que ocorreu, com todas as probabilidades, durante a primeira metade do século XVIII” (HOLANDA, 1971, p. 93). E completa mais adiante que:

Mas se é verdade que, sem o índio, os portugueses não poderiam viver no planalto, com ele não poderiam sobreviver em estado puro. Em outras palavras, teriam de renunciar a muitos dos hábitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações e, o que é bem mais significativo, de sua linguagem. E foi, em realidade, o que aconteceu (Id. p. 95).

A implicação mais geral dessa relação é que o Brasil seria um “galho” da história portuguesa, ampliando a teorização de Antonio Candido (1964) presente em *Formação da literatura brasileira* sobre a literatura dos dois países. Um dos desafios investigativos é posicionar se esse galho brota na primavera da árvore frondosa, ou se no inverno rigoroso dos

piores dias. Ou mais ainda, se o Brasil estaria mais perto de Aljubarrota ou de Alcácer-quibir. Na aurora, ou no crepúsculo, enfim.

2.2 – Florescimento do pensamento português

A caracterização do florescimento português como o resultado de uma sociedade aberta, curiosa, tolerante e fortemente vinculada a valores culturais de alguma forma legados pela cultura árabe - transmitida, em linha direta de continuidade pelos moçárabes - mesmo após sua expulsão, é temática importante da interpretação de Alexandre Herculano sobre a formação histórica presente na sua *História de Portugal*⁵. Cabe citar dois trechos um pouco longos do autor, mas bastante emblemáticos dessa relação de continuidade existente entre o mundo árabe e a nação portuguesa.

Resumindo o que até aqui temos dito, vê-se que a grande maioria da raça hispano-goda, aceitando o facto da conquista árabe e à sombra da tolerância dos príncipes muçulmanos, formou com os conquistadores uma sociedade política senão compacta, ao menos ligada por muitos laços comuns, sem exceptuar os de sangue, laços que no decurso dos tempos se deviam tornar cada vez mais estreitos, tendentes constantemente a confundirem-se vencedores e vencidos, se a isso não pusesse barreiras insuperáveis a oposição de crenças que a monarquia das Astúrias, a principio fraca e demasiado circunscripta, forçosamente encerrava uma tênue população, cujo acréscimo rápido só plausivelmente se explica pelas migrações forçadas ou voluntárias dos moçárabes. (HERCULANO, 1980 [1849], p. 263).

Concluindo um pouco adiante de forma mais explícita.

Já dissemos quanto basta para se avaliar a influência da civilização dos árabes na raça hispano-goda sujeita ao seu império. Salva a crença e as regras do antigo direito civil visigótico, ela tinha adoptado em geral as formas externas do viver sarraceno, a língua, os trajos, a cultura intelectual, as artes e industria árabes. (HERCULANO, op. cit, p..264).

⁵ Em conformidade com Antonio Farinha, é posto em primeiro plano que a genealogia de Herculano estabelece os árabes como partícipes na história nacional, sem que, no entanto, isso pareça perturbar a arabofobia patente nos seus romances (Cf. FARINHA, 1977)

Essa avaliação de Herculano influenciará toda uma geração de autores portugueses que vêem na expulsão dos árabes e no combate inclemente à sua religião muitos germes que levarão, alguns séculos depois, a se florescerem em fatos novos ressignificados sob o conceito de *decadência*. A principal delas é sem dúvida a cadeia de eventos históricos que hipertrofia a religiosidade cristã sob a liderança dos jesuítas e, ato contínuo, o prosseguimento das cruzadas levadas adiante por Dom Sebastião, que como se sabe desaparece no norte África em uma tentativa desastrosa de constituição de condições para a retomada da Terra Santa⁶.

Assim, a temática da *decadência*, como veremos, tem ligação muito forte com o prosseguimento da história portuguesa no interior da União Ibérica (1580). Quando tratam o tema como *decadência*, os autores do século XIX o fazem tendo em vista o contraste que só o distanciamento cronológico lhes permite ter. Por esse motivo o *Ultimato inglês* de 1890 e a derrota da poderosa armada espanhola, em 1898, para uma ex-colônia inglesa, têm um caráter tão marcante e didático: são esses episódios que demarcam, de forma incontrastável, a incapacidade dos países ibéricos de defenderem seu espaço geopolítico e as fronteiras transoceânicas de sua cultura, e que estariam em decadência desde o século XVII, mas só percebida de forma sistemática pelos autores do século XIX.

Para Norbert Elias, teorizando sobre o tema da decadência, mas sem utilizar o termo, a questão pode ser compreendida da seguinte forma:

Até agora, no curso da história humana, é um fato comprovado que os membros de Estados e outras unidades sociais que perderam suas pretensões a uma posição de superioridade em consequência de lutas de eliminação passadas necessitam de muito tempo, até mesmo de séculos, para render-se à realidade dessa nova situação e ao conseqüente declínio de seu amor-próprio. E talvez nunca o consigam. (ELIAS, 1996, p. 17).

⁶ Esse movimento histórico de Portugal recebe uma interpretação memorável das condições psicológicas de Dom Sebastião no artigo “Interpretação não-romântica do sebastianismo” de Antonio Sérgio (1980).

Logo, a busca de uma causa fundacional para a lenta derrocada do poder ibérico põe no primeiro plano os episódios que levaram à queda de Dom Sebastião em Alcácer-Quibir, porque neles, emblematicamente, estão as pulsões que levam o representante máximo do poder português – outrora laico e proto-democrático – para uma missão que, na medida em que torna-se hegemônica, daria a feição à sociedade portuguesa de fechamento intelectual, social e político e, em convergência de todos esse elementos, um posicionamento potencialmente anti-moderno conduzido pelo jesuitismo no seu entrincheiramento contra-reformista. Assim, quando o Marquês de Pombal projeta uma guinada modernizante da nação portuguesa, são os jesuítas os primeiros sacrificados, possivelmente porque já no século XVIII brotava a percepção de parte do pensamento português de que a nação estava em decadência.

Assim, o pensamento português do século XIX, ou parte significativa dele, depura dessas experiências do século XVII o sentido de obliteração dos melhores impulsos que, em cadeia, formaram o Estado e a nação, conduziram as descobertas e, a partir delas, a articulação de um mundo novo, de onde reponta o Brasil como exemplo máximo dessas forças.

Essa transformação profunda que promove uma mudança de valores tão radical, endurecendo cada vez mais as relações com o “outro”, é a forma encontrada por portugueses e espanhóis para responder à grave crise que assola a Europa sob o assédio intenso da Reforma Protestante. Como afirma Antero de Quental (1963), as transformações atingem o pensamento, a política e o trabalho, ou seja, toda a morfologia das sociedades ibéricas, que passam a arregimentar a censura e a perseguição, bem como o estrangulamento de sua inteligência, impedida, portanto, de acompanhar e aperfeiçoar as novas searas do pensamento científico que florescia em toda a Europa⁷.

⁷ É importante salientar ainda, que, de modo geral, Antero de Quental percebe a questão moral como fator fundamental do progresso. Essa sua visão incompatibiliza sua leitura do socialismo com um outro, de feição

Desse modo, a atualização do debate sobre a decadência portuguesa e a preservação de uma sociedade estratificada e com recursos de dominação patriarcal e clientelista mantêm-se imune, seja aos ventos do constitucionalismo inglês (1660), seja às experiências mais radicais da Revolução Francesa (1789), o que se reflete, por seu turno, no mundo do trabalho, com uma elite de cariz parasitário, uma burguesia fraca e aspirante às glórias da nobreza e, finalmente, a preservação do inabalável edifício escravista, incompatível, como todos esses outros elementos ora citados, com o florescimento de uma sociedade aberta e de mercado.

Logo, não é difícil entender porque mouros – com sua tolerância – e judeus – portadores de práticas econômicas heterodoxas – emirjam, de forma positiva, de tantas páginas de autores que constituíam à época, e ainda hoje, o melhor das ciências sociais portuguesas. Florescimento e decadência, seguidas por uma longa estagnação seriam, portanto, as linhas gerais do movimento das sociedades ibéricas nos últimos séculos para toda uma geração de pensadores portugueses.

Exemplo máximo dessa orientação crítica do passado português aparece na conferência tornada livro que marcou época, tratando das *Causas da decadência dos povos peninsulares* (1871). Neste livro, Antero de Quental começa por recordar a importância da reforma da escolástica no século XIII, através dos árabes e judeus da Espanha, e na arquitetura e na poesia acompanhava-se o movimento geral da evolução européia, excedendo-lhe, todavia, nos estudos geográficos e nas navegações, dando nota, ainda, da importância de figuras tais como Dom Henrique e Bartolomeu Dias e mais adiante com Fernão de Magalhães e Cristóvão Colombo. De tudo isso reponta a enorme influência dos Reis Ibéricos. Como assinala Quental (1871), “no século XV, D. João I, árbitro em várias questões internacionais, é geralmente considerado, em influência e capacidade, como um dos primeiros monarcas da

“científica”, identificado com o materialismo histórico. Tal questão corrobora para salvaguardar o seu pensamento de uma identificação com as ideologias do progresso que permearam grande parte do pensamento do século XIX, tais como o socialismo e o positivismo, o que preserva o pensamento de Antero de ter sido superado junto com eles.

Europa”. (p.19). O prosseguimento de sua análise coloca no primeiro plano a capitulação de Portugal e sua incorporação ao reinado de Felipe II (1580) de onde se inicia o período de muitos erros, que custaram à Espanha a perda de Nápoles, da Sicília e do Reino Milanês, e a Portugal custou o início de uma dependência que o torna praticamente uma colônia britânica tão logo tenha a sua autonomia restaurada a partir de 1640 (Id. 23).

Para além desses fatos históricos, Antero de Quental sintetiza as “causas da decadência” em torno da questão moral, conduzida pelo Concílio de Trento em 1563; do estabelecimento do absolutismo, que sepulta as liberdades locais tradicionalmente enraizadas na sociedade portuguesa⁸ e, por fim, as particularidades econômicas irracionistas relativas às conquistas ligadas às navegações, fomentando o parasitismo, de modo que três dos mais importantes aspectos da vida social portuguesa passaram por transformações profundas: nas searas do pensamento e da filosofia; da política; e do trabalho⁹. Convergiram todas de forma estacionária para sufocar os pendores mais auspiciosos e vitais da cultura portuguesa, provocando o início de sua decadência frente aos outros povos europeus. Malgrado certo pessimismo dos escritos de Antero, essa obra exemplifica bem o espírito da época em que foi escrita, qual seja, de profunda desesperança e de releitura de um passado que até então era percebido sem o posicionamento crítico que só a modernidade elevada ao último grau pela segunda revolução industrial, ao longo do XIX, poderia salientar. No terreno dos fatos, o

⁸ Essa temática das liberdades locais como fundamento importante da organização institucional e política de Portugal, fortemente enraizadas nas tradições portuguesas é temática recorrente do pensamento português, que, naturalmente, rejeita o *absolutismo* como forma política por excelência de sua cultura política. Por outros caminhos e chegando a conclusões diversas, o fundamento localista e potencialmente democrático de Portugal até a aurora dos tempos modernos é retomado, dentre outros, por Jaime Cortesão (*Fatores Democráticos na Formação Portuguesa*) e mais contemporaneamente por Antonio Manuel Hespanha (*As vésperas de Leviatan*).

⁹ Anna Maria Moog Rodrigues conclui de maneira interessante que “Antero ampliaria esta tese para afirmar em seguida que a evolução moral dos povos não seria linear e, portanto, o progresso não seria constante em toda a história. Sendo o homem livre, «é seu criado», razão pela qual deveria haver na história humana marchas e contramarchas. Daí ter ele concluído que essas contramarchas ou períodos de decadência teriam tido sempre causas de ordem moral. A revolução seria, pois, um movimento contrário àquelas forças ou impulsos responsáveis pela decadência moral, consistindo numa retomada do sentido ascendente da história da humanidade”. (RODRIGUES: 1990, p. 23). Tal marca, é possível aventar, pode ter impedido o florescimento do positivismo em Portugal nos mesmo níveis que no Brasil, uma vez que a idéia de progresso era desarticulada no terreno dos fatos, isto é, na própria história portuguesa, que via oscilar momento de florescimento e decadência e portanto não podiam acreditar em progresso como devir constante.

ultimato britânico em 1890 só tornou essa realidade ainda mais evidente e o pessimismo e a desesperança ainda maiores.

Adentrando o pensamento português do século XX, notamos que essa temática do florescimento e da decadência tampouco escapará a Jaime Cortesão (1984), que, sem tergiversar, afirma que o significado de 1383-5 é que “O Estado [português] atinge a forma de organização que lhe permite resolver o grande problema da expansão da Europa e do conhecimento do planeta” (p. 124) e define o sentido geral da organização social e da cultura portuguesa nos dois séculos seguintes como sendo laico, civilista, anti-clerical, democrático, “experimental e expansionista, pelo espírito da dúvida e a negação da autoridade dos antigos” (Id. 150). Essa temática aparece também na obra igualmente fundamental de Antonio Sérgio, *Breve interpretação da História de Portugal*, ao apontar o passo seguinte à formação do Estado na trajetória da formação portuguesa, observando que uma implicação prática dos descobrimentos é que “caiu o critério da autoridade, base incontestada da sabedoria medieval”. Assim, se “passou da autoridade para a visão clara, o critério do verdadeiro” (SÉRGIO, 1972, p. 85), concluindo de forma bastante elucidativa que tal espírito encontra-se em Camões e que se não interviesse, depois, a contra-reforma, “a meta natural do pensar português seria o experimentalismo que caracterizou os ingleses”(Id.,86).

Portanto, conflui nesses quatro autores, com pequenas diferenças conceituais, uma noção clara de que a formação de Portugal liga-se ao conceito de florescimento e expansão de uma sociedade plural – influência clara do passado mourisco - e laica e, não menos importante, sob a liderança de uma elite política com preocupações permanentes de planejamento, de direção firme do novo Reino e de pendores científicos, com acurado senso da necessidade de domínio da técnica como instrumento de autoridade e de expansão do poder do Reino.

Oliveira Martins também admite a tolerância do árabe para com as outras religiões e desse fato como antecedente de características que o português, como colonizador, também demonstrará. Todavia, tem o cuidado de ir até o âmago da explicação dessa benignidade da sociedade árabe como antecedente da tolerância portuguesa ao *outro*.

Assim, não nos causará estranheza o facto da nímia benignidade para com as populações vencidas, nas quais, do alto do seu orgulho literato, os *crentes* viam seres inferiores, incapazes de perceber a sublimidade das palavras do profeta e a beleza particular da língua do Corão. O sentimento desta superioridade, intelectual e não guerreiramente aristocrática, devia ser a origem dessa benignidade onde se vê à mistura um certo desdém. (MARTINS, 1954, p. 124).

Por outro lado, ainda segundo a apreciação de Oliveira Martins sobre a ocupação da Península Ibérica pelos árabes, pouco mais teria ficado de traços mais profundos dessa ocupação, para além dessa benignidade.

Dela não ficou vestígio apreciável, nem nas instituições, nem nas idéias da população da Península: concorreram para isso a tolerância, a diversidade da religião, e o carácter artificial da cultura árabe (Id. p. 132).

De modo que o árabe foi, para Martins, influência passageira, cuja marca mais notável na sociedade portuguesa foi a tolerância, que por sua vez também se esvai nos movimentos da contra-reforma, no qual o Portugal quinhentista esteve envolvido, junto com a Espanha, como figuras de proa no apagar das luzes desse século.

Todavia, é importante ressaltar que essa “tolerância” árabe não é um fator menor na configuração de uma sociedade como a portuguesa, exposta a tantas influências. Atando essa afirmação com o pensamento de Antonio Sérgio, que ponderou sobre as possibilidades irrealizadas em face dessa característica de organização social marcada pela tolerância ao outro, pode-se concluir que muitas gerações de Reis portugueses organizaram cortes abertas e

incorporando aquisições importantes do mundo não-cristão, tendo, portanto, uma conduta pragmática e já submetendo as instituições do jovem Reino a uma razão de Estado.

Creemos que por esses motivos a vida portuguesa após Aljubarrota (1385) teve um direcionamento político autônomo com tendências a abertura, culturalmente rico de referências e intelectualmente direcionado para os esforços de incorporação de técnicas e conhecimentos sofisticados. É esse Portugal que chega ao Brasil, mas que em pouco tempo se transfigura, tanto pelas causas quanto pelos efeitos de Alcácer-Quibir (1578-1580) e passa a partir de então a operar por uma lógica que serviu aos séculos precedentes, mas que cessa a incorporação de elementos novos da proliferação das idéias e concepções novas da qual passa a se embeber todo o continente europeu e que a Península Ibérica de modo geral não acompanha, tornando os Pirineus ainda mais altos e a comunicação através dele cada vez mais rarefeita. Esse *isolamento* ibérico dará ao cabo de três séculos ao seu *mundo* esse sentido de *outro ocidente*, como postulou José Guilherme Merquior (1990).

O historiador contemporâneo, Vitorino Magalhães Godinho (2009), posiciona a questão dos marcos cronológicos da história portuguesa no artigo “Concepção da História de Portugal”, publicado em 1968, apontando três períodos em que ela se cinde: o período afonsino, acabado em 1385; em seguida o período da expansão, no qual tem lugar, para os propósitos da presente tese, a formação do Brasil; e por fim o terceiro período, também denominado por Godinho de decadência. (GODINHO, 2009, p. 26). Ainda que mais adiante repositone a questão a partir de outras mediações menos rígidas, o período a que compreende

a *formação* do Brasil – mas não do seu *desenvolvimento* - como prolongamento da história portuguesa, permanece o mesmo, com os marcos bélicos de Aljubarrota (1385) e de Alcácer-quivir (1578).

Sintomaticamente, a primeira é a batalha mais importante e possivelmente festejada, da história de Portugal, enquanto que a segunda é aquela que, perdida e com o Rei morto, a dinastia extinta e a independência esvaída, é tida como o início da decadência.

Nas palavras de Antonio Sérgio, em “Interpretação não-romântica do sebastianismo” (1917):

O trono sem sucessor; o estrangeiro à porta; um rei desaparecido; que pode reaparecer...O ambiente psíquico do Português tornou-se idêntico ao dos judeus, e dessa semelhança social-mental sai a reprodução, entre nós, do messianismo israelita”(SÉRGIO, 1980, p. 246).

Assim, a conclusão fundamental desta experiência que compreende quase dois séculos de florescimento da sociedade e da cultura portuguesa é que o Brasil é fruto direto dela e, portanto, o entendimento da formação do Brasil exige, necessariamente, uma confrontação com esse período da história portuguesa, pois é o entendimento desse momento que permite posicionar a experiência da formação do Brasil como apanágio de outra sociedade: a portuguesa, que reuniu características únicas que a lançaram para espaços longínquos , ocupando novos espaços e reproduzindo, neles, sua sociedade.

Essa perspectiva teórica de atar a formação da sociedade brasileira com os destinos da expansão portuguesa é desenvolvida por uma parte significativa de autores da sociologia brasileira, na medida em que trataram do tema em ensaios historiográficos de interpretação social e política. Se a *formação* inicial do Brasil, associada em termos fundacionais com as descobertas, está ligada a esse processo de expansão do Reino de Portugal no momento máximo do seu florescimento e no ápice das suas energias vitais, a sociedade brasileira conhece o seu *desenvolvimento* a partir de um contexto histórico marcado, fundamentalmente,

pelo período da *decadência*, o que implica diretamente numa formação das instituições e da cultura política do Brasil em franca contradição com as experiências que levam à modernidade no continente europeu.

Tal conexão causal fica ainda mais nítida na aurora do século XX, momento em que, identicamente ao Portugal da geração do ultimato (1890), as reverberações dos acontecimentos e dos valores do Portugal que resulta de Alcácer-quibir é mais presente, vivo e pulsante no âmago da nação, ou em seu “caráter nacional”, para usar uma expressão cara ao século XIX e caída em desuso, do que aquele outro do período de expansão ligado à Aljubarrota. Notadamente, o período da decadência é mais recente e prolongado que o período do florescimento, mas, também, é um momento de confrontação com o desenvolvimento de sociedades da Europa, Estados Unidos e Japão, sem precedentes e, por isso, as assimetrias econômicas e incongruências políticas tornam-se muito mais acentuadas, aumentando de um século para o outro (do XIX para o XX) a percepção sobre o atraso português e a dúvida sobre o seu lugar no mundo.

Ter um passado *afonsino* e *aljubarroto* não se configura como problemática de potencial valorativo que pusesse Portugal ou o Brasil em descompasso profundo com o seu tempo. Já o período da decadência sim e tal questão aparece como corolário de uma época de novas tendências na economia, aonde, inevitavelmente, o quadro de valores expresso pelas formas sociológicas hauridas das instituições e da cultura se manifestam nos pensadores e intelectuais ligados aos temas históricos e sociológicos, em Portugal, como vimos brevemente, e no Brasil como se verá mais adiante.

2.3 – A tradição arianófila do pensamento português.

Além da importância da *presença* da influência de povos não europeus na renovação intelectual e nas formas de convivência com o *outro* na Península Ibérica, o que é reconhecido na obra dos autores portugueses do século XIX e início do XX até aqui mencionados, não se pode negligenciar uma *ausência* igualmente fundamental no campo teórico dessa que se constituiu como o melhor da inteligência portuguesa dos últimos séculos: um marcado distanciamento de elementos racistas e proto-fascistas em obras que vieram a ser publicadas em um período em que os estudos históricos sobre a formação social de muitos países da Europa traziam consigo, imbuídos de uma fachada científica, uma apresentação de povos mais brancos como sinônimo necessariamente de povos mais adiantados, etnicamente, sobretudo.

Tal perspectiva é irradiada da França de Vacher de Lapouge e do Conde de Gobineau e se impõem como teorias basilares, fundadas na pressuposição de que os francos, de origem ariana, por sua origem étnica, teriam se imposto como elite de uma França cujo povo proviria de uma Gália latina, mais miscigenada e supostamente inferior¹⁰.

Tal exercício de transposição certamente encontra equivalentes na Península Ibérica, como uma orientação parecida em relação a um norte celta e formador dos elementos cristãos e puros da nacionalidade, seja na Galícia e no principado Asturiano, seja no Portugal que emerge de um norte igualmente celta. Todavia, é importante salientar que Herculano e Quental, num primeiro momento, e Cortesão e Sérgio logo depois, têm uma orientação teórica que pode ser posicionada, seguramente, como obras praticamente incompatíveis com leituras antropológicas apressadas das questões raciais. Aqui podemos falar incisivamente da *ausência* de racismo na obra desses autores.

¹⁰ Cf. sobre esse tema, além de SOBRAL (2004) e de SCHWARCZ, (1993), o livro de Patrícia Ferraz de Mattos (2008).

O mesmo não se pode dizer de outros autores da mesma época e que conceberam uma obra teórica com outro discurso sobre a formação portuguesa, já imbuída de uma leitura racializante a partir de um posicionamento de recorte geográfico, com uma proeminência do norte mais celta sobre um sul mourisco e miscigenado.

Em trabalho alentado sobre o tema, o antropólogo português, José Manuel Sobral, (2004) mostra como a identidade portuguesa foi interpretada por autores importantes a partir desse viés racial. Começando por Teófilo Braga¹¹, de quem analisa praticamente todas as obras, Sobral assevera que em sua obra o fator étnico, tratado em termos *rácicos*, ocupa um lugar preponderante. No sentido inverso ao que postulou, por exemplo, Alexandre Herculano, para Braga “Portugal devia a sua «unificação nacional» ao facto de não ter sido atingido, na sua formação, pela preponderância de sangue semita — de fenícios, cartagineses, árabes e judeus”. (SOBRAL, 2004, p. 260).

À continuação, Basílio Teles (1956-1923), também autor dentre os mais influentes do século XIX em Portugal também associa o norte com os povos brancos e o sul com os elementos semitas, concluindo de maneira incontestável que o norte teria forjado a nacionalidade portuguesa:

O Norte, de matriz *galleciana*, de guerreiros e agricultores, é o verdadeiro agente histórico da formação de Portugal e, além disso, teve uma acção decisiva na formação do Brasil. O Sul, com populações arabizadas, é dominado pelo comércio, pela aventura marítima, pelo mercantilismo, à «maneira árabe e berbere». (SOBRAL, 2004, p. 267).

Restando, finalmente, ao poeta Teixeira de Pascoaes (1877-1953), poeta influente em seu tempo e bastante ocupado com a temática da nação, um posicionamento étnico mais balizado, sem hierarquizações entre os povos distintos que, amalgamados, deram corpo à sociedade portuguesa.

¹¹ Teófilo Braga (1843-1924) que era uma figura de grande importância em sua época, vindo a ser inclusive o primeiro Presidente da República em Portugal, instituída em 1910.

Para ele há uma raça portuguesa, porque existem uma língua, uma arte, uma literatura, uma história, etc., portuguesas (id., *ibid.*, p. 25). Raça é o equivalente de nação (id., *ibid.*, p. 18). Ora essa raça, volta a afirmar, é o produto de uma fusão entre arianos — celtas, gregos e romanos, godos — e semitas — fenícios, judeus e árabes —, sem qualquer hierarquização. Fusão que deu à *raça lusitana*, como lhe continua a chamar, as suas «próprias qualidades superiores» (SOBRAL, p. 72-75).(271-2 [17]).

Depurada a conclusão de Pascoais, ele apenas chama de *raça*, expressão caída em desuso, um elemento que hoje pode ser qualificado tão-somente como sociedade. Onde fala em raça portuguesa, entende-se a sociedade portuguesa enquanto tal. António Jacomo (2007), filósofo português contemporâneo, também percebe essa configuração interétnica na obra de Pascoaes, vendo nesse aspecto a grande força da sociedade portuguesa. “Portugal resiste, há oito séculos, ao poder absorvente de Castela. Demonstra esse facto que, de todas as velhas nacionalidades peninsulares foi Portugal a dotada de mais força de carácter ou de raça (p. 102)”¹².

Desse modo, o que se depreende da leitura dessa outra tradição do pensamento português é que a decadência teve antes uma motivação étnico-racial, amparada na pressuposição de que a sociedade portuguesa do sul, fortemente vinculada à presença árabe, teria motivado essa decadência, seja através das lides marítimas se sobrepondo ao trabalho laborioso da agricultura do norte (Basílio Teles), ou, como, para Teófilo Braga¹³, na mesma linha, afirmando que “Portugal devia a sua «unificação nacional» ao facto de não ter sido atingido, na sua formação, pela preponderância de sangue semita — de fenícios, cartagineses, árabes e judeus.” (*Apud* SOBRAL, 2004, p.260)

¹² E este seu carácter, continua Pascoaes, trabalhado depois pela paisagem, resultou ou nasceu da mais perfeita e harmoniosa fusão que, neste canto da Ibéria, se fez do sangue ariano e semita. Estes dois sangues, equivalendo-se em energia transmissora de heranças, deram à Raça lusitana as suas próprias qualidades superiores, que, em vez de se contradizerem – pelo contrário – se combinaram amorosamente, unificando-se na bela criação da alma pátria.(Pascoais, 1998, p. 58)

¹³ No Estudo “Elementos da Nacionalidade Portuguesa”, publicado entre 1883-84.

Por fim, cabe ressaltar a interpretação de Antonio Sardinha sobre a formação portuguesa, para ele iniciada no sul e empurrada para o norte com as invasões árabes. A interpretação de Sardinha variou muito desde sempre, tendo o autor chegado mesmo a tratar de raças republicanas e monárquicas, as primeiras, semitas e, portanto, fator de instabilidade, a segunda, a verdadeira raça portuguesa a quem se deviam as suas glórias históricas. (SOBRAL, 2004, p. 275).

Em resumo, os autores portugueses tratados inicialmente¹⁴ têm uma perspectiva epistemológica próxima a dos autores brasileiros tratados ao longo da presente tese: a formação portuguesa deve-se fundamentalmente aos elementos de sua cultura, desenvolvida em contatos prolongados entre povos de tradições distintas, sujeitas às interpenetrações culturais que forjam elementos novos, dos quais emerge a noção portuguesa no século XV inteiramente preparada para a missão de alargar as fronteiras do ocidente cristão.

À continuação, é o recrudescimento religioso, responsável pela expulsão judaica e depois árabe, a justificativa fundamental pela profunda inflexão *valorativa* porque passa a sociedade portuguesa. Essa expulsão, revela Antonio Sérgio, não provinha exatamente da Corte, mas seria um reflexo desta às aspirações mais altas do povo para que as expulsões viessem a efetivar-se (Cf. SÈRGIO, 2007).

Já o posicionamento dos autores apresentados por José Manuel Sobral não são evocados na presente tese com a intenção de tirar-lhes mérito, mas antes mostrar o quão foram figuras de seu tempo e, por contraste, evidenciar o quanto Herculano, Antero e Martins¹⁵ não o foram. Sérgio e Cortesão, por sua vez alargaram ainda mais os horizontes do pensamento português. E Teixeira de Pascoaes, finalmente, se apresenta como autor que não hierarquiza as distintas etnias que compuseram a experiência da formação portuguesa,

¹⁴ Quais sejam, Alexandre Herculano, Antero de Quental, Oliveira Martins, Jaime Cortesão e Antonio Sérgio.

¹⁵ Muito embora Martins considere, em páginas gravíssimas segundo Gilberto Freyre, que “Há decerto, e abundam os documentos que nos mostram no negro um tipo antropologicamente inferior, não raro próximo do antropóide, e bem pouco digno do nome de homem”. (Oliveira Martins, *O Brasil e as colônias portuguesas*). Apud Freyre, 2000, p. 370).

eventualmente apresenta um fundo racializante no interior do seu pensamento, mas também tece laos aos semitas e reconhece o fato inevitável de que estes são parte importante da composição mais profunda do “ser português”.

Antonio Sardinha, por sua vez, tem um pensamento oscilante, cujo elemento mais recorrente é o seu nacionalismo evocativo da antiga Lusitânia como elemento definidor das particularidades portuguesas frente à Espanha, o que impediria, por principio, a União Ibérica. (Cf. Sardinha, 1916).

Desse modo, o que se depreende de mais profundo nessa relação de continuidade existente entre a experiência da formação portuguesa e em sua continuação no continente americano, vindo a confluir nessa experiência que é a formação do Brasil, é que a vida intelectual nos dois países reflete também essas convergências.

Portugal é um país que possui em sua composição étnica e cultural uma pluralidade de povos, ramificados e em interação profunda durante muitos séculos. O que aqui se pretende evidenciar é que certa tradição do pensamento português do século XIX e da primeira parte do XX soube estabelecer um encadeamento de valores que coloca em primeiro plano esse fenômeno e dele conclui que muito da venturosa experiência de unificação e expansão da cultura portuguesa esteve ligada a essa diversidade e que ela esteve sempre prenhe de significados universais.

Se há continuidade entre a história portuguesa e a brasileira e proto-brasileira, o que se depreende da confrontação textual dos 5 autores portugueses com os 5 autores brasileiros, estes, cujas obras principais são as fontes fundamentais da presente tese, é que há continuidade *também* entre o pensamento português e o brasileiro.

Curiosamente, todos têm em comum o fato de terem lido e citado expressamente Alexandre Herculano, recuperando algum tema do grande historiador português para corroborar suas teses, o que faz dele o iniciador dessa tradição ensaística

De Oliveira Martins, Antero e Eça, assinala Fidelino de Figueiredo (Cf. JÁCOMO, 2007, pag. 118), a Espanha herdou a idéia e posturas intelectuais que se frutificam na geração seguinte, a de 1898, cujos nomes mais célebres são Miguel de Unamuno, Menéndez Pidal e António Machado¹⁶. O mesmo se passa com a primeira geração da sociologia brasileira, de forte feição ensaística, trazendo no bojo de sua interpretação algo de uma inquietação frente ao atraso, que só não é decadência por que não corresponde à história do Brasil momentos de florescimento, como em Portugal. O Brasil, seria, antes de tudo, um vir-à-ser permanente. Antonio Sardinha comenta sobre os autores do Portugal do XIX que “Todos eles foram patriotas, tão saturados da grandeza passada de Portugal como desesperados pela sua pequenez contemporânea.” (JÁCOMO, 2007, p.124). O que corresponde também ao Brasil no que diz respeito à obsessão modernizadora que irrompe em toda uma geração de autores brasileiros, empenhada em apontar caminhos para a superação do atraso que seus escritos vieram revelar.

Portanto, história e pensamento, ou *vivido e pensado*, em Portugal e no Brasil têm essas marcas profundas: interação étnica e caldeamento cultural e uma formação social que corresponde às suas características espaciais, de meio físico, de clima e de solo. Corresponde-lhe um pensamento ensaístico que opera pela via da pluralidade causal e do enfrentamento do tema amplo da formação social, procurando submetê-lo aos diversos elementos que possuem interação causal com ele. Um pensamento que resistiu ao assédio de correntes ruidosas de pensamento e preservou-se da derrocada que as teorias que apenas reverberam paradigmas dos centros mais influentes de pensamento poderia lhes condenar.

Manteve-se, portanto, nos limites proveitosos da influência, fato aliás bastante recorrente entre os países da Europa, no que concluímos juntos com Antero: “Já na Idade Média a Europa formava uma espécie de confederação moral, e que a troca de pensamentos,

¹⁶ Fidelino de Figueiredo considera ainda que Oliveira Martins foi o precedente do ensaísmo contemporâneo espanhol. (JÁCOMO, op. Cit. 118)

das descobertas, das criações artísticas era já então uma lei natural para nações todas cristãs, herdeiras todas da civilização romana” (QUENTAL, 1872, p.69).

De algum modo, pensar e interpretar o pensamento ensaístico e sociológico português, sua forma, suas idéias e a forma como esse pensamento ensaístico e aberto também floresceu no Brasil, é vê-los como parte do mundo, recebendo influências de outras partes, especialmente da Europa, mas rompendo com a condição de mero importador cultural e se colocando como parte de um movimento de amadurecimento das ciências sociais em geral.

**PARTE II – O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E SUA LEITURA DA
FORMAÇÃO PORTUGUESA. TEMAS E AUTORES FUNDAMENTAIS E SUA
EVOLUÇÃO.**

Capítulo 3 – Entre a sociologia e a política: Alberto Torres e Oliveira Vianna

“Cientistas, literatos e juristas da escola de Coimbra trouxeram, para o nosso meio, brilhantes idéias, conceitos teóricos, fórmulas jurídicas, instituições administrativas, estudadas nos centros europeus, Com tal espólio de doutrinas e imitações, arquitetou-se um edifício governamental, feito de materiais alheios, artificial, burocrático”
(Alberto Torres, 1982, p.62)

O presente capítulo procura mostrar a convergência teórica entre dois autores que publicaram estudos importantes na primeira metade do século XX. Trata-se de Alberto Torres (1865 – 1917) e de Oliveira Vianna (1883 - 1951). Aqui, apresentaremos suas idéias de forma associada à sociologia política, bem como o seu papel de precursores dessa disciplina. Finalmente, como as questões da cultura e da formação portuguesa como recurso compreensivo da formação social do Brasil recebem desses dois autores uma análise alentada.

Da geração anterior ao pensamento dos anos 30 são dos autores que apresentam visão mais moderada quanto aos possíveis óbices da cultura portuguesa transmigrada para a Colônia, moderação que pode ser associada com noções claramente articuladas na sociologia política de Montesquieu – lido por ambos - quando postula que as *leis* não podem transcender a história e ao meio físico para se contrapor às tradições e à cultura, que estariam diretamente ligadas a esses aspectos, sob risco de se criar, se imposta pela força, grandes conflitos, ou

ainda, quando apenas promulgada, sem uma base social (*as necessidades*) que as mantenham de pé, tornar-se “letra morta”.¹

Nessa linha, a característica que primeiramente chama a atenção nesses dois autores brasileiros é a conduta bastante descritiva e realista - se assim se pode falar - que apresentam da formação brasileira. Partem de uma perspectiva que tem a pretensão de promover o reencontro dos fatos com as leis², o que, por princípio não conduz à rejeição à herança portuguesa e ibérica, mas antes possibilidades de modernização dentro dessas tradições políticas que foram legadas ao Brasil. Para esses dois autores essa possibilidade desenha-se de fato como a mais viável dentre todas³.

Atento a essas premissas, é possível perceber uma tendência no pensamento social brasileiro que salvaguarda essa referência positiva ao mundo ibérico, tanto porque o Brasil poderia aperfeiçoar, a partir de um rigoroso realismo político, as suas instituições, tema caro a Alberto Torres, ou asseverar, como pensava Oliveira Vianna, que nem sempre a democracia é destino manifesto das sociedades identificadas com o Ocidente, tampouco o modelo mais aperfeiçoado de vida política, ponto de partida de sua cantilena fortemente identificada com o autoritarismo.

Há, assim, intersecções nesses dois autores que os coloca, pela força de sua presença no pensamento social brasileiro, como *escola de pensamento*. Ambos tendencialmente lusófilos e de tendências mais democráticas um – Alberto Torres – e autoritária o outro – Oliveira Vianna – na obra de cada um deles é possível identificar análises e interpretações de

¹ Na feliz expressão de Sérgio Buarque de Holanda (1971, p. 133).

² Em análise detida da formação histórica das instituições políticas, Alberto Torres conclui sobre “A relativa espontaneidade das formações sociais, em seu tipo normal”, e mesmo quando a força da inteligência lhes modifica aspectos, aperfeiçoando-os, caso de um Sólon e de um Licurgo, é porque souberam “Perceber as formas reais da vida social, apreendendo-lhes os processos de direção” (TORRES, 1982, p.154).

³ Essa discussão chega ao presente através dos estudos de Richard Morse (2000), que chama a atenção para o fato de que a democracia e a tirania não são, necessariamente, formas políticas, por excelência, de anglo-saxões e ibéricos, respectivamente, posto que as possibilidades de combinações de tradições culturais e filosóficas com sistemas de governo são variadas e atendem a demandas diferentes. (p. 49), de modo que acolher de forma simpática em seus estudos teóricos a referência ao passado português não afiança, por definição, um regime político específico, posto que não haveria conotação institucional no conceito de iberismo, sendo antes uma vinculação empática.

que a herança portuguesa guardaria semelhanças com o autoritarismo, instrumental ou não. Outras vertentes analíticas transparecem, também, como a centralização política, na forma de vocação plenamente desenvolvida no mundo português, aí incluído o Brasil, ainda que em momentos específicos da história essa centralização tenha sido substituída por outros arranjos de poder. Ainda neste enfoque é possível perceber o contraste com o “mundo hispânico” - na Península Ibérica e no continente americano - de fragmentação espacial e de identidades inconsistentes entre si, especialmente se observada a tarefa exitosa do Segundo Reinado no Brasil do Século XIX, que, a despeito dos contrastes que passavam a saltar aos olhos, como a manutenção de uma sociedade escravista, conseguia completar uma unificação estável da nação. Tarefa esta praticamente impossível entre as inúmeras Repúblicas de todas as ordens de grandeza na América Espanhola⁴.

Do mesmo modo, para o pensamento dominante no século XIX e meados do século XX, a herança política portuguesa podia ser entendida como valor positivo também quando contrastada com as outras possibilidades representadas dentre o povo, de predominante ascendência de ameríndios e africanos, que subsumiam à condição de escravizados, de modo que o recorte étnico tornava-se imperativo para os autores do período, que associavam de maneira cada vez mais clara as referências étnico-raciais e o quadro de cultura política associada a cada matriz que compunha o povo brasileiro, sempre com imensa vantagem para a presença portuguesa e sua cultura⁵. Tema fundamental, e hoje notável, na obra de Alberto Torres é que ele conseguiu escapar dessa armadilha e conceber uma obra sociológica que considera o racismo e suas condicionantes como uma causalidade sociológica superada⁶.

⁴ Temática que será tratada mais adiante. (Cf. TORRES, 1978, p.46)

⁵ Estas referências já estavam presentes, por exemplo, nas recomendações feita por Martius em “Como se deve escrever a história do Brasil”, tese vencedora de concurso promovido pelo IHGB em 1840 e publicada em sua Revista em 1845. Neste documento constava o enfoque do Brasil a partir da presença e caldeamento das três “raças” e dessa referência como fundamento importante de análise da formação social do país. (Cf. GUIMARÃES, 2000).

⁶ Evocando para isso, inclusive, Franz Boas (1858-1942), o pensador que individualmente mais contribuiu para a superação do racismo científico do século XIX. (TORRES, 1978, p. 58)

Assim, Alberto Torres e Oliveira Vianna já são autores que transcendem, por um lado, as exegeses da nação brasileira a partir de Portugal, mas, também, as profundas restrições que se faziam aos Portugueses nos primeiros momentos da independência, as quais nortearam os movimentos nativistas e, desde então, na seqüência, prosseguindo como referência entre ensaístas do século XX⁷. Torres e Viana, ao contrário, fazem um diálogo mais histórico e menos afetado pela conjuntura política das últimas décadas do século XIX, transcendendo também o discurso oficial que atravessa a História do Brasil de Varnhagen, francamente apologética da presença de Portugal e de sua cultura no Brasil.

É importante salientar que essa orientação mais realista em relação à forma de se colocar a problemática da herança portuguesa não era algo dado entre autores brasileiros contemporâneos seus, tais como Manuel Bonfim e Paulo Prado, por exemplo, ainda profundamente marcados senão pelo nativismo, por uma acidez retórica em relação ao colonizador português que, dificilmente, deixava saídas para um aperfeiçoamento político, cultural e institucional, qualquer que fosse ele.

Assim, cabe perguntar: porque a obra de Alberto Torres traz uma leitura mais criteriosa das instituições políticas desenvolvidas na nascente sociedade brasileira, não negativando a priori a referência ao legado português? É possível que tal resposta se articule com o tipo de diálogo estabelecido pelo autor com premissas já de uma sociologia política, se atentando aos fundamentos de se manter no primeiro plano de análise a importância dos hábitos e costumes na constituição da vida política, o que o autor e depois seus intérpretes chamam de *realismo*. Por isso, descarta os apriorismos – especialmente os liberais – tão

⁷ Sobre a temática do nativismo, o crítico literário Eduardo Frieiro (1941) demonstra com bastante acuidade a extensão e as implicações do que ele denomina de *criolismo literário*. À continuação, é possível também entender a maneira como a negação de Portugal não era apenas uma arenga literária e cultural, mas que atingia as relações sociais num cotidiano que incluía uma massa gigantesca de emigrantes portugueses empobrecidos, que sofriam uma forte degradação de sua imagem no Brasil no contexto imediatamente após a Independência (Cf. PEREIRA, 1999, p. 193) e mesmo antes a indiferença já estava calcificada na categoria de “estrangeiros”, e nas denominações pejorativas, tais como “marotos”, “pés de chumbo” e “marinheiro”. (Cf. PINHO, S/D p. 253)

ligados às ideologias prescritivas que era o *modus operandi* básico do período em que o autor concebe e escreve sua obra.

Este “realismo” consiste basicamente no exame dos fatos históricos conjugado com a análise das concepções e teorias em voga apreendidas, muitas vezes, em livres especulações filosóficas, o que tornaria possível chegar-se a uma análise mais precisa da vida política de uma sociedade. Esta análise não deveria implicar em rejeição à formação social e política encontrada, pois esta não é tarefa do pensador político, antes lhe cabendo o registro dos fatos encontrados, mesmo quando este investigador da realidade seja, ele mesmo, um homem também da política, caso de Alberto Torres. Assim, o seu ideal deve ser antes epistemológico, de busca incessante de distanciamento axiológico dos fatos analisados, e não procurando o desenho utópico do porvir.

É essa conduta distanciada que concorre para fundamentar esse realismo, que leva ao primeiro plano das análises do social, a observação de hábitos e costumes, combinada, finalmente, à vigilância epistemológica que Alberto Torres fazia permanentemente sobre sua própria obra. Esse ato parece ser algo relativamente simples, mas, no contexto da incipiente formação das ciências sociais no Brasil, foi o que lhe garantiu atualidade especial à sua obra. Sem grandes pretensões teóricas, mas tampouco sem recorrer às escolas e conceitos em voga, não ficou superado junto com elas. A sua predileção pelas descrições, articuladas com a discrição pessoal de quem não queria se deixar afetar pela pretensão bacharelesca e artificial presentes no direito constitucional da época, que apresentava um recorte mais sociológico, e pelo qual não tinha nenhuma estima, são pressupostos que o desamarram de pré-noções que permitem a ele se lançar em análises mais objetivas, com atenção acurada nas intersecções possíveis entre o Estado, portador de missão especial no Brasil, e uma sociedade recôndita, que poderia ser conduzida a plano de maior luminosidade na arquitetura política da nação⁸.

⁸ Possivelmente é Alberto Torres quem inaugura essa via que irá implicar numa tradição do pensamento político brasileiro que - sinteticamente e seguindo as pistas de Bolívar Lamounier (APUD REIS, 1998, p. 78) aponta para

Assim, a vida política do Estado-nação em formação que foi o Brasil ao longo do século XIX e início do XX, seria apontada, a partir da obra de Alberto Torres, para uma experiência na qual o Estado seria o protagonista, conduzindo o país, transpondo as limitações econômicas e articulando a vida política pela via da centralização, única forma possível de se ocupar os imensos espaços vazios deixados por uma história institucional que até então se orientara pela ocupação do território e sua defesa, mas que, uma vez ocupado e defendido, poderia se pensar em que termos o país seria erigido⁹. Nos termos encontrados pela sociologia política de Alberto Torres e, depois, também de Oliveira Vianna, deve-se exatamente assinalar essa necessidade de centralização de um Estado que se relacionaria com a sociedade, a partir de então, por uma via que ficaria conhecida como autoritária, que seria uma realização plena da “ideologia de estado”.

No Brasil, onde a sociedade não chegou a reunir sequer os elementos agregantes da tradição – nem a sociedade existe, nem o Estado; e Estado e sociedade hão de organizar-se, reciprocamente, por um processo mútuo de formação e de educação. (TORRES, 1982, p. 37).

Essa via centralizadora seria fruto tanto das condições de ocupação do território quanto da cultura política portuguesa, que fecharia um círculo, apontando para o fato de que numa sociedade como a brasileira o Estado se ocuparia, senão de formar a sociedade, de dar formação aos seus indivíduos, que passariam a ter apreensão mais exata da autoridade, endossando, daí por diante, o projeto de constituição da nação à moderna por essa via da

a formação de um sistema ideológico que legitima o estado como o princípio tutelar da sociedade brasileira, que Lamounier denomina como “ideologia de estado”, fenômeno antitético às possibilidades apresentadas pelo liberalismo clássico como horizonte possível de articulação política da sociedade e que teve grande influência durante o Segundo Reinado. Todavia a forma de encaminhar a competição democrática era também pela via da centralização política, na medida em que era o Poder Moderador, e não o sufrágio universal, que cumpria essa importante função. (Cf. José Murilo de Carvalho, 1996, p.374)

⁹ Essa temática da centralidade do território como instrumento fundamental da construção da ordem, na cultura política portuguesa, depois legada ao Brasil, é desenvolvida de forma bastante acurada na tese/livro de Demétrio Magnoli. *O Corpo da Pátria*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. Também retomada por Rubem Barboza Filho em seu livro *Tradição e artifício*, ele recupera o tema e sua extensão no escopo das tradições do pensamento português com a arquitetura conceitual ligada ao territorialismo e deste com o barroco, como sendo formas profunda de se interpretar o mundo no universo português, no qual estaria incluído o Brasil.

ideologia de Estado, passando, finalmente a ocupar um lugar na ordem, o que no momento ora descrito (século XIX e início do XX) de fato não teria¹⁰.

Resumindo: uma conexão causal, ainda que aproximada, levaria à seguinte seqüência argumentativa, iniciada por Alberto Torres e continuada por Oliveira Vianna: imensidão territorial e cultura política de Portugal levam ao vazio do Estado ----» sua superação proviria de um Estado que exige forças de uma sociedade que abdica de seus direitos ---» a autoridade do Estado se completaria e ---» a partir daí, é possível elaborar um programa de cidadania, em que um Estado forte e cidadãos educados sob sua égide, forjariam um no outro uma sociedade de tipo moderno.

3.1 Alberto Torres e a invenção do realismo no pensamento social brasileiro

Para Cruz Costa (1956) a filosofia seria uma tarefa difícil de ser constituída entre pensadores brasileiros, por que a análise da realidade estaria sempre exposta à mediação da conjuntura e, por isso, a sociologia se prestaria melhor a encaminhar os temas que comporiam as demandas por teorização, formando uma agenda de debates nos quais o Brasil – sua formação social e sua identidade – seria sempre tomados a priori. Assim, como o tema da nacionalidade ocuparia sempre esse primeiro plano, estaria neste fato, portanto, o desacordo da tradição intelectual do Brasil com a universalidade dos problemas que compõem a filosofia.

¹⁰ É interessante observar como o tema da centralização como princípio da cultura política portuguesa também aparece entre teóricos portugueses. “A uniformização lingüística, porventura também a uniformização administrativa precoce, estão na base deste êxito de definição de um espaço político. E essa unidade espacial incorporou-se no sentir político dos portugueses. Característica que melhor se observa quando se projeta para fora do território europeu de Portugal. À fragmentação do espaço da América espanhola contrapõe-se a unidade do espaço brasileiro. A unidade espacial como concepção de raiz portuguesa ajuda a explicar a unidade do Brasil”. (MAGALHÃES, 1999, P. 119).

Então, “estudar o Brasil objetivamente”, são as palavras que o principal estudioso da obra de Alberto Torres, Barbosa Lima Sobrinho (1968, p. 308) utiliza para definir o princípio que ata a motivação do autor com o sentido político e sociológico que imprime aos seus escritos, sendo ele, assim, o autor que primeiramente rompe com as linhas gerais que fermentaram a *intelligentia* brasileira que lhe precedeu, na medida em que ele já observa, textualmente inclusive, o seu desacordo com a tradição bacharelesca que o Brasil teria herdado de Portugal. Por esse motivo, Torres não tem um projeto de sociedade que encilhe o Brasil numa perspectiva teleológica, como os positivistas e, tampouco, observa que a herança portuguesa e africana condenasse o Brasil; tampouco a indígena, que não deveria ser motivo de orgulho nativista e tampouco um óbice para que o país avançasse nas suas pretensões modernizantes. As referências étnico-culturais que compõem a diversidade do Brasil estão todas presentes em sua obra e seriam ociosos os juízos de valor, porque a preocupação do autor volta-se antes para o futuro, sendo o passado instrumento de *compreensão*, e não de elegia.

É neste terreno desbastado por uma intuição aguda que Alberto Torres erige sua obra, que já surge quase que completamente depurada dos pendores racistas que orientavam as análises sociais do período, levando-o a buscar outras possibilidades interpretativas para um país que, na década de 1910, quando escreve seus dois principais livros¹¹, sentia pulsar o pessimismo ligado ao atraso do país em relação a um mundo cada vez mais industrializado e desenvolvido, do qual o Brasil se descompassava cada vez mais.

Esse pessimismo estava menos presente durante o Segundo Império, porque a vida econômica do país estava menos retardatária em relação à Europa e Estados Unidos, uma vez que a Segunda Revolução Industrial era ainda incipiente, ganhando impulso vigoroso, segundo Frederic Mauro (1976, p. 269) só a partir de 1873. Em tal conjuntura, a *intelligentia*

¹¹ Trata-se de *A organização nacional* e de *O problema nacional brasileiro*, ambos publicados em 1914, muito embora Sobrinho (1968, p. 314) chame a atenção para o fato de que *O problema nacional brasileiro* tenha sido escrito depois e que, por isso, traria pontos de vista mais aperfeiçoados sobre alguns temas.

do país ainda analisava a política e a sociedade, segundo Torres (1982), pelos “conceitos teóricos, fórmulas jurídicas, instituições administrativas, estudadas nos centros europeus” (p. 62), e desse fenômeno extrai conseqüências das mais reveladoras para a inflexão pretendida com seus estudos:

Com tal espólio de doutrinas e de imitações, arquitetou-se um edifício governamental, feito de materiais alheios, artificial, burocrático. Os problemas da terra; da sociedade, da produção, da povoação, da viação e da unidade econômica e social, ficaram entregues ao acaso; o Estado só os olhava com os olhos do fisco; e os homens públicos – doutos parlamentares e criteriosos administradores – não eram políticos, nem estadistas, bordavam, sobre a realidade da nossa vida, uma teia de discussões abstratas, ou retóricas; digladiavam-se em torno de fórmulas constitucionais francesas ou inglesas. (TORRES, 1982, p. 62).

Em tal ambiente não poderia haver uma percepção correta da real situação da sociedade brasileira e menos ainda das saídas possíveis que permitissem conduzir o país a uma modernização, realizando todas as suas potencialidades e indicando-lhe “o movimento e a direção” (TORRES, 1982, p.63), mesmo na República, com a multiplicação de estudos e investigações, bem como dos seus meios de divulgação, conclui Torres, se conseguiu de fato propiciar a que viesse a tona estudos sociais minuciosos e pormenorizados e com espírito de conjunto.

Seguindo à risca o princípio de atar a análise do social com um programa de ação, assevera Torres que “Atenuados os elementos da raça, da religião, dos costumes e até o da língua, perderam as coletividades nacionais o caráter comunitário; desenvolvidos os elementos morais, sociais e econômicos, fortalece-se a forma de associação” (TORRES, 1982, p. 114). Na página seguinte, detém-se na questão da miscigenação de todos os povos, inclusive daqueles aparentemente infensos na aparência a esses processos, como o povo do Japão, para concluir de forma lógica que “É uma falsa concepção, entretanto, do problema das novas nacionalidades, a que faz depender seu desenvolvimento da introdução de homens das raças brancas, e atribui a decadência dos descendentes dos primitivos habitantes, indígenas ou estrangeiros, a um fenômeno de degeneração étnica” (Id: P. 115). A prosperidade relativa que

logo conhecem os novos imigrantes europeus, diz ele acertadamente, liga-se antes a ambição – propulsora da iniciativa - e ao favorecimento do governo.

Vai mais longe, acusando aqueles que não eram poucos na altura em que escreve, que acalentavam o sonho de uma futura nacionalidade brasileira formada de puros tipos europeus. Essa busca de puros tipos europeus não é um tema menor das ciências sociais no Brasil. Conhecido depois como política de branqueamento. Lilia Schwarcz (1993) mostra a extensão do tema no Brasil oitocentista e, em minúcia, as matrizes sociológicas, de grande influência, que conduziam as reflexões dos ideólogos do branqueamento. Alberto Torres é possivelmente um dos primeiros antagonistas das possibilidades apresentadas por tal processo e Sobrinho (1968) apresenta de forma definidora os posicionamentos de Torres: anti-racista e contrário ao branqueamento ao mesmo tempo em que não se definiu como apologista da miscigenação, da qual também era crítico, mas sem se deter demoradamente nesse último tema.(p. 311-15)

Tratando diretamente da política de branqueamento, concluía Torres que “Essa ilusão deve desvanecer-se”, (Id., p. 116), mostrando ainda que africanos e indígenas formaram um tipo apropriado às nossas condições, que tendiam a evoluir e se aperfeiçoar e que se tal fenômeno não se mostrara ainda “É [por] que deixamos em abandono a sorte de índios e de negros, em vida selvagem ou miserável, sem progresso possível” (Id.). Com leituras contraditórias sobre a origem da nacionalidade portuguesa e de seu papel na formação do Brasil, Alberto Torres apresenta uma interpretação bastante severa em *A organização nacional*, em páginas que em muitos pontos se assemelham a leitura de Paulo Prado (1997), uma década depois.

Portugal, enviando para suas colônias os elementos irrequietos do povo sem cultura e sem piedade, assentou as raízes da nossa história econômica sobre a cobiça da riqueza fácil, na mineração e na devastação das matas, com a submissão do indígena e a escravização do africano. Esses hábitos perduram enquanto permanecem as condições sociais que os alimentam. (TORRES, 1982, p.. 100).

Prossegue fazendo sugestões sobre a decadência e apatia do negro, do índio e do português, para concluir que, como estes, os novos imigrantes no Rio de Janeiro e em Santa Catarina também estariam destinados a decair. (TORRES, 1982 p. 186).

Já em *O problema nacional brasileiro*, a questão das “raças” e em especial do português aparecem de forma mais coerente com o conjunto dos seus escritos. Como já dito, esse livro apresenta, algumas vezes sobre as mesmas temáticas, uma leitura mais aprofundada e que dá uma melhor percepção de contigüidade ao seu pensamento.

Avaliando a trajetória dos Estados Unidos, atribui ao “pleno estádio de vigor” da Inglaterra à época da colonização daquele país a “marca progressiva do seu extraordinário desenvolvimento” (TORRES, 1978, p.44) e, ao prosseguir, em franco diálogo com seu tempo, acha necessário ainda considerar que os ingleses, assim como os portugueses, provinham de um fundo étnico muito similar, ligados ambos aos povos celtas. Prossegue elaborando considerações sobre Portugal, sem muita profundidade, mas com uma valoração engenhosa dos fatos históricos que vai elencando

A Inglaterra foi uma estufa humana, protegida pelo oceano, e que monopolizou o oceano, desde que o oceano passou a ser teatro das grandes lutas da concorrência; Portugal foi um pequeno povo quase sem terra para a sua conservação, que, tendo realizado no mar as maiores empresas de descobrimento e de ocupação, cedeu à força do poder numérico e da vantagem territorial, no continente, dobrando-se, ao mesmo tempo, perante a concorrência marítima da própria Inglaterra e dos povos descobridores e colonizadores mais ativos que o mundo possuiu, no período das grandes iniciativas oceânicas. Conquistado pela Espanha, Portugal não se reemancipou, senão para viver a mais crítica das existências, numa inútil reação contra a pressão das lutas continentais, colimadas com a fuga de D. João VI, e contra a expansão marítima da Inglaterra, ultimada com a definitiva subordinação política à poderosa aliada do norte. (TORRES, 1978, p.45).

Coerente com o seu modelo realista, Torres endossa a tese de um Portugal heróico, que supera os condicionamentos que na Europa o estrangulavam, lançando-se aos novos espaços trans-continentais. Opta, finalmente, por identificar na conjuntura européia subsequente às descobertas, elementos novos aos quais Portugal já não teria forças para

acompanhar. Resume a questão nessa ética da resignação, com o fim determinado de preservar o colonizador primevo do Brasil:

A capacidade e o valor abstrato de um povo, como os de um indivíduo, não se aquilatam em absoluto, pelo que pôde realizar, mas pelo confronto do que realizou com os obstáculos e as possibilidades encontradas. Sob este critério, a pátria de Camões e de Vasco da Gama apura, com honra, o quilate do seu caráter. A colonização do Brasil realizou-se justamente durante o período de declínio de Portugal. (TORRES, 1978, p.45).

E essa oscilação valorativa permanece, quando assevera, por exemplo, que o mundo anglo-saxônico se caracteriza pelo vigor, enquanto que o mundo português é visto durante a colonização do Brasil em declínio. (Id, p. 46).

Assim, segue sua interpretação sobre a formação do Brasil colada à realidade portuguesa e, percebendo uma necessidade de síntese sobre tema tão abrangente, enumera cinco fatores que teriam atrofiado o pleno desenvolvimento da sociedade brasileira: imprevisto; e depois fraqueza dos descobridores; as diferenças do clima e da terra entre Metrópole e Colônia; vicissitudes da colonização; e, por fim, desvio, durante a Independência. “Ao último, costuma-se creditar, em confronto com a história das repúblicas sul-americanas, as vantagens da ordem e da unidade nacional”(Id.), explica Torres, cujo contraponto a essa estabilidade teria sido a perda de iniciativa pelo excesso de conservadorismo das soluções apresentadas à época.

A ordem não foi assim tão completa; e se ganhamos um pouco em sossego, é certo que perdemos em iniciativa e em vigor de caráter, com o governo dinástico. Somos, afinal, descendentes de portugueses, povo, sem contestação, menos impetuoso que o espanhol; e não é arriscado conjecturar que mais firme teria sido a vida deste país, se a sua independência resultasse do progresso da aspiração nacional na vida do povo e fosse presidida por essa máscula geração de 1820, tendo a consciência, a liberdade e a responsabilidade da organização política. (TORRES, 1978, p. 46).

O cruzamento, assim explícito, das diversas passagens textuais em que Torres analisa o significado de Portugal e do mundo ibérico, deixa à mostra as contradições do autor sobre o tema. Todavia, tais contradições são parte profunda da história portuguesa, que oscila de um

florescimento de sua civilização, ao mesmo tempo em que lhe desenvolve os aspectos que haveriam de puxá-la para a decadência. De forma recorrente, o florescimento português é associado com as navegações do século XVI e decai, de forma paulatina, a partir de 1578, com a queda de Dom Sebastião no norte da África.

Assim, a obra de Alberto Torres - para além da questão do posicionamento de Portugal em seus ensaios de história e política - pode ser avaliada no presente com as mesmas palavras com que ele próprio analisou a tarefa de construção de outra obra, a do Brasil por Portugal: “A capacidade e o valor abstrato de um povo, como os de um indivíduo, não se aquilatam em absoluto, pelo que pôde realizar, mas pelo confronto do que realizou com os obstáculos e as possibilidades encontradas.” (TORRES, 1978, p. 45).

Sem dúvida que o desenvolvimento ulterior das ciências sociais no Brasil haveria de tornar o alcance da obra de Torres muito menor. Todavia, o seu papel como articulador da realidade através das idéias e de interprete da formação social do Brasil através da realidade, especialmente a pretérita, deu-lhe lugar de destaque nas décadas seguintes. Sobre o lugar de Torres, Cruz Costa (1956) avalia que “Entre outras coisas que fez, destruiu o tabu do liberalismo, lançou os alicerces de um Estado forte, arrancou a mocidade do materialismo e do ceticismo, desmascarou as manobras da finança internacional, e combateu o movimento comunista” (P. 397)[grifos do autor]. Ao que pode ser acrescentado que, no campo intelectual, inaugurou de certa forma a tradição de pensar a realidade nacional através do ensaio histórico do político, metodologicamente avançando através dos andaimes da sociologia política, de que dão prova a maneira parcimoniosa com que trata a experiência portuguesa e, nela, o lugar e as possibilidades para a modernização no Brasil.

3.2 - Oliveira Vianna e o iberismo

Tal como em Alberto Torres, a teorização perfeitamente identificável com a sociologia política presente na obra de Oliveira Vianna está quase toda ela extensivamente desenvolvida em dois livros, de dois tomos cada: *Populações Meridionais do Brasil* (escrito em 1918 e publicado em 1920) e *Instituições Políticas Brasileiras* (1949). Mas, diferentemente de Torres, de quem foi amigo, colaborador e até certo ponto um continuador de sua obra¹², a reflexão de Vianna apresenta uma arquitetura argumentativa bem mais complexa e contraditória, sendo ainda mais profunda e influente na sociologia política brasileira.

Uma apreciação quantitativa da obra desses dois autores levaria inevitavelmente à conclusão de que Vianna errou mais e acertou mais do que Torres e, por isso, tornou-se um clássico, ou um fundador, ao mesmo tempo em que, por seus erros conceituais, foi mais duramente criticado e esteve mais próximo de ter sua obra abandonada pelos novos estudiosos. Todavia, os demais temas que não estão ligados aos erros e acertos de Vianna, o aproxima bastante de Alberto Torres, tais como o realismo (que Vianna denomina de “ida aos fatos”), que é a objetividade proporcionada pela aversão ao bacharelismo, tão presente nos meios intelectuais brasileiros nesse período que precede às reflexões do modernismo paulista. No campo estritamente conceitual, ambos propugnam a centralização e o Estado forte como condutores da realidade brasileira, que haveria de incluir a massa amorfa de trabalhadores sem direito e noção alguma de cidadania.

¹² Muito embora granjeasse a Sílvia Romero papel de influência mais decisiva sobre seu pensamento: “Esta compreensão objetiva e científica das nossas coisas e dos nossos problemas eu a adquiri cedo, ainda nos meus tempos ginasiais -- e os estudos posteriores que fiz só me serviram para confirmá-la e robustecê-la cada vez mais. Não foi Torres, como geralmente se pensa, quem me deu a primeira orientação neste sentido; foi Sílvia Romero” (VIANNA, 1987b2, p. 70). Antonio Paim chama a atenção, em seu estudo crítico apresentado em *Instituições Políticas Brasileiras*, para o peso decisivo da figura de Alberto Torres no desenvolvimento da obra de Oliveira Vianna: “Duas são as fontes doutrinárias de Oliveira Vianna: o culturalismo sociológico de Sílvia Romero (1851/1914) e a crítica à tradição liberal brasileira realizada por Alberto Torres (1865/1917)” (Id.p.168).

Enquanto que as características e o papel do povo português na colonização do Brasil recebem atenção maior de Oliveira Vianna e se conectam com causalidades sociológicas mais definidoras da formação social brasileira:

Dentre os representantes dos três grupos étnicos, concorrentes no latifúndio, é o luso o único que vem sozinho e solteiro, na sua qualidade de homem de aventura. Mergulhado no esplendor da natureza tropical, com os nervos hiperestesiados pela ardência dos nossos sóis, ele é atraído, na procura do desafogo sexual, para esses vastos e grosseiros gineceus, que são as senzalas fazendeiras. Estas regurgitam de um femeaço sadio e forte, onde, ao par da índia lânguida e meiga, de formas aristocráticas e belas, figura a negra, ardente, amorosa, prolífica, seduzindo, pelas suas capacidades de caseira excelente, a salacidade frascária do luso. (VIANNA, 1987, p. 68-9).

Ora, seria essa miscigenação generalizada das “três raças distintíssimas”, introduzida pela lascividade dos Portugueses quando se estabelecem em moldes estáveis no meio rural (o latifúndio) o elemento que explicaria a “gênese e a formação da própria nacionalidade [brasileira]” (Id.).

Todavia, antes que essa nacionalidade se forme, há, no curso de alguns séculos, o lento processo de absorção dos portugueses ao que Vianna chama, com apurado sentido estético nessa definição, de *oceano rural*, que tudo engoliria, inclusive e, principalmente, para os propósitos da presente pesquisa, o homem português e sua cultura.

A obra de Oliveira Vianna oscilará, assim, num pêndulo constante que teria numa das pontas as características da cultura portuguesa como herança legada ao Brasil, a qual será tratada mais adiante, e do outro lado as características do meio físico a se sobrepor a todos, aí incluídos os portugueses, como imperativos que se impõem à formação social da nascente sociedade brasileira.

Não é exagero afirmar que as características do meio físico, dentre todas as que são analisadas exaustivamente por Viana em *Populações meridionais do Brasil*, é aquela que terá a maior influência causal na formação brasileira. O oceano rural, tido em outros momentos como *enormidade territorial* a que ele denomina também como *grande domínio rural*, é o

núcleo estabilizador – com características econômicas, sociais e de proliferação de elementos da cultura – de onde surgirá, de forma ampliada, a sociedade brasileira, tal qual ela seria, em sua integridade morfológica até o momento em que Vianna escreve seu ensaio fundador em 1918.

Esse grande domínio rural para Vianna seria, como já tivemos a oportunidade de escrever em outro trabalho (Cf. LIMA, 2004), o “microcosmo da sociedade brasileira”, pois é a partir deste ambiente que se fermentará modelos de interação política e social, dando subsídios, inclusive, para a formação de uma divisão do trabalho extremamente rudimentar, que organizará os principais núcleos produtivos da Colônia.

Esse modelo de análise será, em algumas grandes linhas de argumentação, retomado sob a denominação de patriarcalismo por Gilberto Freyre em *Casa-grande & Senzala*. A casa grande e a senzala seriam o grande domínio rural apresentado com novos elementos e sujeito às novas interpretações, inclusive com a virtude de incluir o africano na história do Brasil¹³, o que até então não havia sido feito.

Portanto, há, até certo ponto, uma continuidade entre o pensamento de Alberto Torres e o de Gilberto Freyre, na medida em que ambos depuram sua obra, ao máximo possível, do pensamento racial do século XIX, identificando na miscigenação um fato desprovido de conseqüências negativas para a formação social do Brasil. Freyre se dedica, inclusive, a elogiar a miscigenação. Já o lugar de Oliveira Vianna, nesse aspecto, ainda que identifique na miscigenação uma motivação importante para a fixação do português no ambiente novo dos trópicos, como no trecho das páginas 68 e 69 do seu *Populações meridionais do Brasil* citado acima, essa questão não se desenvolve plenamente em seu estudo. Vianna, ao contrário, estabelece uma leitura em separado de cada uma das matrizes étnicas que compõem o povo brasileiro, o que vem a ser considerada depois, e cada vez mais, a questão mais problemática

¹³ Sobre essa interpretação, ver a leitura de Fernand Braudel (1965) sobre o tema em sua Introdução à Edição italiana de *Casa-grande & Senzala*.

de sua obra¹⁴, uma vez que associa a influência africana com tradições políticas incompatíveis com a modernização do país; enquanto que as raízes indígenas, mais presentes entre o povo através da figura do bandeirante, recebe uma interpretação que oscila do heroísmo para o mandonismo excessivo, raiz de outras tantas tradições políticas que indisporia o país às instituições liberais, posto que a necessidade de se recorrer à autoridade do Estado é imperativa, e este deveria se impor sempre pelo poder visível, material, e, ainda, largamente coercitivo, pois do contrário, soçobriria sempre. Essa relação é central no estudo de Oliveira Vianna e por vezes atinge momentos de síntese muito profunda acerca do fenômeno:

Eles [os povos europeus] conseguiram discriminar, com perfeita lucidez, a diferença entre o poder público, como tal, e os indivíduos, que o exercem. Através dos representantes da autoridade, conseguiram ver a autoridade em si, na sua abstração. Do conceito concreto, tangível, pessoal do Estado, conseguiram elevar-se a um conceito intelectual, isto é, ao conceito do Estado na sua forma abstrata e impessoal. Essa intelectualização do conceito de Estado ainda, infelizmente, não a atingimos. (VIANNA, 1987, p. 247) [grifos do autor]

Ora, a raiz dessa incapacidade para a intelectualização do Estado estaria na estrutura mesma da sociedade, de divisão social do trabalho rudimentar, cuja sujeição integral de uma classe à outra não abriria possibilidades de confrontação, negociação e necessidade de estabelecimento de formas de composição entre elas. Oliveira Vianna trata a questão como a luta de classes que não chega a realizar-se nos primeiros séculos da Colônia.

Sem quadros sociais completos; sem classes sociais definidas; sem hierarquia social organizada; sem classe média; sem classe industrial; sem classe comercial; sem classes urbanas em geral – a nossa sociedade rural lembra um vasto e imponente edifício, em arcabouço, incompleto, insólido, com os travejamentos mal-ajustados e ainda sem pontos firmes de apoio. (VIANNA, 1987, p. 130).

Nestas características estariam os elementos fundamentais sobre os quais os portugueses desenvolvem a sociedade colonial, na medida em que ela, Colônia, carregaria

¹⁴ Não cabe nos limites desse trabalho uma discussão exaustiva das análises étnico-raciais presentes na obra de Oliveira Vianna em sua valoração amparada no racismo científico do século XIX. Sobre esse tema é possível remeter tanto à leitura de Astrojildo Pereira (1944), quanto à de Vanilda Paiva (1978). Em ambas estão apontadas as contradições e limitações do autor sobre esse tema.

consigo, permanentemente, essas marcas como seu traço mais profundo. O que se distingue claramente de uma herança, pois liga-se muito diretamente à estrutura material da vida na colônia, nunca à cultura política presente na formação social portuguesa, que Oliveira Vianna entende como parte de uma cultura política mais ampla, e que se estende por toda a Europa em distintas gradações de *abertura* (no sentido conceitual de Roberto Dahl), cujo desenvolvimento encontra no ambiente e na formação social inglesa e suas instituições parlamentaristas o seu ponto culminante.

Trata-se de temática que está presente em todo o capítulo VII de *Populações meridionais do Brasil*, denominado de “Função simplificadora do Grande Domínio Rural”, aonde o autor mostra como a quantidade diminuta de terras no continente europeu impõe a todos uma necessidade de composição - nas seqüências de conflitos e de alianças - entre as diversas classes sociais. Na colônia, tem-se uma situação absolutamente diversa, aonde “o trabalhador rural, que abandona o seu lote, está certo que encontrará um outro no latifúndio vizinho” (VIANNA, 1987, p. 122). Tal fato surpreende inúmeros cronistas coloniais: “Ferdinand Denis, Eschewege, Saint-Hilaire, todos, na sua unanimidade, atentam no fato e confessam a sua surpresa e a sua inquietação diante dessa extraordinária mobilidade da nossa plebe” (Id).

Não haveria, portanto, como o português na Colônia transcender as imposições do meio em que estavam inseridos e preservar sua cultura e suas instituições. Na vastidão continental eram os únicos, para Vianna, capazes de comandar a colonização, mas tendo que se submeter aos recuos das formas de vida mais rudimentares. Evoca para isso uma curiosa citação: “Como assinala genialmente Saint-Hilaire, aqui não há uma sociedade: quando muito, existem certos rudimentos de sociabilidade” (VIANNA, 1987, p. 154) [grifo do autor]. Desses rudimentos vai sendo erigida a sociedade brasileira, em toda a sua irregularidade de tipos étnicos e de volições em relação à vida e ao trabalho.

Oliveira Vianna, coerente com o sentido teórico de sua obra, apresenta uma associação bastante complicada para os dias atuais - mesmo evocando uma problemática dos valores passível de ser identificável com a obra de Max Weber (1989) – ao atribuir aos portugueses o pouco de espírito de iniciativa que estaria presente na sociedade colonial, e que se reduziria a nada quando trata das gerações de mulatos e mestiços que começam a compor a sociedade rudimentar dos três primeiros séculos:

Na sociedade colonial, o desejo de enriquecer, de ascender, de melhorar, de gozar os finos prazeres da civilização só pode realmente existir no homem de raça branca. O negro, o índio, os mestiços de um e outro, esses, na sua generalidade, não sentem, senão excepcionalmente, nos seus exemplares mais elevados, a vontade de alcançar essas situações sociais, cujo gozo e importância só o homem de raça ariana, com a sensibilidade refinada pelo trabalho de uma lenta evolução, sabe apreciar devidamente. (VIANNA: 1987, p. 105-6).

E prossegue comentando adiante, na sua elegia arianófila, que “Entre nós, por toda a área de dispersão do tipo vicentista, a seleção da classe superior se faz, para a nossa felicidade, num sentido ariano” (Id: p. 108) e esse ariano, diz Oliveira Vianna, “São os melhores exemplares da raça lusa, da nobreza nacional e da massa mestiça, que entram na sua composição”, comandando depois a expansão que se vê em todo o país. Como exemplo cita um dos momentos mais decisivos para a consolidação da Colonização: “Mesmo nas minas, são os emboabas que tomam a dianteira à plebe rural e ocupam o lugar, que a legislação da metrópole abre, de súbito, no seio da aristocracia paulista.” (Id: 108). Essa passagem revela, por contraste com a situação do Haiti, o que teria representado a presença de uma “nobreza” lusitana à frente da colonização do Brasil: “Da predominância do negro e do mestiço na classe dirigente do Haiti provém a sua desorganização atual.” (VIANNA, 1987, 108).

Em síntese, o pensamento de Oliveira Vianna sobre a interação entre as matrizes que compõem o povo brasileiro articula-se pela conjunção entre elementos da cultura e as condicionantes biológicas e do meio físico, por isso alguns temas aparecem de maneira muitas vezes confusos, porque etnia, meio físico e cultura raramente convergem para um mesmo

ponto, permitindo uma apreciação causal mais precisa em relação ao seu papel para a formação social.

Uma tentativa de sistematização, ainda que aproximada, levaria às seguintes pressuposições: na obra de Oliveira Vianna há dois níveis para a teorização, o da raça e o da cultura e o Brasil estaria exposto a essas questões a partir de duas matrizes étnicas: a européia e a mestiça. A matriz Européia através do colonizador português, que teria um fundo racial muito próximo dos arianos, e do outro lado o mestiço, que seria mistura generalizada deste com o índio e o africano. Do ponto de vista da cultura haveria três níveis: o do mestiço, cuja análise mais recorrente traz ao primeiro plano sua incapacidade de desenvolver ofícios que tornasse complexa a divisão do trabalho; o do ibérico, que teria tradições incompatíveis com a democracia, esta, típica dos costumes e do direito consuetudinário dos anglo-saxões: enquanto que estes últimos, os anglo-saxões, comporiam o terceiro nível, ausente na colonização do Brasil, mas que, além de provirem de uma “raça”, para Vianna, mais adiantada, foram expostos às condições de um meio que lhes favoreceram o pleno desenvolvimento de suas instituições.

Este terceiro nível teria uma função exemplificadora na obra de Oliveira Vianna, pois é ele que está a oferecer a todo o momento o arquétipo, em cujo contraponto com o tipo social do ibérico e do mestiço facilitaria o entendimento das relações que Oliveira Vianna quer estabelecer entre raça, cultura e instituições. Em *O idealismo da constituição*, sobejam os longos trechos dedicados ao elogio da democracia parlamentar inglesa, mas sempre, evidentemente, como manifestação de que ali essas instituições foram lentamente preparadas e que a população é salva-guarda, através da vigilância permanente, do seu funcionamento, enquanto que no mundo ibérico as tradições e a história têm outras características¹⁵.

¹⁵ O contraste entre as tradições anglo-saxônicas e as luso-brasileiras ganham em certos trechos, doses mordazes de ironia, como se pode notar: “Por esse meio, os milhões de opiniões individuais, sequiosas de se revelarem, se aglutinariam em grandes massas, em dois ou três grandes grupos, representando dois ou três grandes partidos. E teríamos, portanto, estabelecidos o pleno regime da opinião – à maneira do que acontece na América do Norte e

Um alargamento desses exemplos de relações entre o povo e o exercício do poder é apresentado em seu estudo *Instituições Políticas Brasileiras*, publicado em 1949, quando enumera uma série de países da Europa Central, do Leste Europeu e da Ásia com suas respectivas tradições comunitárias e práticas gregárias que fermentaram formas de democracia direta e que, em casos como o inglês e norte-americano, as teria conservado de forma ampliada, gerando o espírito público, o autogoverno e o senso profundo do interesse coletivo, do qual a América do Norte seria uma continuadora dessas tradições.

Como na Alemanha e na Suíça, estas aldeias, com a sua tradição de democracia direta, são encontradas por todas as outras regiões da Europa: na Itália, na França, na Inglaterra, na Áustria alemã. Bryce as observou nestes países ainda vivas, em pleno funcionamento com a sua assembleia popular (o township meeting, dos velhos saxões), onde os aldeões e pequenos proprietários vizinhos administram ainda diretamente os negócios locais, votando simbolicamente, levantando as mãos. Era assim também que se procedia, segundo Herculano, no antigo direito foraleiro português. Tomam diversos nomes: na Itália é a frazzione, com o seu podestá; na Alemanha, na Áustria e na Suíça, é a gemeinde, na Inglaterra, é o vestry, com o seu township meeting; na Rússia, é o mir com o seu starchina. (VIANNA, 1987b, p. 82).

O que varia em cada uma dessas instituições é o seu grau de desenvolvimento, que chegaria ao seu máximo no mundo anglo-saxônico, enquanto que no Brasil seriam completamente desconhecidas e sua inteligibilidade impossível entre a população colonial. Em *Populações Meridionais do Brasil* o tema já está sugerido em uma passagem das mais importantes:

Nem a colheita do algodão ao norte e a apanha do café ao sul [do Brasil], nem o corte do arroz, nem a quebra do milho por toda parte, criam iguais costumes de cooperação vicinal. Todos esses trabalhos são aqui penosos e tristes e fazem-se com as forças da própria família nas pequenas datas dos sítiantes e, nas grandes herdades, com o corpo dos trabalhadores escravos; mas, tudo sem esse tom festivo de alegria e sociabilidade, que colore e anima esses labores no seio da rusticidade lusitana (VIANNA, 1987, p. 149). (Grifo meu)

na Inglaterra. Com essa Opinião Pública, assim partidariamente arregimentada, poderíamos desde então fruir, com tranqüilidade e orgulho justificado, todas as bem-aventuranças do regime do povo pelo povo, a Democracia em suma, a República na sua luminosa pureza e formosura” (VIANNA, 1927, p. 42). Segue dissertando sobre o tema até concluir que “Como se vê, os republicanos da Constituinte construíram um regime político baseado no pressuposto da opinião pública organizada, arregimentada e militante. Ora, esta opinião não existia, entre nós: logo, ao mecanismo idealizado pelos legisladores de 91 faltava o sopro inspirador do seu dinamismo. Daí a sua falência” (Id., p. 43)

Desse modo, as instituições pensadas pelos portugueses para sua Colônia seguiam as suas próprias, que eram desenvolvidas em estrita relação com a própria história portuguesa, fruto de lento desenvolvimento de um direito consuetudinário que subsidiava as mediações e os contatos no cotidiano político de Portugal, mas sem observar as condições da sociedade em formação que era a colonial, estas não conseguiam desenvolver-se em profundidade nesta sociedade, que articulavam, paralelamente, outras formas de dominação. A racionalidade-legal, incipiente em Portugal no século XVI e XVII, se transmudava na Colônia em formas de dominação tradicional.

Os nossos "concelhos" ou "câmaras" dos vilarejos municipais não tinham, assim, realmente -- na economia administrativa colonial - sentido fisiológico, orgânico, estrutural. Eram órgãos expletivos ou artificiais, para aqui trazidos e aqui armados como cousas importadas, sem correspondência orgânica com a estrutura da sociedade colonial -- que não os exigia. O que esta pedia -- como centro de autoridade e ordem -- era o capitão-mor regente, senhor todo-poderoso das "vilas" e "povoações". Este, sim, era a entidade viva, telúrica, radicado, como uma árvore, à realidade da sociedade colonial (VIANNA, 1987b, p. 130).

E conclui, finalmente, que a sociedade colonial não teria organizado espontaneamente, por sua própria iniciativa, as câmaras e concelhos, exatamente por que estas lhes eram completamente estranhas e, como tal, não fruiriam de uma sociedade rudimentar como a colonial. Dentre as muitas tradições sociais portuguesas, será outra a que encontrará pleno desenvolvimento na colônia: a família patriarcal, de origem romana, da qual a portuguesa será uma reinvenção, transmitida ao Brasil (VIANNA, 1987b, p. 176-7), sendo o clã parental o seu desenvolvimento pleno, nisto já um tanto desamarradas das influências portuguesas, uma vez que se liga muito mais aos perigos do isolamento rural, aonde as famílias viviam acossadas por índios e depois quilombolas. (Id. p. 189-90).

Com estas considerações – que não são questões menores de sua obra – posto que desenvolvidas a fundo nos seus dois livros mais importantes, Oliveira Vianna configura três

campos de interpretação sobre a formação social e política de Portugal e da Colônia na altura do que chama de séculos um, dois e três, isto é, entre os anos de 1500 e 1800 aproximadamente. A primeira delas é aventar que Portugal tinha sim instituições ligadas à sua tradição comunitária e que elas possuíam uma grande representatividade na sociedade portuguesa. Essa temática é o cerne da consagrada tese de Antonio Manuel Hespanha (1994) sobre as instituições portuguesa no século XVII, que traz um apurado levantamento de fontes ao passo em que apresenta, também, os imensos progressos da historiografia portuguesa sobre o tema nas últimas décadas.

Outro fundamento importante que é desenvolvido por Oliveira Vianna é que essa necessidade de proteção ao colono hipertrofia o poder do senhor rural, alimentando, com isso, seu mandonismo extremado e, depois, sua transformação em coronel. A análise desse processo constitui-se como tema fundamental de uma linhagem importante da sociologia política brasileira, que começa com Victor Nunes Leal, passando por Maria Isaura Pereira de Queiróz e Maria Sylvia de Carvalho Franco¹⁶.

Uma terceira linha de interpretação que tem raiz no pensamento de Oliveira Vianna diz respeito às continuidades das tradições jurídicas portuguesas, em que os códigos civil e criminal foram constituídos em estrita observação aos costumes e hábitos historicamente arraigados na história portuguesa, sendo legados desde os primeiros tempos ao mundo jurídico do Brasil colonial, mas como já dito, sem a estrita observação da realidade colonial, o que gerou desde sempre anomalias institucionais .

No que concerne ao Direito, especialmente ao Direito Constitucional, é possível que Oliveira Vianna ansiasse por unificar os direito público e o direito privado, triunfando os padrões mais consuetudinários deste último, em face das tendências *bovaristas* do primeiro, pelo menos em Portugal e no Brasil. Assim, é possível mostrar que de Portugal deveria ter

¹⁶ André Botelho (2007) faz uma análise detalhada dessas continuidades, observando, nelas, o papel central da obra de Oliveira Vianna.

vindo não as leis, mas o princípio de como fazê-las, observando sempre o costume, elevando-o à lei.

Problematizando as teses de Coelho da Rocha¹⁷ e de Caetano do Amaral¹⁸, sobre o tema do direito emanado dos fatos, repontando como exemplo máximo as *Ordenações Filipinas*, Oliveira Vianna expressa com precisão e clareza o seu pensamento nesse longuíssimo trecho, o qual não tivemos como evitar a citação inteira.

Esta, por sua vez, não foi, para Portugal, uma legislação peregrina ou exótica, inspirada ou copiada de um povo estranho, ou saída da cabeça de um legislador imaginoso; mas, sim, uma cristalização, ou antes, uma consolidação do primitivo direito consuetudinário português, direito também vivo, exponenciando a sua cultura jurídica e as suas instituições civis, e dentro do qual vivia a massa lusa -- desde a conquista romana.

Esta codificação, promulgada no século XVI, não exigiu aos portugueses desta época nenhuma mudança de comportamento: era o seu direito-costume que se fez direito-lei, direito-oficial. Pela mesma razão, o Código Bevilaqua -- justamente por ser uma consolidação desta velha tradição lusa, que herdamos -- não exigiu de nós, brasileiros, qualquer mudança substancial de comportamento, no campo das instituições civis. (VIANNA, 1987b2, p.90).

Entretanto, quando se passa do direito privado do século XVI para o direito público do século XIX, as distorções tornam-se imensas¹⁹, haja vista que o direito deixa de consagrar os usos, mas regular, acima das vontades individuais, as idéias de aperfeiçoamento que emulassem no país os mesmo costumes de povos identificados como mais civilizados e evoluídos, tais como ingleses e franceses.

Daí a interpretação presente em tantos autores de que as nossas leis, as de feição liberal, sobretudo, não correspondiam às tradições brasileiras. Seria letra morta, no dizer mais uma vez de Sérgio Buarque, que ainda chama a atenção para uma frase de profundo sarcasmo de um senador do Império, de que o Brasil precisaria de apenas mais uma lei: a que fizesse

¹⁷ *História do governo e da legislação de Portugal*. Coimbra, 1942.

¹⁸ *História da legislação e dos costumes de Portugal*. Ed. De 1945.

¹⁹ “No campo, porém, das instituições políticas e do direito constitucional, onde esta magistratura local não tem a mesma intervenção direta, a situação é inteiramente outra. O divórcio entre a norma e os comportamentos é então enorme, como vimos em Fundamentos Sociais do Estado, importando, muitas vezes, na anulação -- pela prática ou pelos costumes -- da própria norma constitucional”. (VIANNA, 1987b2, p. 91).

cumprir todas as outras. O que revela o vazio sobre o qual o direito constitucional tinha que operar.

Gilberto Freyre, recuando ainda mais longe na história, já chamara a atenção para essa característica dos legisladores portugueses, que, sob influencia de tradições judaicas, teriam desenvolvido uma crença miraculosa na força das leis e na sua capacidade de confrontar, e vencer, uma realidade que lhe soasse imperfeita ou longe de determinados ideais. Freyre denominava tal costume entre portugueses de “misticismo jurídico” e que teria sido um legado dos mais marcantes de Portugal ao Brasil. (Cf. Freyre, 2000, p. 292) *Letra morta e misticismo jurídico* seriam formas estilísticas de dar significado mais restrito ao *bacharelismo*, este, uma floração que sempre privilegiou as formas em detrimento do alcance filosófico e do conteúdo sociológico das idéias. cremos que Oliveira Vianna é o primeiro autor brasileiro a livrar-se completamente do vício bacharelesco e da incorporação do auto-culto de si mesmo como *medalhão*.

Esse traço da personalidade mais profunda dos juristas portugueses e brasileiros, convém salientar, deixa uma marca de densidade não desprezível no Direito Constitucional brasileiro, mas também em todo o campo intelectual do país, na medida em que os estudos e textos constitucionais eram pensados de maneira desconectada da realidade durante muitas décadas nos séculos XIX e XX. Oliveira Vianna, não sendo propriamente um historiador das idéias, aventa uma classificação, consoante com sua interpretação do bacharelismo em Portugal e depois no Brasil, bastante interessante. Nessa classificação, Ruy Barbosa seria o representante emblemático dos juristas que “desdenham a sociedade – e acreditam na existência de tipos universais de Estado”, ainda que o coloque, de forma elogiosa, como o coroamento de uma evolução da orientação do pensamento investigador da política e do direito publico no Brasil.

Em segundo lugar, há os juristas que descrevem de um Estado universal, subordinando-o às realidades da estrutura da massa, ainda que, como os primeiros, acreditem, mesmo que em menor intensidade, “no poder transformador do Estado e na capacidade da lei e das elites para remodelarem as sociedades e darem-lhe novos fundamentos e novas estruturas. E Alberto Torres está entre eles” (VIANNA, 1987b2, p. 28-9).

Por fim, há aqueles que descrevem da universalidade e da onipotência reestruturadora do Estado, e que “reconhecem a capacidade criadora do *povo-massa* e aceitam estas criações como fatos naturais da sua vida social e orgânica”(id.) Esta sociedade deve ser considerada e estudada antes de se elaborar as construções jurídico e políticas. O representante emblemático desta corrente seria ele mesmo, Oliveira Vianna.

Para Guerreiro Ramos, entretanto - em sua classificação da inteligência brasileira da década de 1930 - Vianna possui uma identificação ambivalente com o elemento nacional, na medida em que apresenta uma tendência a utilizar idéias e teorias de fora e não apenas a servir-se de suas possibilidades de aplicação abstrata (RAMOS, 1982, p. 533), o que não o exclui, entretanto, do que Ramos chama de “continuadores de um esforço multigeracional de construção da nacionalidade brasileira.” (RAMOS, 1982, p. 540).

E é necessário reconhecer que este tema do desencontro dos fatos com as leis recebeu já em *Populações Meridionais do Brasil*, sua obra inaugural publicada em 1920, uma alentada defesa de um princípio teórico-metodológico que deveria operar uma inflexão nas formas de análise da sociedade brasileira, mostrando quais os fundamentos reais de sua organização e, em função destas formas, apontar quais as instituições e leis adequadas a uma realidade determinada. Atendendo, sempre, ao princípio de que deveriam primeiramente funcionar, mas

também mostrando uma face reformista, na medida em que fossem também capazes de atuar sobre a realidade, modificando-a²⁰.

Num estudo posterior, publicado em 1927 com o título de *O idealismo da Constituição* cujo tema fundamental é a apreciação crítica da primeira Constituição republicana de 1891, Vianna carrega nas tintas ao criticar os legisladores responsáveis pelo documento: “para esses sonhadores, pôr em letra de forma uma idéia era, de si mesma, realizá-la. Escrever no papel uma Constituição era fazê-la para logo coisa viva e atuante: as palavras tinham o poder mágico de dar realidade e corpo às idéias por elas representadas” (VIANNA, 1927, p. 25). Na página seguinte, citando Eça de Queiróz, diz, que, dos “males a que afligiam Portugal, uns eram devidos ao próprio temperamento do povo, mas que outros eram «traduzidos do francês»” (Id. P. 26) Isto mostra, ao mesmo tempo, o hábito comum desenvolvido nos dois países – Portugal e Brasil - de se viver, com naturalidade, as profundas incongruências entre fatos e instituições, o que sugere, desde logo, no caso do Brasil, onde estaria a genealogia desse costume na crença miraculosa no poder das leis, levando às importações acríticas de fundamentos racionais para se lutar contra uma realidade hostil a elas. Portanto, herdando de Portugal o hábito da importação cultural sem o crivo de sua submissão à realidade.

Na obra de Oliveira Vianna, no entanto, é importante asseverar que há dois Portugais, que equivalem conceitualmente a um florescente e outro decadente: o primeiro, com instituições e leis calcadas na formas de vida mais profundas e enraizadas na história do povo português e que, lamenta o autor, não foram legadas à colônia. O Portugal do XIX já é mais compassado com o Brasil e estava, como aqui, também exposto às influencias do iluminismo francês e do constitucionalismo inglês, mesmo que a realidade não tivesse condições de amparar as referências presentes nessas duas experiências nacionais, por isso a frase de Eça de Queiroz abrindo um capítulo de *O idealismo da constituição* soe tão emblemática.

²⁰ Piva avalia na obra de Oliveira Vianna que “A agenda modernizadora tem como centro a organização nacional que reverta nossas incapacidades e potencialize nossas qualidades de forma a construir o público/nação que assegure nossa grandeza futura” (PIVA, 2000, p. 91).

Oliveira Vianna constrói, desse modo, os andaimes metodológicos de sua obra nesse pêndulo permanente entre a rediscussão da história social, mas também da forma como a vida intelectual do país mostrou-se incapaz de entender essa mesma história nos seus significados mais profundos. Por isso a ênfase recorrente no caráter *bovarista* da vida intelectual brasileira e da inadequação em se buscar instituições e leis racionalmente perfeitas, mas que não floresceriam em solo ainda infértil para dar-lhe sustentação e crescimento.

Essa problemática que atravessa as preocupações de Oliveira Vianna naturalmente o tira da condição de um tipo específico de intelectual analisado pelo crítico literário Roberto Schwarz em “Nacional por subtração”, afixando já nas primeiras palavras do texto que “Brasileiros e latino-americanos fazemos constantemente a experiência do caráter *postição, inautêntico, imitado* da vida cultural que levamos”. (SCHWARZ, 1989, p. 29), mostrando em seguida como a tomada de consciência dessa *mimese* permanente leva a uma postura tão idiossincrática quanto a da própria situação que se quer criticar, ou seja, passando a imaginar, erroneamente segundo o autor, que “baste não reproduzir a tendência metropolitana para alcançar uma vida intelectual mais substantiva” (Id., p. 32).

No clímax de sua argumentação, Schwarz chega à seguinte síntese do sentido geral de sua argumentação:

O resíduo, nesta operação de subtrair, seria a substância autêntica do país. A mesma ilusão funcionou no século XIX, quando entretanto a nova cultura nacional se deveu muito mais à diversificação dos modelos europeus que à exclusão do modelo português. Na outra banda, dos retrógrados, os adversários da descaracterização romântico-liberal da sociedade brasileira tampouco chegavam ao país autêntico, pois extirpadas as novidades francesas e inglesas ficava restaurada a ordem colonial, isto é, uma criação portuguesa. (Id. p. 33).

Ora, como se nota a questão não é de fácil solução. Oliveira Vianna é crítico mordaz da tradição liberal do século XIX, enquanto que Schwarz nota, especialmente em Sílvio Romero, essa conduta irresoluta de que negar as influências anglo-francesa, evocando as

tradições mais profundas do país, o que colocaria no primeiro plano uma restauração colonial, portanto, de forte caráter português.

Explicitar, portanto, o lugar de Oliveira Vianna nessa questão que envolve as vias possíveis para a “obtenção” da autenticidade do caráter nacional é um mote interessante para as notas conclusivas do presente capítulo.

Oliveira Vianna propugna universalidade à cultura política anglo-saxônica, mas descrê que o melhor caminho para se chegar aos seus patamares seja o liberalismo. Considera que a ordem corporativa, profundamente enraizada nas tradições ibéricas dão-lhe um caminho menos arriscado rumo à modernidade, porque capaz de preservar a ordem e a unidade nacional. Assim, na interpretação de Luís Werneck Viana, sobre o autor, “Não chegaremos ao moderno como aprendizes do liberalismo, mas como inventores de uma nova ordem social” (VIANA, 1993, p. 391). Essa invenção é, em verdade, a revivescência do velho corporativismo ibérico, especialmente o português, que propugna um lugar para cada corporação numa ordem política organizada e coordenada pelo Estado forte e promotor do interesse das partes, que, somadas, leva ao interesse de todos, desde que abolidos os conflitos e facções, dos quais os partidos da democracia moderna são exemplo máximo, na medida em que corrompem o processo no nascedouro, daí as suas restrições a esse caminho²¹.

Para Oliveira Vianna distingue-se corporativismo e autoritarismo em sua raiz fundamental: o poder forte e centralizado é necessário e tem raízes nas tradições ibéricas e, se bem utilizado, lograria suas finalidades superando os desafios postos na contemporaneidade, em especial a mais importante de todas, estabelecidas de forma posicional: qual seja, a de acompanhar o desenvolvimento das nações centrais. A Ibéria teria, portanto, no cerne de sua

²¹ Discutindo o contexto intelectual do Brasil nas décadas de 1920 e 1930, em especial nas suas relações com a política e com o Estado, Daniel Pecaú (1990) define de forma bastante sintética essas relações, ao conceituar que “O corporativismo se traduz por redes institucionais, através das quais os interesses múltiplos se articulam por meio dos conselhos técnicos e as elites mais diversas encontram meios de coexistir na esfera do Estado” (p. 56). Essa articulação entre o pensamento, expresso pela intelectualidade do período, e a política, aqui já um sinônimo de Estado, é rearranjada em outros termos, isto é, “Contra a política, apelavam para a “realidade” e sua unidade subjacente; contra a realidade amorfa, apelavam para a formação de uma organização social sob a égide do Estado” (Id. p. 57)

existência social e política os caminhos para tal e a negação da *mimese* liberal é parte dessa afirmação da autenticidade do modelo proposto.

Assim, não deixa de ser uma negação do *estrangeiro*, restituindo o que resta, agora sem sua presença, isto é, o mundo colonial e português. Mas não enquanto tal, outrossim reinventando uma tradição de poder tendencialmente centralizado e forte, depurado dos modismos políticos e construindo o caminho ibérico rumo ao moderno.

Ora, nessa linha, percebe-se de algum modo o triunfo de Oliveira Vianna em pelo menos três aspectos da realidade brasileira: a crítica ao intelectualismo vazio de sua geração, expresso por um lado pelos bacharéis e por outro pelos políticos liberais. Em seguida, pode-se, em grande medida, associar à ideologia corporativa expressa na obra de Oliveira Vianna a exitosa tarefa de aceleração modernizadora porque passa o país nas décadas de 1930 e 1940, lançando ao primeiro plano uma nova arquitetura para o mundo do trabalho e ao Estado, que lhe ampara, a possibilidade de também fomentar um intervencionismo na economia que mostra-se *a posteriori* como decisiva. Finalmente, a obra de Oliveira Vianna sustenta um arcabouço conceitual, da qual se embeberá todo o pensamento brasileiro que lhe sucede, numa montagem de um léxico de conceitos, do patriarcalismo de Gilberto Freyre à ordem privada de Nestor Duarte, seguindo-se ao coronelismo pensando por Victor Nunes Leal (1986) e, na seqüência, nas obras dos demais sociólogos políticos brasileiros que nunca abandonaram completamente seu escopo teórico.

Assim, dentre os muitos aspectos que se pode perceber ao ler Oliveira Vianna, é que esse autor, tão comumente caracterizado como *iberista*, de fato o é, mas de um iberismo renovado e com os olhos apontados para o que poderia ser o futuro: corporativo e ibérico, com instituições centralizadas e voltadas para as tradições mais profundas da Península, com uma rejeição radicalizada das cópias institucionais, mas com atenção permanente às

contribuições das ciências sociais estrangeiras para a correta sistemática conceitual que a empiria da *ida aos fatos* poderia revelar.

Nesta tarefa de grandes proporções houve muitos percalços, evidentemente, mas, a sua apreciação sobre a formação social do Brasil e a profundidade temporal existente no compartilhamento de valores entre o Brasil e a Ibéria foi um apontamento importante para a seqüência do pensamento brasileiro.

Capítulo 4 - Os donos da Ordem na obra de Nestor Duarte e de Raymundo Faoro

“A hierarquia religiosa cristã católica é muito menos contrária ou repulsiva ao espírito desse individualismo anárquico porque se carrega desse mesmo colorido sentimental, ou propende a isso, pelo menos, em certos povos, como os ibéricos”
(Nestor Duarte, 1966, p. 16)

Jurista, politólogo e envolvido também com a literatura, são palavras que permitem inicialmente situar a vida e a carreira tanto de Nestor Duarte (1902-1970) quanto de Raymundo Faoro (1925-2003). Ambos escreveram obras nesses três campos do conhecimento, muito embora tenham recebido consagração e entrada para a história do pensamento brasileiro por terem escrito, cada, um livro importante, em seu momento, no Brasil. Trata-se de *A ordem privada e a organização política nacional* (1939) de Nestor Duarte e de *Os donos do poder* (1958) de Raymundo Faoro.

O primeiro, escrito sob feição de ensaio, tem uma fatura estilística de muitos recursos e de tessitura que flui com a naturalidade que é típica do texto literário. Todavia, não descuida, em nenhum momento, das preocupações com o rigor dos argumentos que constrói e nem com os fatos históricos que evoca. *Os donos do poder*, por sua vez, escrito quase vinte anos depois, já traz consigo, na “pele”, as mudanças operadas na vida intelectual do país e é apresentado sob forma de tese universitária, de feição mais dura e com recursos mais apurados nas definições dos conceitos de que se utiliza, especialmente de Max Weber (1864-1920), tendo ainda a preocupação de submeter os elementos fundamentais de sua explicação

da formação social portuguesa e brasileira às novas contribuições da história social e econômica dos dois países.

Em linhas gerais há dois aspectos teóricos que os une e que contraria em parte o que já se escreveu sobre esses dois autores de forma confrontada: a preocupação de ambos em mostrar as raízes mais fundas do pré-capitalismo que teria permanecido como elemento profundo da realidade brasileira até o momento em que escrevem; o outro aspecto está ligado basicamente à evocação feita por ambos da genealogia dessa formação a partir de desdobramentos importantes da história portuguesa, o que vem a ser a motivação para que ambos sejam analisados na presente tese.

O que aqui pretendemos demonstrar é a forma como a análise de aspectos da história portuguesa é elemento importante da tese que cada um deles escreve e concluir que Nestor Duarte tem uma leitura do papel e da importância de Portugal mais preñe de contradições, o que, apesar disso, não compromete a coerência de sua tese sobre as instituições políticas brasileira. Já Raymundo Faoro delinea com apurado rigor o campo que precisa percorrer para chegar às conclusões a que chega e constrói um verdadeiro edifício teórico-metodológico praticamente imune às contradições, mas com uma tese central muito mais contestada nas ciências sociais do Brasil e de Portugal no momento presente¹.

Raymundo Faoro retomou muitos temas fundamentais do seu livro, aprofundando-os na segunda edição de 1975, que é a mais cotejada nos estudos dedicados ao autor. Nestor Duarte, na segunda edição de *A ordem privada*, em 1966, limitou-se a agradecer uma nova publicação de sua obra, registrando a infeliz coincidência de tê-la visto vir à luz em um momento em que o país, como em 1939, data da primeira edição, vivia num regime de exceção.

¹ CF. CAMPANTE, 1993 e HESPANHA, 2001.

Esse dois estudos políticos são os últimos a tomarem a sociedade brasileira em seus variados aspectos com a finalidade de interpretar a origem e o significado de suas instituições, fazendo um levantamento das características comuns que se iniciam em um Portugal remoto até chegar ao Brasil contemporâneo. Depois de Nestor Duarte e de Raymundo Faoro caiu em desuso estudar as raízes mais longínquas da sociedade brasileira em todos os seus significados possíveis. Tal fato é, possivelmente, um reflexo da profissionalização e das novas exigências da institucionalização das ciências sociais, cada vez mais praticada na universidade e cada vez menos fora dela². As exceções desses longos estudos comparativos e com grande vãos históricos ficariam por conta do *Formação econômica do Brasil*, escrito por Celso Furtado em 1959, mas que não chega a rediscutir a formação portuguesa em sua origem, e já é uma obra mais especializada no campo da economia. Cabe registro ainda o livro *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro, publicado em 1995, mas que teve pouca repercussão nas ciências sociais brasileiras, o que demonstra que esta resguarda seus grandes ensaios do passado, tornando-os clássicos, mas, possivelmente, já não “admite” no cânone as novas tentativas de síntese.

Desse modo, com Nestor Duarte e Raymundo Faoro, se encerra um capítulo importante das ciências sociais brasileiras: a fase das grandes sínteses da formação nacional, aonde se buscava nos fantasmas do passado português uma explicação mais profunda para a realidade nacional.

² Ainda que Nestor Duarte tenha sido ligado à vida universitária do país na condição de Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e Raymundo Faoro tenha também se envolvido com a vida acadêmica, especialmente participando de Eventos e Bancas de Doutorado, Duarte esteve sempre mais ligado ao parlamento e Faoro às instituições do mundo jurídico, como a OAB, de que foi presidente entre os anos de 1977 e 1979.

4.1 - Portugal e a ordem privada

Para Nestor Duarte, a explicação fundamental para a formação social do Brasil estaria no encontro dos conceitos arquetípicos de *república* e de *res-privata* pensados na Grécia antiga e transmitidos ao ocidente e identificados no mundo português à quase exaustão em seu livro, que já nas primeiras páginas, de modo emblemático, apresenta por quais caminhos percorreria o seu estudo para concluir que a *res-privata* teria se sobreposto ao poder público e triunfado hegemonicamente no Brasil em formação.

Dizia Capistrano de Abreu que a história do Brasil começa em Portugal. Valeria talvez dizer que o Brasil começava por uma continuação da sociedade portuguesa antes e depois da transmigração para a América (DUARTE, 1966, p. 2).

E essa vinculação profunda e telúrica que, como veremos, Nestor Duarte, de partida, endossa, tem como pressuposto fundamental que “O português é mais um homem *privado* do que político” (Id. p. 4), sendo que a sociedade colonial foi *organizada* (ainda que mais adiante ele relativize esse termo) somente a partir do momento em que a família – de marcado sentido patriarcal – assume o ônus da colonização e no território colonial amplia suas perspectivas, fermentando no Novo Mundo as instituições políticas do mundo português, dando o ensejo para essa conclusão *holística* do autor sobre a extensão da ordem privada como fundamento estruturante da sociedade portuguesa e, depois, da brasileira.

Então, quando Nestor Duarte escreve que o português é um homem vocacionado para a vida privada, ele tem em mente, primordialmente, que tal fato é a implicação política fundamental da feudalidade política, que ele afirma ter existido em Portugal, situação em que os círculos de poder provêm da fusão irremediável entre propriedade e soberania, o que quer dizer que no interior da propriedade agrícola, organizada sob regime de servidão, o seu *dono* é também o seu *chefe* e não se submete às leis externas caso não queira, como demonstrará

tempos depois a historiografia consagrada sobre o tema, tanto aquela de recorte mais materialista, quanto outra de feição mais culturalista. Tal temática não é conceitualmente controversa, entretanto a sua distribuição ao longo do continente europeu, sim. Sem datar especificamente os momentos em que os territórios vão se fragmentando e a vida cidadina se atrofiando, o que podemos notar na obra de Nestor Duarte é que a estrutura de poder que para ele chega ao continente americano é antes a do feudalismo, do que a das grandes cidades comerciais européias³.

Esse fundamento da política feudal a unir posse material e mando efetivo - e que Nestor Duarte classifica como *decomposição política* (DUARTE, 1966, p. 23) - solidifica esse sentimento atávico na *psique* do povo português, que o teria legado ao Brasil, aonde se desenvolve a formas extremas, uma vez que as condições materiais corroboraram tal realidade através da fixação da sociedade colonial em núcleos rurais relativamente isolados, potencializando ainda mais esse pendor para as composições políticas organizadas pelo poder privado.

Esse fenômeno da estruturação da vida política em torno das instituições descentralizadas e sob influência do núcleo privado de poder patriarcal, já vinha firmado de longa data na trajetória histórica do povo de Portugal.

Em Portugal, o poder político nunca se totalizou, como na forma aberrativa do absolutismo, nem se integrou territorialmente numa soberania incontestável e única, da maneira e forma que outros povos experimentaram, porque o poder comunal,

³ Maurice Dobb chama a atenção para o fato de que o sistema feudal “se ligou, pelo menos durante parte de sua história e muitas vezes em suas origens, a formas de descentralização política, com a posse condicional da terra pelos senhores em algum tipo de ocupação da mesma por serviços por eles prestados e (mais geralmente) com a posse por um senhor com funções judiciárias ou semijudiciárias em relação ao dependente dele. (DOBB, 1974, p. 54). Comenta mais adiante que em tal relação “havia uma tendência (que parece ter operado com mais vigor no continente do que na Inglaterra) para que o número de vassalos se multiplicasse, por um processo chamado subenfeudação, para fortalecer o poderio militar dos senhores maiores” (DOBB, 1974, p. 63). Argumentando no mesmo sentido, Norbert Elias, depois de chamar a atenção para a inevitabilidade das forças centrífugas”, conclui que “enquanto predominou na sociedade a economia de subsistência, não era possível formar um funcionalismo rigidamente centralizado, um aparelho de soberania estável, trabalhando preponderantemente com meios pacíficos e dirigido permanentemente a partir do centro”. (ELIAS, 2006, p. 386), tal centralização só ocorre na medida em que a divisão social do trabalho se complexifica, aumentando a interdependência dos diversos territórios, que passam a exigir instituições centrais para os grandes territórios, conclui, adiante, Elias.

dentro dos seus forais remotos, como a Igreja, seria um limite e um estorvo à extensão máxima de sua autoridade e ocupação jurisdicional. (DUARTE, 1966, p.6).

Em seu texto, portanto, está aberta de forma não conclusiva a interpretação de que não houve poder absolutista no Portugal da Idade Moderna, porque outras instituições preservaram sua força, apesar da precoce centralização do Estado, como veio a demonstrar depois Antonio Manuel Hespanha - autor que terá suas teses analisadas mais adiante com mais vagar - e, na mesma linha, que a unificação portuguesa teria tido antes motivações calcadas na mística barroca de assumir um projeto cristão de combate extremado às ocupações islâmicas da Península, que haveriam de ser expulsos também da Terra Santa, idéia de Nestor Duarte que confluirá mais tarde com a interpretação de Rubem Barboza Filho (2000). Para Duarte,

Unidade política se dá para a defesa do território, para lutar contra as monarquias vizinhas, para resistir à Espanha a lhe morder o costado, para extremar-se moral e religiosamente do mouro, mas no íntimo o português permanece infenso ao Estado, porque está mais que tudo organizado em grupos anteriores ou que se desviam do sentido do Estado, como o familiar e o religioso, para assim acastelar e esconder talvez o seu individualismo de natureza anárquica. (DUARTE, 1966, p. 4).

Observadas as fontes utilizadas pelo autor se percebe, no entanto, em face das citações de que se utiliza em seu texto, que a análise da formação histórica da nação portuguesa dá-se basicamente a partir do *Ensaio de História de Governo e Legislação de Portugal* de Coelho da Rocha (1793-1850), publicado em 1841, e da *História de Portugal* de Alexandre Herculano (1810-1877) em 8 volumes e que teve sua publicação iniciada em 1846, além do estudo de João Lucio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico* (publicado em 1929) ⁴. Para um estudo com o alcance interpretativo pretendido por seu autor e em face de outros estudos contemporâneos seus, é, de fato, um uso limitado de fontes. Apesar disso, submeter no momento presente as interpretações de Nestor Duarte, muitas delas *conjecturais* e mesmo *intuitivas*, ao crivo dos novos estudos, tem-se uma surpresa notável, na medida em que

⁴ Além de citações *en passant* de Martins Júnior: *História do Direito Nacional*. João Francisco Lisboa: Obras. Oliveira Martins: *O Brasil e as Colônias Portuguesas* (Ver. Duarte: 1966, p. 19 e 20)

Portugal teria sido para ele um modelo de composição política fundada no ambiente da Comuna, que teria um espírito particularista e descentralizador, mas, que, ao mesmo tempo, munido de intenso fervor religioso e apreço excessivo por suas próprias tradições culturais, lança-se a uma unificação provisória e improvisada do Estado, baseada em uma identidade nacional em formação, mas cimentada por um forte elemento de *solidariedade mecânica* entre os habitantes das diversas partes do território (hoje) português.

A comuna, ou o município, precedendo à monarquia nacional portuguesa, floresce com o gênio peculiar da península, encontrando em Portugal, sobretudo, desde a Idade Média, a sua fase mais “enérgica” e “vivaz”, para repetir Herculano. Mas, é o espírito do fragmentário, da divisão, da adesão à entidade local e regional a dominar historicamente todo o povo português desde as suas origens, a flama animadora da organização municipal. (DUARTE, 1966, p.6).

Ora, é antes essa força da comuna e do município – fenômenos que forjarão no espírito português o pendor para a ordem privada - que sobrevive e desenvolve-se cada vez mais na América Portuguesa, em detrimento daquele outro espírito que inflamou as agitações políticas do momento de defesa da unificação da Coroa em 1385 frente a Castela e, um pouco depois, nas epopéias marítimas. Este espírito teria desaparecido do horizonte da sociedade portuguesa no momento em que a colonização do Brasil se inicia de fato, com a fundação da cidade de Salvador em 1549.

Assim, os portugueses iniciam a colonização do Brasil sob condições que evocam aquele passado feudal de isolamento e pouco gregário politicamente. Destarte, terá que reviver o Portugal medieval no Brasil e desse medievo profundo o que lhe cala mais fundo é a forma de organizar-se por esse espírito fragmentário que levará à constituição de uma ordem privada.

A teorização de Nestor Duarte sobre Portugal e, em continuação, sobre o Brasil, tem um forte sentido essencialista, na medida em que atribui universalidade arquetípica aos conceitos de público e privado e passa a posicionar a formação do Estado português e

brasileiro, bem como da cultura política que lhe serve de corolário, tão somente na perspectiva negativa: quanto mais é identificada a força do poder privado, mais nega-se o Estado e seu desenvolvimento em torno da coisa pública. Afirma que como método a análise e reavaliação da história é importante⁵, por que dela se auferem princípios gerais que invariavelmente se cristalizam em conceitos. Portanto, *A ordem privada* é um livro que aponta tendências gerais, mas sobretudo, conceitos.

Nesse sentido, nota-se que em todo o desenvolvimento do Capítulo 1 de *A ordem e a organização política nacional*, ocupa o primeiro plano – como demonstração da genealogia da ordem privada - a forma como o papel da Igreja sempre foi avultado em Portugal, especialmente se tivermos em conta a força da Igreja em comparação com as demais nações européia. Pondo termos à sua comparação histórica, esse longo trecho demonstra com precisão o pensamento do autor:

Confirmado o Concílio de Trento em 1565, Pio IV mandou que se o observasse. Muitas nações se recusaram a aceitar a parte disciplinar, porque viam ali a reminiscência de máximas ultramontanas e do temido prestígio pontifício sobre os governos civis. Alguns príncipes o admitiram com restrições. O cardeal D. Henrique, que não fazia, como reinante, a política dos Richelieus, o mandou observar sem limitação alguma, diz o historiador. D. Sebastião, o novo Rei, não só ratificou o ato de D. Henrique, como mandou aos bispos exercerem a autoridade que o Concílio novamente lhes dava, *ainda que fosse com prejuízo da jurisdição real*. O Papa Pio V, escrevendo ao Rei sobre isto, não se atreveu aplaudir a sua ação, diz Coelho da Rocha. (DUARTE, 1966, p. 9). [Grifo do autor]

Essa seria uma realidade que Nestor Duarte considera como vinda da Idade Média e que só teria fim, restituindo o prestígio real, “no reinado de D. José, sob a ditadura feroz de Pombal” (Id.), quando o Estado português começa paulatinamente a se laicizar mudando essa tendência fortemente arraigada nas tradições portuguesas.

Entretanto, há que se referir que, uma vez na Colônia, os fatos, as disposições, os acontecimentos, as novas alianças e tudo o mais que tenha a ver com as estratégias dos

⁵ Nas palavras do autor, “Cumprir fazer, guardar e seguir, dentro dos limites da atitude interpretativa, referências à história de Portugal, ainda que se busquem menos os fatos e acontecimentos, do que aquelas características e tendências mais altas e mais gerais” (DUARTE, 1966, p. 3).

portugueses para dominar [ou as vezes apenas para não sucumbir] no seu território novo, promove-lhe modificações muito profundas. O que sobrevive nele de sua experiência européia e o que lhe molda como matéria nova é um equilíbrio difícil a que nem sempre Nestor Duarte consegue apresentar de forma precisa.

No português, o novo meio determinou, além de modificações orgânicas provindas dos fatores físicos circundantes e até dos sociais, como a escravidão (Gilberto Freyre), variações psico-sociais das mais interessantes.

Em face de sua organização social anterior, dão-se nele, na Colônia, verdadeiros desnudamentos. Há nele regressões notáveis. Uma de ordem psíquica, resultante da caça ao índio, como já frisamos, ou da escravidão e da falta de mulheres brancas. Outras propriamente sociais, impostas ainda pela escravidão, pela monocultura, pelo contacto de culturas inferiores das quais teve de adotar vários processos técnicos e intelectuais — como a forma de agricultura e a língua dos índios — bem como as de influência moral, que essas também as raças inferiores impuseram, pela simples aproximação, à sua atitude, comportamento e caráter.

Por efeito dessas condições, contactos e aproximações, o português ora se despe de sua armadura social anterior, ora a altera, acrescentando ou diminuindo os seus atributos, mas sempre sofrendo tais modificações que lhe não permitem continuar íntegro e igual, como embarcou no Tejo.

A sociedade que vai forjar, além de refletir essas modificações, acarretará outras que promanarão de sua dinâmica e estrutura morfológica. (DUARTE, 1966, p. 44).

Esse trecho resume bem o pensamento do autor sobre as interpretações possíveis das instituições e da cultura política de Portugal que teria sido transmitida ao Brasil. É necessário, entretanto, ir além dessa leitura compassada que vimos fazendo até aqui do texto de Nestor Duarte e lançar uma interpretação mais definitiva e ousada dos escritos do autor sobre Portugal.

Fraco e comprometido no seu poder já vinha ele [o Estado] de Portugal. A Igreja, por exemplo, lá estava a disputar-lhe jurisdições e prerrogativas e assim em porfia acirrada penetraram ambos no Brasil (...) A Igreja soube penetrar mais fundo no território colonial e no coração das almas do que o Estado português. Até onde não chegavam, mesmo em séculos subseqüentes, o termo e a vila, lá estava, como edificação dominante e senhorial, a Igreja, a matriz. (DUARTE, 1966, p. 50). [grifo nosso]

Ora, em Portugal havia instituições que tinham poder de fato e que, somadas, impediam que o poder da Coroa se estendesse de forma resoluto a toda a nação. Há nessa questão, como já dito, uma concepção bastante engenhosa e coerente sobre o tema do Estado e sua centralização e, finalmente, de como se configurava a dominação legítima no território

português. O poder era por vezes *dividido*, ora *compartilhado*, e em muitos momentos *disputado*, pela dualidade de poder existente entre a Coroa e a Igreja. Há, para além desses dois elementos, a oposição extremada a mouros e a castelhanos que foi a verdadeira motivação da independência portuguesa. (DUARTE, 1966, p.4).

Portanto, nas tradições mais profundas do povo português há instituições que se interpõem ao poder do Estado, dificultando sua centralização, seja a comuna e o município, seja o poder das famílias a corromper o Estado em seus princípios mais fundamentais.

Tais elementos, se por um lado desvirtuam o Estado, por outro dão à sociedade *vínculos contensores*, para utilizarmos o léxico conceitual do autor.

Sendo esse o contexto da formação social e da cultura política portuguesa é possível traçar, a partir de então, os contrastes com o mundo colonial e daí estabelecer as diferenças entre metrópole e colônia, bem como da genealogia fundamental das distinções entre um e outro que se vão desenvolvendo ao longo da colonização.

4.2 - O Brasil e a ordem privada.

Quando trata dos colonizadores portugueses que vieram para o Brasil ao longo dos três primeiros séculos, Nestor Duarte enfatiza, carregando nas tintas, o contexto de liberdade que prontamente lhes era concedido, tão logo desembarcavam no novo continente:

Elas iam, porém, exacerbar de tal modo a já desenvolvida liberdade do conquistador e criar o ensejo para a expansão livre e desordenada do homem branco transmigrado para o Brasil, que a dispersão, a desordem política, a ausência de disciplina e de vínculos contensores da sociedade da colônia encontram aí a sua razão mais viva e estimulante (DUARTE, 1966, p.30).

Doravante, o que vemos então é uma ênfase, por um lado, nas tendências irreduzíveis da sociedade portuguesa ao poder do Estado e, por outro, na *libertação* das extenuantes obrigações religiosas que a mudança de meio lhe proporcionava.

Estava ele na colônia potencialmente livre e agindo segundo outro quadro de valores, o que leva Nestor Duarte a considerar, em sua interpretação, as mudanças antropológicas que se operam no homem português, em que a questão do recuo às formas mais rústicas de organização social lhe propiciaria na psique uma mudança profunda, que o levaria a atingir o clímax máximo na lógica que desencadeia a criação e o funcionamento das bandeiras:

Em que pesem anacronismos históricos e sociais, o homem branco da Europa regride na bandeira, diante de uma cultura e organização primitivas, àquela emergência lógica de todo um grupo se constituir em organização expedicionária militar para fazer a conquista e a submissão de outros, arrastado pelos mesmos interesses, desejos e cobiça cruenta de que padecem e sofrem estádios humanos de civilização mais recuada e bárbara. Por isso, a crueldade, o poder destruidor, a impavidez sanguinária dessas bandeiras só não surpreendem e horrorizam mais porque têm a própria lógica desses recuos (DUARTE, 1966, p. 30).

Dadas as ressalvas pelo próprio autor de que há anacronismos históricos e sociais, isto é, há limitações antropológicas na sua apreciação sobre a cultura e a organização social, o exemplo é evocado em sua acepção basicamente política. Anteriormente vinha o autor concluindo sobre o *complexo de violência e pendor para a luta armada interna*, de tal maneira que as instituições políticas da colônia - que tendiam para a ordem privada sob influência dos elementos mais fundamentais da herança portuguesa – desenvolverá ainda mais essa forte tendência até atingir pontos extremos, sob a influência da lógica das grandes distâncias, das bandeiras e do complexo de mando desenvolvido na escravidão, tanto do índio quanto do africano.

Assim, há na obra de Nestor Duarte duas grandes linhas de argumentação que se cruzam: a da herança portuguesa, por um lado, encontrando-lhe e se amalgamando com ela o que, *grosso modo*, o autor qualifica como patriarcalismo, conceito recuperado da obra de

Oliveira Vianna e no mesmo sentido, de Gilberto Freyre, que chama-lhe de *família patriarcal*, concluindo assim, que no Brasil se impõe a lógica da ordem privada, acima de tudo.

4.3 - Portugal e o patrimonialismo

O patrimonialismo é um *tipo ideal* de configuração do Estado e aparece de modo sistemático pela primeira vez na obra de Max Weber. Sua definição abstrata apontaria fundamentalmente para a transição das formas de dominação tradicional para outra mais racional-legal manifestada sob a forma da burocracia. Os critérios de definição de suas características evocam limites, senão exatos, bastante claros da diferença entre público e privado e de como o Estado foi se orientando cada vez mais para uma ordem pública, que é expressa plenamente pela via da racionalização e legalidade que lhe vai lhe conformando as características. O patrimonialismo é, em síntese, um momento de transição em que o Estado estaria ainda sob domínio privado do Soberano e de seus funcionários, mas cada vez mais perdendo essas características.

A interrupção – via congelamento - desse processo histórico é o tema extensamente desenvolvido em *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, que estrutura sua visão partindo de uma (suposta) constituição do que chama de “Capitalismo comercial” hegemônico por um Estado que se apropria da maior parte das riquezas da sociedade portuguesa, conduzindo, daí por diante, uma poderosa expansão econômica do pequeno Reino através das empresas de tráfico de gentes e de coisas, estando sob seu controle um vastíssimo corpo de funcionários, no interior do Estado, agindo principalmente em nome do Rei e secundariamente em seu próprio nome, nunca considerando os interesses públicos como principais, ou sequer como

importantes. Muito embora o interesse do Rei pudesse se identificar em muitos aspectos, naquele momento, com o interesse público, fato que confere ao patrimonialismo, dentre os tipos ideais de dominação pensados por Max Weber, o caráter mais contraditório.

Na medida em que avançam as décadas após o período dos descobrimentos, a associação entre os fenômenos políticos de Portugal e sua colônia têm início.

Portugal não buscava, na América, o reflexo de suas instituições, numa réplica nova de um Reino velho – o que ele visava era o prolongamento passivo de suas instituições, armadas de poderes para criar, do alto, por obra da moldura jurídica, a vida política (FAORO, 2000, p. 167).

Assim, visando ao controle e à repressão, é fundada a cidade do Salvador. “A centralização era o meio adequado, já cristalizado tradicionalmente, para o domínio do Novo Mundo” (Id: p. 164), perspectiva que se aprofunda *ferreamente* no regime das Minas na virada para o século XVIII, com uma centralização muito mais repressiva. (Id. p. 171).

Prossegue afirmando que os episódios de 1808 geram demandas urgentes na Colônia: “organizar o Império, para o ministério, seria reproduzir a estrutura administrativa portuguesa no Brasil e colocar os desempregados” (Id. p. 284) ainda que criasse instituições que existiam em Portugal, mas sem atenção às especificidades do país que se estabelecia.

Haveria, então, para Faoro um *continuum* de centralização, que começa com os primórdios da constituição do capitalismo comercial sob hegemonia de um Estado empresarial, dando a tônica do controle e repressão sobre as Minas e depois com o aporte gigantesco que a transferência da Corte portuguesa em 1808 acarretará.

Há, assim, uma mesma perspectiva que atravessaria todo o mundo político português e brasileiro, apontando sempre para o fortalecimento do Estado, elemento crucial de indução da expansão e desenvolvimento num primeiro momento, mas que se torna um óbice poderoso, logo em seguida, para que as sínteses de elementos modernos pudessem alcançar realização plena nesse mundo social português, desde então tendo o Brasil à reboque.

Essa conclusão é fruto da forma como Faoro percebe a inter-relação entre as classes sociais em Portugal e na forma como tal questão teria sido, tal qual em Portugal, desenvolvida também no Brasil. O mecanismo básico da relação entre as classes é que os choques que poderiam ter modernizado o Estado excessivamente centralizado - no sentido de sua abertura e incorporação de demandas urbanas e típicas da nascente sociedade burguesa – foram sendo amortecidos por mecanismos que, no século XX, seriam chamados de cooptação, mas que no período tratado por Faoro, em consequência do distinto quadro de valores, tem como expressão mais adequada o que o autor chama de *afidalgamento* (CF. FAORO, 2000, p.. 67; e 220-222-223).

Que Faoro apresenta também como produto do caráter conciliador e policlassista do patrimonialismo português (id. p. 47) falando ainda em emancipação da classe miúda, nobilitada e ascendente social e politicamente depois da revolução de 1385. (id. p. 50). Na Colônia, tal processo dá-se de maneira idêntica: “Sociedade aristocrática, fixada no estamento em luta surda e tenaz contra a mercancia, que, incapaz, de se tornar independente, adere aos valores da nobreza, aos seus costumes e à sua ética” (Id. p. 200).

Dito de maneira mais clara, o modelo de Estado centralizado e patrimonial foi, num primeiro momento, um passo importante para o avanço político e econômico da sociedade portuguesa⁶. Entretanto, a tese sustentada por Faoro de uma ausência de feudalismo em Portugal⁷ - e da luta de classes renhida e bem definida desse sistema – dá lugar, então, a uma miscelânea de classes sociais que se misturam, como se fossem sócias e não antagônicas, e que não criam grandes dificuldades para a ascensão de uma classe para aquela imediatamente superior, em especial no *afidalgamento* da nascente burguesia.

Assim, a principal característica política do patrimonialismo é evitar a luta de classes, sem ela, portanto, não há Revoluções de tipo burguesa e tampouco modernidade. Com isso, o

⁶ “Os Estados patrimoniais, implacáveis nos seus passos, não respeitará o peso dos séculos, nem privilégios da linhagem antiga”. (FAORO, op. Cit., p. 13)

⁷ Cf. FAORO, 2000, p. 27; 33; 146; 147.

peso da excessiva centralização do Estado português seria sentido no século XIX, quando ficaria evidente o atraso do mundo ibérico em relação ao Reino Unido e à França.

A centralização política no mundo português tem em Faoro uma descrição bastante particular de como teria sido sua constituição. Abstraindo-se dos juízos de valor, nota-se cruamente um Estado que erige a nação capitaneada pelo círculo familiar, que vai se ampliando, *cedendo* ao Estado seu corpo particular de funcionários⁸, até atingir o equilíbrio perfeito para, por um lado garantir *legitimidade* e, por outro, ampliar cada vez mais a dominação do Rei, tradicional em sua forma e especificamente patrimonial em suas maneiras de articulação e operacionalização das estruturas de poder.

A perspectiva histórica de Faoro, que atravessa os seis séculos desde o 1385 português chegando ao século XX, tem uma caracterização *ideal-típica* do patrimonialismo como conceito chave que é exposto a uma confrontação com as características de um mundo português precedente à sua existência, que o desenvolve e passa a reproduzir por muitos séculos. Em seguida, esse patrimonialismo triunfante passa a ser o rearticulador de uma estrutura de poder que se realimenta indefinidamente, a partir da capacidade intrínseca de incorporar todas as demandas novas virtualmente conflitivas, mas admoestadas em sua *potência* transformadora.

Assim, no esquema teórico de Faoro, o Estado é o elemento articulador de todo o mundo social português, tudo passa por ele e recebe a coação do seu peso e dominação excessivas. Ainda que tal teorização, que é utilizada como instrumento analítico, como já dito, tanto da história portuguesa quanto do seu apêndice na América Portuguesa, entre em contradição com o eixo de argumentação de uma parcela expressiva da sociologia política brasileira, em especial de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Nestor Duarte, que se

⁸ O que vai ao encontro da problematização de Weber quanto trata do caráter transitório do patrimonialismo e da intersecção existente entre funcionário público e funcionário do Rei. Sobre essa temática Weber afirma que “a burocracia *surgiu* primeiro em Estados patrimoniais, e isso como funcionalismo com recrutamento extrapatrimonial. Mas *esses* funcionários eram, conforme cabe logo observar, no início servidores *peçoais do senhor*” (WEBER, 2000, Vol. 1. p. 149)

aproximam de uma visão *feudalista* do passado brasileiro - feudalismo mais no sentido político - em que a Colônia seria um exemplo de sociedade de fragmentação extremada, com ilhas econômicas que se rearticulam como vetores de poder local e, portanto, como empecilhos da constituição de um Estado centralizado, qualquer que fosse ele.

Então, como tal questão do poder local é equacionada na tese sobre o patrimonialismo na obra de Faoro? Para Rubens Goytacá Campante, o conceito de patrimonialismo na obra de Weber não é sinônimo de centralização, mas um constructo ambíguo, que ora pode ser sinônimo de dominação tradicional e englobaria também o feudalismo, ora é parte do poder tradicional juntamente com o feudalismo, do qual seria uma evolução.

Da existência desses conflitos, típicos da dominação patrimonialista, conclui-se que a descentralização, em si, não basta para descaracterizar um arranjo patrimonialista de poder. Os príncipes patrimoniais realmente desejam a centralização, e agem nesse sentido, pois só assim podem exercer o poder de modo pessoal. Porém, os resultados dos tipos de luta pelo poder que ocorrem no patrimonialismo, descritos acima, nem sempre garantem que isso ocorra. *Pode haver um enfraquecimento do poder central sem que isso descaracterize o patrimonialismo, que não é, necessariamente, sinônimo de poder centralizado* (CAMPANTE, 2003, p.159) [Grifo nosso]

Faoro, segundo Campante, receosa de que a incorporação das análises que viam a sociedade brasileira a partir da noção de descentralização e temendo que tal perspectiva comprometesse a existência de um patrimonialismo, “prioriza a proeminência do centralismo na tradição brasileira” (CAMPANTE, id. p. 170).

E mesmo quando trata da presença do poder local é em termos que forçosamente se adequam a sua teoria, como quando aborda a questão da ampliação do colegialismo, afirmando que esta ampliação interfere nos assuntos brasileiros, entrando e ocupando espaço de arbítrio parcelas do setor privado, distintas de um *self-governement* local, e que usurpa funções públicas. “Cria-se um governo, ao contrário, sem lei e sem obediência, à margem do controle, inculcando ao setor público a discricção, a violência, o desrespeito ao direito (...) o

déspota colonial e o potentado privado têm aí suas origens, origens que o tempo consolidará” (FAORO, 2000, p. 205-6).

Esse reconhecimento do poder local, associado ao despotismo, não é facilmente assimilável às explicações de Faoro sobre o fenômeno do Estado em Portugal e no Brasil, uma vez que a noção de sociedade fragmentária ou *centrífuga*, como quer Oliveira Vianna, vai de encontro a noção de que pudesse existir um Estado organizado, com tentáculos fortes e capazes de organizar e dar coesão ao processo de ocupação social e política da colônia, ainda que com as repercussões para a política e sociedade civil que Faoro assinala com tanta ênfase.

Há um desencontro fundamental entre esse Estado teorizado por Faoro, que tudo controla, e os arremedos de poder privado, que impedem exatamente a constituição de qualquer referência de poder público que ultrapasse as demandas básicas de satisfação das exigências fiscais da Coroa portuguesa. Por isso, o contraponto da tese de Faoro é sempre apresentada junto à tradição na sociologia política brasileira que utilizou a *categoria* feudalismo, como veremos.

4.4 - Descentralização e Estado Moderno

Se a questão da centralização e da descentralização teve no passado as leituras que ora foram apresentadas de Nestor Duarte (1966) e Raymundo Faoro (2000), com seus livros dedicados também à essa temática das formas de organização do poder legadas por Portugal, o tema certamente não desaparece do horizonte do debate, agora mais fundamentado e munido de dados obtidos junto às novas pesquisa acadêmicas.

Temos visto que a elaboração mais sofisticada sobre a questão da centralização emana de diversas obras de Antônio Manuel Hespanha, mas sendo sustentada inicialmente em *As vésperas do Leviathan* (1994) e retomada de forma atualizada em *As estruturas políticas em Portugal na época moderna* (2001), aonde são apresentados os fundamentos históricos que amparam a sua conclusão de que Portugal tinha uma estrutura descentralizada de tomada de decisões, de exercício do poder e de legitimações recíprocas entre as diversas esferas da sociedade portuguesa. Tal fato, por si, não significaria que a vontade do soberano pudesse ser confrontada, pois, para o autor, nesse momento histórico a idéia de indivíduo e de vontade são bastante diminutas. Assim, pondera em sua argumentação que a natureza das coisas era a obediência ao Rei; da esposa ao marido, que viviam num casamento monogâmico e indissolúvel. Fora da vida doméstica, as relações sociais incluíam a proteção dos ricos aos pobres e o favorecimento aos amigos e parentes.

Concretamente, os senhores em Portugal tinham sob sua posse dois terços dos conselhos (HESPANHA, 2001, p. 123), administrando, assim, a justiça. Já a Igreja, detinha uma autoridade que ia desde os costumes até o âmbito internacional, em sua convivência com reis e imperadores, o que o leva a concluir que “O aparelho administrativo da coroa era muito débil” (Id.p.127), em grande medida pela debilidade de seus recursos financeiros. Coexistiam, então, os poderes da Coroa com o das comunas, dos senhores, da Igreja, da Universidade, das corporações dos artífices e das famílias (HESPANHA, id. p. 128).

Quanto aos tribunais, podiam suspender e anular decisões do rei e a Igreja poderia excomungá-lo. De modo que até o Pombalismo na metade do século XVIII, a atribuição dos poderes era fundamentalmente de um poder real limitado, sendo a constituição um produto da tradição. O governo, por sua vez, mantinha os equilíbrios estabelecidos e o Direito era um fundo normativo provindo da natureza. Finalmente, um governo baseado somente na vontade arbitrária do Rei era rejeitado (Id. 129).

Assim, em relação às Colônias, “os governadores [isto é, o poder local] gozavam de um poder extraordinário” (id., 133) [grifo meu], podendo, inclusive, legislar, em especial nas matérias marítimas e militares e concessão de terras via sesmarias, de modo que o Império não era centrado, dirigido e drenado unilateralmente pela metrópole, o que obriga, para o autor, a uma revisão do imperialismo e da exploração metropolitanos e até de possíveis exageros do “pacto colonial”, o que o próprio autor defenderá no artigo “Depois do leviathan”, ao problematizar o livro de Laura de Mello e Souza (2006), (o qual será discutido logo adiante) reafirmando Hespanha que o seu modelo Corporativista “é aplicável às colônias da América Latina e, até, a outras entidades políticas tradicionais. Realmente, o que é difícil na história do mundo é encontrar Estados centralizados, não o contrário” (HESPANHA, 2007, p.60).

Desse modo, a tese que Hespanha explicitamente defende é que Portugal tem uma cultura política que, reconstituída, reafirma antes a descentralização e a pulverização do poder e das tomadas de decisão entre diversas *corporações* e *instituições* que atuaram extensivamente ao longo do que ele chama de Idade Moderna - no caso de Portugal, aproximadamente, o período da Restauração (1640) até a Revolução Liberal de 1820 – em detrimento de uma centralização do Estado e do poder em mãos de uma Coroa onipotente.

Em outro estudo sobre a mesma temática, intitulado como “Poder e instituições da Europa do Antigo Regime”, Hespanha (1985) dá ênfase inicialmente à luta pelo poder como *constante* política do período, em que “o rei procurava, como qualquer senhor, aumentar o seu poder, mas admitia e respeitava a concorrência de outros poderes, ocupando zonas vazias” (p. 46).

Com isso, há sempre matizações na argumentação de Hespanha, para quem o exercício do poder se aproxima da noção de *configuração*, que quando vista de uma perspectiva histórica, revela uma evolução de estruturas (sociedades fechadas) para uma outra de

“personalidades próprias” (com ênfase no eu). É através da noção de *interação* que Norbert Elias supera as concepções de soma de valores individuais e de holismo [totalizante], para conceber em seu lugar a idéia de indivíduos interdependentes, como num jogo de xadrez, em que cada peça move-se por si, mas considerando as posições das outras. O Rei tem mais poder, mas também depende do peão. Logo, não há igualdade nem poder absoluto. Assim, Elias substitui a noção de sistema (fechado) pelo de configuração (em formação), de modo que todos os indivíduos, mesmo os de maior poder e prestígio, estão sujeitos a algum tipo de pressão (ELIAS, 1970, p.99).

Hespanha não desenvolve sua tese citando ou evocando Norberto Elias, mas é perfeitamente possível interpretar que sua argumentação vai ao encontro do que postula esse autor em relação a esse tema que é dos mais persistentes na sociologia: a tensão explicativa entre estrutura e ação social, desdobradas em termos políticos pelo binômio Estado e sociedade - como diz Hespanha, agora “civil (id. 1985, p. 61) – e como querela que se apresenta, ainda, como centralização e descentralização.

Portanto, a centralização é um fenômeno que só aparece em Portugal com o início da constituição do seu Estado moderno (pois é condição *sine que non* deste), e bastante associado ao pombalismo, nunca antes disso: “o Estado foi a entidade que promoveu a concentração dos poderes num só pólo e que, por isso, *eliminou o pluralismo político* do Antigo Regime”(HESPANHA, 2001, p. 122). Por pluralismo, entenda-se uma configuração de poder que impõe limites ao Estado, que não detém ainda o *monopólio da violência física*, ou do mando, como na teoria de Weber. *Pluralismo* que não deve, entretanto, ser confundido com democracia, cujas características são bem mais engenhosas do que a dicotomia existente entre centralização e pluralismo⁹.

⁹ A conceituação da moderna democracia aporta uma quantidade numerosa de critérios, que são resumidos por Roberto Dahl (1999) a partir da *abertura*, grandemente representada pela imprensa livre, e da *inclusão*, que orienta o sentido das eleições livres e limpas, muito embora outros aspectos também mereçam ser enfatizados, como a concorrência real pelo poder, conforme demonstra Anthony Downs (1999) .

Portanto, o estabelecimento de padrões unificadores e menos plurais do exercício efetivo do poder e do mando é, para Hespanha, obra recente, ao menos em Portugal, tema de seu consagrado estudo, *As vésperas de Leviathan*.

Já antes temos dito que a idéia de que o poder político se concentra num único pólo – daí derramando para as entidades que, na periferia, o exercitam – corresponde a uma matriz muito recente de distribuição social desse poder. Matriz estabelecida a partir dos finais do sec. XVIII, pela força combinada do Despotismo Iluminado e da Revolução, e a que G..F. Hegel se referia quando cunhou a célebre contraposição do “Estado” à “sociedade civil. (HESPANHA, 1994, p. 296).

E é possível que mesmo nesse período em que o Estado floresce em toda a Europa, segundo afirma o autor, a Igreja em Portugal, mais até do que na Espanha, consiga salvaguardar o fundamental de sua autoridade e influência. (HESPANHA, 1994, p. 324), de modo que, dentro da sua tese sobre a organização corporativa, a Igreja mantém uma parcela expressiva do poder político atuando contra possíveis inflexões centralizadoras da Coroa portuguesa.

A tese de Hespanha tem a sua transposição para o contexto do Brasil problematizada por Laura de Mello e Souza (2006) em *O sol e a sombra*, para quem

A especificidade da América portuguesa não residiu na assimilação pura e simples do mundo do Antigo Regime, mas na sua recriação perversa, alimentada pelo tráfico, pelo trabalho escravo de negros africanos, pela introdução, na velha sociedade, de um novo elemento, estrutural e não institucional: o escravismo (p. 68).

Localizando a explicação do modelo na noção de antigo sistema colonial pensado por Fernando Novais (1979), como, aliás, já fizera em obra anterior (Cf. Souza, 1989), Laura de Mello e Souza propõe uma centralidade ao sistema escravista, como fator de *recriação perversa* promovida por um este fator, para ela, de alcance estrutural e não apenas institucional. Isto de partida inviabilizaria o modelo Corporativo na América Portuguesa, que foi pensando inicialmente por Antonio Manuel Hespanha para o Portugal da Idade Moderna.

Não há no estudo de Laura de Mello e Souza, além da denúncia de ser “inexato, discutível e, no limite, perigoso” esse caráter de homologia entre Portugal e Brasil (Cf. Souza: 2006. p.69), uma elaboração convincente de que o escravismo como modo-de-produção tenha operado modificações substantivas no descentralismo constitutivo da lógica do poder imperial português. Jacob Gorender, por exemplo, em seu *O escravismo colonial* não dá elementos que endossem essa análise de Souza e mesmo depois, em *A Escravidão Reabilitada*, Gorender (1990) em raro momento em que trata de questões “institucionais” faz a seguinte afirmação:

Avalizador da ordem escravocrata, o Estado devia zelar por sua defesa do ponto de vista de conjunto, às vezes contrariando interesses particulares deste ou daquele escravista, considerado individualmente. Enquanto o Brasil foi colônia, a Coroa portuguesa se beneficiou diretamente da exploração colonial escravista e transferiu parte desses benefícios à nobreza feudal (p. 40) [concluindo em outro momento que] os órgãos estatais, no Brasil colonial constituíam prolongamento do Estado português” (p. 120) [grifo nosso].

O que confluí, vale repetir, portanto, o que Hespanha postula quando preconiza sobre a dificuldade de encontrar, na história, Estados centralizados e não o contrário (Cf. HESPANHA, 2007, p. 60.)

Portanto, ao propormos uma atualização da contraposição entre as obras de Nestor Duarte e a obra de Raymundo Faoro, devemos ter em conta que o ponto de chegada dos dois autores é conclusiva em relação à questão da dominação do Estado: onipresente para Faoro e interrompida para Duarte, mas em ambos os casos o fenômeno do Estado tem raízes profundas em Portugal.

De forma precária, e tentando dar conta de todas as interpretações até aqui explicitadas, pensamos ser possível aventar que o domínio da metrópole sobre a colônia não decorre tão-somente da coação física através da força do Estado, mas que tenha consigo elementos “civilizatórios”¹⁰, que impunham aos colonos mimetismo, obediência e evocação

¹⁰ Na falta de uma palavra mais adequada e tendo que expressar o fascínio que uma sociedade exerce sobre a outra, tive que recorrer a essa noção oitocentista.

de proximidade com uma sociedade mais “adiantada”. No primeiro caso há o exemplo das descrições de Amadou Hampate-Bâ (2003) sobre o colonialismo francês e sua aculturação por mimetismo através das “escolas dos brancos” e no segundo, os exemplos de Norbert Elias em *Os estabelecidos e os Outsiders*, em que a coação moral, pela via da *estigmatização*, leva a comportamento que reproduzem a lógica da estratificação social, sem deixar brechas aos possíveis questionamentos. Assim, aculturação e estigma forjaram obediências aonde coação física não teria força suficiente para fazê-la. Cremos que essa temática desenvolvida na sociologia teria muito a acrescentar nesse debate sobre a natureza da dominação portuguesa na colônia, impondo seus padrões.

É através dessas formas “imateriais” de dominação que uma cultura se impõe em espaços diversos. E pensamos que seja através dessas formas, que incluem *mimetismo* aos colonos e *distinção* social aos que possuem o manejo adequado dos códigos da metrópole, a ferramenta que dissemina o desejo de aliar-se ao Reino, de ser súdito do Rei, de evocar a sua identidade alhures, enquanto a síntese de valores novos não chega. Sem o recurso a essas formas de dominação, a problematização já clássica da pergunta que versa sobre o porquê de um país de dimensões e população tão diminuta como Portugal ter conseguido erigir um Império de proporções gigantescas sugere, antes de qualquer coisa, a coação física. O que é um bom ponto de partida, sem dúvida. Mas não explica como e porque o Brasil na obra que Gilberto Freyre chama de “autocolonização” manteve as instituições e a cultura política portuguesa, quando poderia recriar as que tinha, renegando as suas congêneres portuguesas.

A unidade territorial e política que o Brasil ostenta desde sua Independência (1822) e sobre a qual não há explicação única inteiramente satisfatória é um tema que permite uma confrontação consistente do valor heurístico de cada uma das teses apresentadas.

Para Nestor Duarte a unidade portuguesa é estabelecida pela negação do outro: castelhanos e mouros, mas que requer um fiador que a garanta, um fiador improvisado, o Estado, que internamente nunca consegue unificar-se totalmente e se impor de forma centralizada, seja porque o “potencial” cidadão português guarde maior identidade com os poderes locais, tais como a Comuna e o Município, seja porque a Igreja tome dos Estados quinhões importantes do seu poder.

Esta mesma Igreja opera de maneira dialética: no mesmo sentido em que é fator de identidade, não só em Portugal, como de resto, em toda a Península Ibérica, também impede a síntese de poder que o Estado necessita para finalmente se centralizar.

Nesta linha de argumentação, Antonio Manuel Hespanha observa em Portugal outros *entes* corporativos que se colocam como empecilho a que o Estado triunfe: a Justiça e Universidade dentre elas e que, inexistentes no Brasil, teria, entretanto, constituído outros núcleos de poder inexistentes em Portugal, tais como o núcleo rural latifundiário escravista e com exércitos privados; as Bandeiras e sua organização de poder e, ainda, a incipiente sociedade colonial, que não pode, em absoluto, ser desprezada, haja vista o contexto em que se opera a expulsão dos holandeses.

Portanto, se Hespanha argumenta que o escravismo colonial do ponto de vista do poder, tinha uma implicação basicamente doméstica, o que conflui com a noção de patriarcalismo, e que Gorender rejeita, este último autor, no entanto, não propõe que o conceito de escravismo seja um complicador das teses descentralistas de Nestor Duarte e de Antonio Manuel Hespanha.

Há que se investigar, e tal questão em sua plenitude foge do presente trabalho, se escravismo e corporativismo coexistiram no Brasil colonial. O que propomos como questão a ser considerada é que a noção de ordem privada se embebe de ambas e que pode ser aplicada tanto a Portugal quanto ao Brasil.

Do outro lado da questão, a interpretação que localiza nos primórdios da nação portuguesa os elementos definidores de uma centralização do Estado, de certo modo inverte um tanto à sua maneira o seu desenvolvimento no mundo moderno. Tal se dá porque o Estado então partiria de uma posição de força até atingir o seu gradiente máximo no absolutismo setecentista, entrando, a partir de então num processo de abertura que, num *continuum*, chegaria à liberal-democracia. A tese de Faoro não só apresenta este desenvolvimento, bem como interpreta que o processo de abertura é interrompido em Portugal e no Brasil, porque o Estado central e patrimonial encontrou formas de amortecimento dessa pressão *classista* (e coletiva) por mais poder, através do recurso às formas de ascensão *individual* pelas vias do afidalgamento.

O ponto alto e inovador da leitura de Laura de Mello e Souza (2006) é que não cede à tentação de conciliar esses diversos pontos de vista, mas mediar a questão tendo em vista uma seqüência temporal, que ora mostra um Estado português mais interessado em sua colônia americana e, portanto, efetivando sua dominação e interesses tendo como adjutório os arremedos de poder constituído, ora posiciona uma fraqueza da Coroa, seja pela conjuntura internacional ou pela própria conjuntura de ostracismo da colônia, que faz com que a Coroa se apague e em seu lugar brilhe as forças motrizes do próprio poder local, em que o bandeirismo é um exemplo evidente.

Esse tipo de mediação articulada pela autora havia sido proposto em outra discussão afim por Simon Schwartzman (1975) em *São Paulo e o Estado nacional*, atendendo,

entretanto, a outro critério, de orientação mais geográfica, na medida em que discute a questão do patrimonialismo a partir dos contatos e da formação histórica de cada região do país.

Para Simon Schwartzman a realidade da constituição do Estado aparece de forma mais polissêmica e dinâmica do que em Faoro (2000) pois contempla uma variedade de leituras através da matização de cada uma delas em relação a uma região específica do Brasil. Assim, o palco social do patrimonialismo brasileiro é cada vez mais dinamizado pela polarização entre o poder central e a economia de São Paulo. As distintas realidades regionais trariam consigo, portanto, formações diferentes, apontando tendencialmente para formas predominantemente tradicionais no Nordeste e em Minas Gerais, centros econômicos pujantes no passado e em decadência ao longo do século XIX; enquanto o patrimonialismo teria fincado raízes mais profundas no Rio de Janeiro, antiga capital e centro da administração, que contrastaria de forma acentuada com São Paulo, historicamente isolada, tendencialmente mais burguesa e que teria se desamarrado com mais força dos vincos patrimonialistas. A quarta região, o Rio Grande do Sul, fronteiriço e belicoso, com uma tendência militar que se converte depois em positivismo, ocupa, por força dessas características, e não de seu lado Europeu e moderno, um papel político hipertrofiado, em contraste com a diminuta presença política de São Paulo em face de sua pujança econômica.

Assim, haveria uma separação no Brasil entre áreas mais patrimoniais - as duas primeiras - e outras mais capitalistas - as duas últimas - de modo que as condições socialmente conflitantes entre as diversas áreas geográficas do Brasil seriam equacionadas politicamente, nas áreas mais patrimoniais, se atendendo às demandas de mobilidade social, ao passo que no segundo caso a política responderia aos grupos de interesses já claramente definidos economicamente. Chamando a atenção ainda para divisões entre setores rurais e urbanos e entre capitalistas e operários no interior de cada um desses sistemas, o autor conclui que é “elevado o número de possíveis combinações” (SCHWARTZMAN, 1975, p. 55), o que

permite uma compreensão mais acertada da realidade do Estado brasileiro, portanto mais complexa e multifacetada.

O que se nota, portanto, é que o desenvolvimento da temática da centralização do estado português e suas tendências legadas aos primeiros rudimentos de poder na formação do Estado no Brasil, lançada pelos ensaístas (intérpretes do Brasil) tende a levar a questão sempre aos extremos, possivelmente porque ao realçar as interferências de um Estado central se comprometeria a teoria que propugna exatamente o seu contrário, o que, obstante, afirma Campante (1993) em relação à obra de Raymundo Faoro. Do mesmo modo, uma teoria que ignora parte da realidade aplica-se também a Nestor Duarte, ainda que este consiga abrir seu “sistema” e notar um Estado forte durante épocas específicas da história nacional, notadamente durante a mineração aurífera nas Minas Gerais do século XVII.

Se este se apresentou mais despótico na fúria de seus impostos e na repressão ao contrabando, ou teve, enfim, que arcar com motins e revoluções tão graves como a chamada guerra dos “Paulistas e Emboabas” e como a “Inconfidência Mineira”, encontrou, de seu lado, uma sociedade mais densa, mais aglomerada, a iniciar o seu processo mais constante de urbanização, que são outras tantas condições prodrômicas de um processo político mais regular. Só a mineração, retendo por outra forma o homem, desruralizando, de alguma sorte, na vastidão do vice-reino, os seus núcleos, permitiu ao Estado maior penetração e um domínio menos inseguro no nosso hinterland. (DUARTE, 1966, p. 57-8).

Assim, o que se nota nesta primeira geração de autores ligados a sociologia política é uma tendência a apontar as tendências gerais. Do conjunto de algumas dessas tendências, chega-se às generalizações que se fixam como teorias. O *recuo* a Portugal justifica-se, portanto, na busca das raízes, sem as quais os processos morfológicos da vida social, política e econômica, tornam-se ininteligíveis, o entendimento fica operando no vácuo, desprovido de seus significados mais profundos.

Há que se notar ainda que a história portuguesa se por um lado possibilita coser uma identidade, com algum lastro de profundidade temporal, por outro posiciona, em face do

mundo moderno, as raízes do atraso e os distintos projetos para sua superação pelas vias do reordenamento da realidade.

Cabe, por fim, registrar que as instituições e a cultura política de Portugal que se desenvolveu no Brasil pode ser entendida numa conciliação dos escritos de Simon Schwartzman com a elaboração mais recente de Laura de Mello e Souza e rompendo com os ensaístas: é necessário examinar cada região do país, especialmente o Nordeste, o Rio de Janeiro e Minas Gerais, como áreas tendencialmente vocacionadas para o patrimonialismo, enquanto que São Paulo e o Rio Grande do Sul, menos pujantes economicamente nos primeiros séculos, mas vivendo os extremos da guerra permanente pelas fronteiras, desenvolvem um distanciamento da Coroa portuguesa e operam por uma lógica mais descentralizada e irredentista, que depois tende a tornar-se mais burguesa. Observando tal lógica regional em cada um dos séculos que compõem a história da América Portuguesa, consoante a conjuntura internacional, levando, portanto, a uma pluralidade conceitual mais adequada para entender a história - século a século - e a geografia – região a região - do país em toda a sua diversidade.

Finalmente, a interligação de um passado remoto com as possibilidades do tempo presente foi uma tônica importante, mais projeto de presente e menos rediscussão do passado em Alberto Torres e Oliveira Vianna, e o contrário disso em Nestor Duarte e Raymundo Faoro.

Planeta meio solto nessa galáxia é a obra de Gilberto Freyre, para quem a tarefa de resgate e valorização dos antecedentes históricos da sociedade brasileira é matéria conhecida.

Por óbvio que seja, um desses antecedentes é Portugal, que o autor olha atentamente, lançando mão de um sociologia história da política que lhe possibilita, como veremos, elaborar teorias importantes sobre o Brasil, voltando-se para o passado e muito pouco ocupado com os distintos projeto de futuro.

Capítulo 5 -A sociologia de Gilberto Freyre e a formação social portuguesa

“Predisposto pela sua situação geográfica a ponto de contato, de trânsito, de intercomunicação e de conflito entre elementos diversos, quer étnicos, quer sociais, Portugal acusa em sua antropologia, tanto quanto em sua cultura, uma grande variedade de antagonismos, uns em equilíbrio, outros em conflito. Esses antagonismos em conflito são apenas a parte indigesta da formação portuguesa: a parte maior se mostra harmoniosa nos seus contrastes, formando um todo social plástico, que é o caracteristicamente português”(Gilberto Freyre, 2000, p. 201).

Desde a publicação de *Casa-grande & Senzala*, em 1933 a obra de Gilberto Freyre é alçada a um lugar de centralidade nas discussões sobre a formação da sociedade brasileira do qual nunca saiu. Entretanto, nos últimos anos transpôs, de maneira jamais antes vista, os limites do debate acadêmico, especialmente sociológico e antropológico, e passou a circular amiúde nas esferas do cotidiano midiático, da disputa política em torno das possibilidades que sua obra oferece para manifestações e reivindicações identitárias. Ocupa o primeiro plano dessa nova popularização de sua obra o enviesamento ideológico das disputas e dos debates que envolvem a identidade mais profunda do povo brasileiro, e de como o autor de *Casa Grande & Senzala* seria o ideólogo de uma leitura que ameniza conflitos, que propugna harmonia aonde ela não teria existido e que confluiria tudo em direção ao famoso *mito da*

democracia racial com todas as suas conseqüências - mito que é atribuído ao autor - e, portanto, urgindo o seu desmascaramento¹.

Desse modo, é necessário primeiramente postular que, apesar do assédio do debate político e identitário em torno da obra de Gilberto Freyre, é possível analisar suas referências étnico-raciais e suas implicações conceituais – ambas fundamentais nas considerações sobre Portugal - de forma distanciada e sob os critérios da crítica fundamentalmente sociológica. No caso do presente trabalho, a obra de Freyre aparece tão-somente sob o juízo crítico da temática da pesquisa: é obra que pode ser identificada com uma tradição específica da sociologia política brasileira? E como ela trata o tema que lhe corresponderia em relação à questão da herança portuguesa em seus significados mais elementares, mas também das suas implicações no mundo lusófono? Para posicionar essas questões é necessário, segundo pensamos, mostrar alguns percursos das muitas leituras que foram feitas de sua obra, de longe a obra da sociologia brasileira mais estudada no Brasil e no exterior, para em seguida apresentarmos o debate mais atual sobre ela. A partir dessa revisão básica da bibliografia é possível posicionarmos as formas e os significados de Portugal e de sua história na obra de Gilberto Freyre.

¹ O exemplo máximo é o afloramento desse debate sobre a democracia racial como contraponto de uma política de cotas para afro-descendentes na Universidade, cuja exemplificação mais emblemática é o discurso do Senador Demóstenes Torres (Dem/Go), que afirma, *ipsis literis*, que “Nós temos uma história tão bonita de miscigenação. [Fala-se que] as negras foram estupradas no Brasil. [Fala-se que] a miscigenação deu-se no Brasil pelo estupro. [Fala-se que] foi algo forçado. Gilberto Freyre que hoje é renegado, mostra que isto se deu de forma mais consensual” (04/03/2010 – “Dem responsabiliza negros pela escravidão”. Laura Capriglione e Lucas Ferraz, da Folha de S. Paulo, Brasília. Em seguida, o cerne das palavras de Torres recebeu uma leitura bastante crítica de Elio Gaspari (“A teoria negreira do Dem saiu do Armário”, Folha de São Paulo, 07/03/2010) e Luis Felipe de Alencastro (“África não organizou tráfico, diz historiador.” Cotidiano, Folha de São Paulo, 04/03/2010) e finalmente a fala crítica aos dois historiadores, Gaspari e Alencastro, no artigo de Demétrio Magnoli, (“O jornalismo delinqüente”, Folha de São Paulo, 09/03/2010).

5.1 - O pensamento sociológico brasileiro e a obra de Gilberto Freyre

Uma temática recorrente em *Casa-grande & Senzala*, mas também em *Sobrados e Mucambos* e em *Inglêses no Brasil*, é a explicitação de uma concepção, cara ao autor, de que os escravos brasileiros recebiam um tratamento nas relações de trabalho, o que inclui a alimentação, muito superior àquela recebida pelo operariado inglês da primeira metade do século XIX. Da insistência com que esse tema aparece na obra de Freyre (FREYRE, 2000, p. 108 e 147, por ex.), ela tornou-se uma passagem emblemática de um dos sentidos de sua obra, que já havia sido desenvolvida originalmente na sua dissertação de mestrado em Columbia (FREYRE, 1923) passando a receber já na década de 1940 críticas das mais contundentes – mas também já eivadas por uma disputa ideológica de fundo - a esse aspecto tido como profundamente reacionário de sua obra. Crítica articulada em estudos realizados pelo que Richard Morse (1990) denomina como *Escola Paulista de sociologia*, nomeadamente os estudos de Roger Bastide e de Florestan Fernandes², mas também nas leituras de Fernando Henrique Cardoso (1962)³ e depois por Octávio Ianni (1993), que sempre voltou ao tema do “adoçamento da escravidão brasileira”, em diversos ensaios, como tema recorrente da obra de Gilberto Freyre⁴.

Essa interpretação da obra de Freyre foi levada às últimas conseqüências e teve implicações importantes na forma como o autor seria recebido a partir daí nas ciências sociais brasileiras, cada vez mais institucionalizada e organizada em torno da universidade. A partir

² E que resultariam em estudos importantes como *A integração do negro na sociedade de classes*, de Fernandes (1965) e de Bastide e Fernandes (1955), *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*.

³ Em sua tese de doutorado intitulada *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*.

⁴ Antonio Sérgio Guimarães (2005) em ““Baianos” e “Paulistas”: duas “escolas”” faz um balanço interessante e atual dessas tendências. E Alfredo César Melo (2009, p. 291), ao revisitar a obra de Florestan Fernandes, afirma, de forma conclusiva: “Nas últimas páginas de seu *A integração do negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes (1978) cita Joaquim Nabuco e afirma que sem a integração do negro à esfera da cidadania, não haveria uma *verdadeira* democracia racial – que Florestan reputava como utópica, a ser alcançada”. Conclui, logo adiante, que: “No trecho está clara a simpatia de Fernandes com o termo, como um guia para o futuro, e não como descrição das atuais relações raciais no Brasil.” (Id. P. 293), estando aí a sua divergência mais fundamental com Freyre.

das críticas da *Escola Paulista* começa a haver uma marcada marginalização da obra de Freyre no Brasil, como se ela se resumisse a essa temática, que é importante, não se pode negar, mas que seria apenas uma coluna de um edifício muito maior e que só se manteve de pé, como referência importante das ciências sociais no Brasil em grande medida por conta da repercussão internacional da obra de Freyre, em leituras mais generosas e contemplando um leque mais amplo de possibilidades, levadas adiante por intelectuais tais como Frank Tenenbaum nos Estados Unidos, Fernand Braudel, Lucien Febvre e Roland Barthes na França e Leopoldo Zea no México. Febvre destaca em seu texto a miscigenação, enquanto que na leitura de Braudel aparece de forma clara a idéia de que Freyre colocou o negro na história do Brasil⁵, dentre muitos outros que perceberam-lhe em minúcias que se tratava de obra controversa, mas cheia de sugestões teórica e metodológica, além de uma leitura profunda do Brasil. Mesmo esse respaldo maior de Freyre no exterior seria interpretado no Brasil como escamoteamento da importância de um autor conservador em busca de legitimidade para teorias controversas, que é o que se depreende, por exemplo, de artigo de Luis Antonio Castro Santos (1990) publicado na Revista *Novos Estudos Cebrap*.

Uma década depois e já partindo de outro enfoque, menos empírico e mais direcionado ao plano rigoroso das definições é o estudo sociológico, *O escravismo colonial* publicado em 1978 por Jacob Gorender. Nele estão problematizadas as concepções freirianas acerca da condição do escravo e, por extensão, das repercussões políticas do escravismo brasileiro em suas representações mais elementares. Trazendo ao primeiro plano de análise a já aludida noção freiriana da benignidade da escravidão brasileira, de recorte português, em face do industrialismo inglês, aonde Freyre assevera que os escravos brasileiros viviam sob condições alimentares melhores do que o operariado inglês, Gorender não se preocupa sequer em negar que tal tenha de fato existido, mas observando que nos limites estritos do escravismo, como

⁵ “O novo livro, de finíssima escritura, causou escândalo imediato: o Brasil daqueles anos queria ser Europa e se colocava do lado da casa-grande, dos brancos.” (BRAUDEL, 2000, p.13)

modo-de-produção, essas relações sociais de produção não permitiam uma articulação política que facultasse ao escravo, de forma coletiva e articulada politicamente, modificar o sistema e se emancipar, o que vem a ser uma possibilidade largamente aberta, e em grande medida efetivada, no interior do sistema de trabalho livre inglês. De modo peremptório, Gorender, tratando da obra de Freyre afirma que

Só assim pode afirmar que lhe parece documentada de forma idônea a brandura da escravidão no Brasil e ainda repetir, a título de justificação ética, o surrado argumento de que as condições de vida dos operários europeus, na primeira metade do século XIX, foram piores do que as dos “bem tratados” escravos dos engenhos brasileiros. Argumento típico da polêmica dos escravocratas contra os abolicionistas. Já o encontramos no Bispo Azeredo Coutinho, que considerava os escravos melhor protegidos e seguros da satisfação de suas necessidades materiais do que já o encontramos por igual na Exposição do Ayuntamiento de Havana, datada de 1841, que dizia ser a classe proletária da Europa mais desgraçada do que a dos escravos de Cuba. (GORENDER, 1988, p. 366-7).

Ora, discutir tais teses, como faziam os abolicionistas em face de senadores escravistas e reacionários no século XIX, era uma espécie de mal-necessário. Mas em pleno século XX, fazê-lo como se fosse tese sociologicamente séria, como o faz Freyre, é algo, deveras, inexequível⁶.

Logo, para posicionar a visão de Freyre sobre o patriarcalismo é necessário fazer os devidos reparos a sua conceituação e lógica sobre o escravismo e, portanto, convém considerar as críticas de Gorender sobre o tema, especialmente porque ela emana do mais importante estudo realizado sobre o escravismo no Brasil, mais ainda, daquele escravismo articulado numa conjuntura política marcada pelo colonialismo, pesando de maneira ainda mais forte para a rearticulação indefinida do sistema a dominação política de uma sociedade sobre a outra, no caso da portuguesa sobre a colonial brasileira.

⁶ É bem possível que a acidez com que a tese da benignidade da escravidão frente ao operariado inglês presente nas teses de Freyre o tenha feito mudar de foco. Nas novas edições de *Sobrados e Mucambos* a comparação da escravidão doméstica comandada por Portugal é contraposta de forma mais definida ao modelo de escravidão mais impessoal do sul dos Estados Unidos. (Cf. FREYRE, 2004, p. 658).

Para além da crítica à conceituação freiriana de escravismo, outra possibilidade interessante de contextualizar outros temas, igualmente fundamentais, presentes nas teses de Freyre é posicionar como o autor tem sido rediscutido pelo debate mais atual em torno de temas menos recorrentemente analisados de sua obra, o que remeteria tanto à leitura do autor feita por Luís Costa Lima (1989) em *Aguarrás do tempo* e depois por Ricardo Benzaquém de Araújo (1994) em *Guerra e Paz: a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, avançando ainda à que lhe sucede imediatamente, tratando-se do estudo de Jessé Souza, (2000) sobre Freyre presente em *A modernização seletiva*. Em todos esses autores ocupa o primeiro plano do debate a seguinte questão: haveria ou não permanecido diluída na cosmovisão do autor sobre a *cultura* uma leitura ainda assentada na noção de *raça*, confluindo ambas num mesmo sentido e preservando, de forma camuflada, elementos conceituais do racismo científico. Tese que Costa Lima afirma e Benzaquém e Souza negam, ressignificando a obra *Casa-grande & Senzala* como depuração, ainda que com breves lapsos e resquícios, do conceito de *raça*, passando a interpretar a formação social do Brasil dentro de um quadro teórico em que a noção de cultura e suas possibilidades ocupam o primeiro plano.

Haveria, então, para Araújo uma articulação clara entre a separação de *raça* e de cultura e os caminhos abertos por essa nova perspectiva, o que inclui a valorização do índio e do negro e nessa mesma linha do próprio português, que ampararia em sua concepção de miscigenação os caminhos alternativos da cultura brasileira, negando a via da modernidade e do progresso como único caminho possível:

Distinguindo *raça* de cultura e por isto valorizando em pé de igualdade as contribuições do negro, do português e — em menor escala — do índio, nosso autor ganha forças não só para superar o racismo que vinha ordenando significativamente a produção intelectual brasileira mas também para tentar construir uma outra versão

da identidade nacional, em que a obsessão com o progresso e com a razão, com a integração do País na marcha da civilização, fosse até certo ponto substituída por uma interpretação que desse alguma atenção à híbrida e singular articulação de tradições que aqui se verificou. (ARAÚJO, 1994, p. 30).

Essa temática da contraposição entre raça e cultura, levantada por Benzaquén, é fundamental para a compreensão da obra de Freyre na medida em que permitiria situá-lo como autor verdadeiramente revolucionário do ponto de vista estritamente teórico, contrastando decididamente com as tentativas anteriores de posicioná-lo como mais um dos autores brasileiros que ficaram presos às armadilhas das concepções racializantes e de falsas premissas que eram bastante influentes junto ao pensamento social brasileiro até o aparecimento da obra mais famosa de Freyre em 1933⁷.

Em resumo, a análise de Freyre sobre a escravidão no Brasil é o tema mais controverso de sua obra, mas também o ponto alto e convergente da aplicação de seu modelo de interpretação sociológica, que pode ser definido, *grosso modo*, como pluricausal, privilegiando os elementos tangenciáveis pelo culturalismo boasiano, além dos elementos teórico-metodológicos próprios do autor, tais como a valorização de fenômenos do cotidiano, de que são exemplos, a culinária, a vida sexual e a linguagem, com elementos que lhe possibilitam construir uma interpretação da formação da sociedade brasileira como fundamentalmente miscigenada. Todos esses temas vêm à tona a partir dos contatos entre senhor e escravo e teriam definido as relações sociais e a cultura brasileira de modo geral, a partir do interior do complexo da Casa-grande, mas também fora dele.

Desse modo, para entrarmos naquela que é a hipótese a ser defendida na presente tese, qual seja, a de que Freyre é também autor de sociologia política, profundamente preocupado com as instituições e com a cultura política, é necessário antes posicionar como a questão do escravismo na leitura freiriana foi debatida recentemente nas ciências sociais brasileiras, para,

⁷ Dante Moreira Leite apresenta uma excelente apreciação desse momento histórico da vida intelectual do Brasil . (LEITE, 2002, p.245 e seg.)

então, compreender o alcance, a repercussão, a leitura dialética do autor sobre o tema, de onde emergem os pontos formadores do patriarcalismo luso-brasileiro, anti-moderno e que relativiza a noção de progresso, mas organicista e articulador de uma ordem.

Entendemos que a leitura de Freyre sobre o escravismo é desdobramento da sua leitura do patriarcalismo de origem portuguesa. Como Freyre é uma espécie de desencantado com a modernidade, há um espaço para uma “saudade” do patriarcalismo, de onde fruiu um tipo específico de escravidão que teria sido uma espécie de “mal-necessário” e sob alguns aspectos um fator positivo segundo o autor, na medida em que articula uma miscigenação generalizada na sociedade brasileira que seria, também e por si só, outro aspecto positivo da formação escravista brasileira.

O meio e as circunstâncias exigiriam o escravo. A princípio o índio. Quando este, por incapaz e molengo, mostrou não corresponder às necessidades da agricultura colonial - o negro. Sentiu o português com o seu grande senso colonizador, que para completar-lhe o esforço de fundar agricultura nos trópicos só o negro. O operário africano. Mas o operário africano disciplinado na sua energia intermitente pelos rigores da escravidão. (FREYRE, 2000, p. 304).

Esse desencanto de Freyre com a modernidade possivelmente está relacionado com a decadência portuguesa. Sobre isso, um longo parêntese. Como tivemos a oportunidade de discutir em capítulo anterior sobre o pensamento social português do século XIX, a percepção da decadência portuguesa articulada na leitura visceral que Antero de Quental apresenta no seu ensaio, *As causas da decadência dos povos peninsulares*, publicado em 1871, influencia toda uma geração de pensadores portugueses, que concebem uma interpretação ensaística da formação do país considerando as oscilações entre florescimento e decadência, o que impediria, portanto, de incluir essa seqüência numa valoração do progresso contínuo como o

destino manifesto das sociedades em geral, tendo a ocidental como locomotiva desse processo⁸.

Ainda que a influência não seja direta e a conexão passível de se precisar, essa interpretação da decadência portuguesa, alentadamente desenvolvida por Antero, e que antecipa temas substantivos do estudo de Max Weber sobre *a ética protestante*, pode ser referencia teórica importante para a idéia que permeia a obra de Freyre dos anos 30, que parte do princípio de que a modernidade não era inevitável, posto que a decadência lhe deixa de sobreaviso, e no caso de Freyre, tampouco ela é necessariamente melhor, na medida em que este processo traz consigo recuos e retrocessos na forma como opera mudanças profundas nas instituições e na cultura. Essa temática que vislumbra o lado desencantado da modernidade aparece, como se sabe, na conferencia “A Ciência Como vocação” proferida por Max Weber (1982) em 1917.

Ricardo Benzaquén de Araújo nota esse desencanto de Freyre com a modernidade. Jessé Souza, por sua vez, centra sua leitura em *Sobrados e Mucambos* e interpreta que neste livro Freyre posiciona melhor a questão: não se preocupa com o tema da modernização do Brasil por que ela já estava em curso desde a vinda da Corte portuguesa em 1808, modernização que é um processo que parte, portanto, desse momento do passado, o que nos permite situar que as saudades do patriarcalismo aristocrático tão sentida nas entrelinhas dos escritos de Freyre dos anos 30, dá-se exatamente porque os elementos econômicos e sociais ligados à modernidade já vinham se desenvolvendo e inexoravelmente haveriam de superar as formas tradicionais da sociedade brasileira. Esta sociedade tradicional é, em muitos momentos, sujeita às críticas, feitas pelo autor, mas também criadora de valores, os quais ele identifica, seja na originalidade que imprime à civilização brasileira, fundamentalmente miscigenada, seja no contexto tecnológico, na medida em que o florescimento dessa nova

⁸ Essa idéia de que o progresso seria um moto perpetuo estrutura tanto a leitura de Marx (Cf. Galvão, 1975 e também Victor Leonardi, 1996) quanto a de Augusto Comte. De modo geral é necessário procurar muito para se encontrar um autor que no século XIX contrariasse essa perspectiva.

civilização dá-se nos trópico, o que é fato novo e que se desdobrará, depois, nos estudos de tropicologia a que o autor passa a se dedicar nas décadas seguintes.

5.2 – Gilberto Freyre e a historia de Portugal

Dentre todos os autores brasileiros, e de todas as épocas, que se dedicaram ao ensaio histórico e sociológico, Gilberto Freyre é, sem dúvida, o que mais escreveu sobre Portugal, em todos os níveis de interpretação e analisando-o em diferentes momentos de sua formação histórica. Há, notadamente, um sentimento, *a priori*, de simpatia do autor pernambucano pela trajetória dos portugueses e pela aventura épica que os leva ao espaço brasileiro, comandando desde então a formação de uma sociedade possuidora de valores singulares.

No seu primeiro livro, *Casa-grande & Senzala*, de 1933, e já nas primeiras páginas, Portugal emerge com significados que o autor, algumas milhares de páginas e quase uma centena de livros depois, jamais abandonará: qual seja a de um Portugal como país multi-étnico, caldeado por contatos com diversas matrizes civilizatórias que seriam responsáveis pela singularidade multicultural que constitui o mundo português em suas raízes árabes e européias, em permanente contraste com a Europa e definidora, ainda, de seu traço mais profundo, ligado à capacidade portuguesa de adaptação, revelada em toda a sua extensão através dos contatos propiciados pelas expansões ultramarinas, dentre as quais, a mais desafiadora tendo sido a colonização do Brasil.

Descrever em minúcias o que Gilberto Freyre escreveu sobre a formação portuguesa, suas instituições e sua cultura política, é tarefa que encontra imensas dificuldades, sendo uma delas definir o ponto de partida, uma vez que o tema emerge em diversas obras e a partir de

muitos enfoques, com correções efetuadas pelas novas edições e atualizações de seus livros, trazendo consigo, ainda, elementos que se contradizem em muitos momentos e outros tantos que estariam ligados tão-somente aos rasgos ideológicos que resultavam de sua empatia com o Estado Novo português, que o teria levado a escrever obras de luso-tropicologia, tais como *O mundo que o português criou* (FREYRE, 1940) e *Aventura e rotina* (FREYRE, 1954)

É importante começar, então, pelo caminho mais seguro e buscando enfatizar sempre os temas recorrentes e que dão unidade à sua obra. Sendo assim, convém iniciar por *Casa-grande & Senzala*, aonde a análise de Freyre sobre o tema da formação social portuguesa traz ao primeiro plano a diversidade de influências recebidas pelos portugueses numa Península Ibérica dividida entre o mundo ocidental europeu e a presença do mundo árabe, a que ele chama de bi-continentalidade do português, por isso, um povo, por definição, miscigenado e que reproduziria valores de diversas matrizes civilizacionais, aí incluídos também os judeus. A pedra angular da presença portuguesa no Brasil estaria, então, em termos culturais, nessa fluidez identitária, fruto da plasticidade e da capacidade de adaptação a valores e características distintas da sua, portuguesa, porque seu passado apontava-lhe para a relativa naturalidade desses contatos.

Essa naturalidade de contatos que teria forjado no povo português essa decantada plasticidade é o que lhe permite mediar outros novos contatos entre povos de características tão extremadamente diferenciadas entre si.

Nessa linha, o autor rememora, em *Casa-grande e Senzala*, os episódios ligados à expulsão dos árabes da península ibérica e a conseqüente decadência da agricultura portuguesa, bastante dependente da engenhosidade árabe. Daí por diante, segundo Freyre, os portugueses vão dedicar-se, cada vez mais, aos ofícios do comércio, desmoronando em pouco tempo a outrora rica agricultura de seu país.

Nessa linha, quando da chegada dos portugueses no continente americano e da imediata frustração de não encontrarem nele os metais preciosos e, ainda, sob intensa cobiça de outros povos sobre sua colônia, as contingências do momento os faz reviver, na América, o seu passado de povo agrícola, que comandaria, desde então, uma colonização litorânea e rural, baseada no trabalho escravo e no *pacto* com os diversos povos ameríndios, além do domínio pela via da força física. Assim, os séculos que se seguem serão organizados no interior da vida rural, patriarcal e semi-aristocrática.

O ponto de partida dos portugueses para a articulação do seu papel como colonizador estaria, portanto, na sua própria cultura política e formação social fluida e multi-étnica, com uma estratificação definidamente anti-aristocrática, ou de burguesismo antecipado à própria Europa. Ora, toda essa caracterização parece bastante imprecisa, assim, convém tirar conclusões dessa longa citação do autor, para deixar tal questão mais bem definida:

Não é pelo estudo do português moderno, já tão manchado de podre, que se consegue uma idéia equilibrada e exata do colonizador do Brasil - o português de Quinhentos e de Seiscentos, ainda verde de energia, o caráter arnolegado por um século, apenas, de corrupção e decadência. Foi o que tentou Keyserling para concluir pelo seu plebeísmo e quase negar-lhe a qualidade de povo imperial. Mesmo que esse plebeísmo fosse característico do português de hoje não seria do português dos séculos XV e XVI. Sem aguçar-se nunca no aristocratismo do castelhano, no que o português se antecipou aos europeus foi no burguesismo. Mas esse burguesismo precoce sofreria no Brasil refração séria em face das condições físicas da terra e das de cultura dos nativos; e o povo que, segundo Herculano, mal conhecera o feudalismo, retrocedeu no século XVI à era feudal, revivendo-lhe os métodos aristocráticos na colonização da América. Uma como compensação ou retificação de sua própria história.

A colonização do Brasil se processou aristocraticamente - mais do que a de qualquer outra parte da América. No Peru terá havido maior brilho cenográfico; maior ostentação das Formas - e dos acessórios da aristocracia européia. Lima chegou a ter quatro mil carruagens rodando pelas ruas e, dentro delas, magníficos e inúteis, centenas de grandes da Espanha. Quarenta e cinco famílias só de marqueses e condes. Mas onde o processo de colonização européia afirmou-se essencialmente aristocrático foi no norte do Brasil. Aristocrático, patriarcal, escravocrata. O português fez-se aqui senhor de terras mais vastas, dono de homens mais numerosos que qualquer outro colonizador da América. Essencialmente plebeu, ele teria falhado na esfera aristocrática em que teve de desenvolver-se seu domínio colonial no Brasil. Não falhou, antes fundou a maior civilização moderna nos trópicos. (FREYRE, 2000, p. 256).

A vida rural é assim revivida organizando e preenchendo imensos espaços, enquanto que a vida social será organizada por dois tipos sociais característicos, o senhor e o escravo, que predominarão sobre os demais, tendo-lhes reservado lugares distintos em pólos opostos construídos pelo modo-de-produção escravista.

Nesse contexto pode ser esclarecido de maneira mais congruente o papel do patriarcalismo como instituição política que, associada a um modo-de-produção explícita, em grande medida, em que termos dá-se a transmissão, de forma contínua e associada, das instituições portuguesas para sua colônia.

A descoberta do Brasil enquadra-se no grande programa marítimo e comercial inaugurado pela viagem de Vasco da Gama; a colonização da vasta terra americana afastou-se, porém, das normas comerciais e burguesas do primeiro século do imperialismo português para reviver os métodos de como que autocolonização aristocrática e agrária, aplicados no próprio Portugal ao território reconquistado aos mouros. (FREYRE, 2000, p. 263).

Esta revivescência provém de um passado semi-aristocrático português, sufocado pelo burguesismo da geração de homens práticos ligados às navegações, mas que, encontrando condições tais como a grande extensão de terras e a força de trabalho escravo, poderá assim associar-se a uma perspectiva de sociedade com valores que em solo português não poderiam ser desenvolvidos, seja pelas características mais burguesas da monarquia lusitana, seja pelas condições materiais ligadas à pobreza da agricultura do país.

Gilberto Freyre afirma, de forma tácita, que o patriarcalismo é o elemento fundamental que explicaria, em última análise, a coesão política do mundo português, o que muitos dos estudiosos de sua obra percebem⁹. O que o autor prescinde de fazer é associar esse patriarcalismo como elemento intrinsecamente articulado pelo sistema escravista, porque certamente estranho ao seu modelo de análise causalmente mais plural do que o de Gorender, na medida em que os dois fenômenos possuiriam interdependência.

⁹ Cf. por ex.: Elide Rugai Bastos (1986) e Jesse Souza (2000).

O patriarcalismo não é o elemento que faz com que portugueses revivam o escravismo nos seus domínios, muito embora esse patriarcalismo molde este escravismo em feições mais domésticas. Tampouco o escravismo será o único suporte para as relações tradicionais que são erigidas, sempre entre pólos extremos de poder, tendo o senhor e seu mandonismo excessivos em um dos lados e, do outro, o povo, egresso dessas relações de mando excessivo provindo dos senhores, alimentando formas messiânicas e transcendentais de se posicionar socialmente. (FREYRE, 2000, p. 123). Portanto, o entrelace dos dois temas na obra de Freyre oscila bastante nessa circularidade causal.

Assim, a observação atenta das principais obras de Gilberto Freyre leva-nos a perceber que o autor constituiu no interior de sua explicação sobre a formação de Portugal e, depois, do Brasil, uma teoria do patriarcalismo bastante original, ainda que haja nela uma vinculação claramente identificável com a teorização de Max Weber sobre o assunto, presente em *Economia e Sociedade*. (Cf. WEBER, 1991b, p. 234).

É que já em *Casa-grande & Senzala* estão estabelecidas de maneira explícita o conjunto de características que, reunidas, só podem ser interpretadas como típicas de uma sociedade patriarcal: vida rural isolada, com soberania política no seu interior, precária divisão social do trabalho, o que leva o senhor a desenvolver um poder ilimitado, arbitrário e sem compromisso com regras.

Dos seus estudos sobre a sociedade patriarcal, a que o autor identifica como complexo trans-regional unido no Nordeste açucareiro como forma portuguesa de se erigir uma sociedade, o autor posiciona com exatidão, em *Sobrados e mucambos*, em face das muitas críticas recebidas em *Casa-grande*, que levantar aspectos que contradigam esse patriarcalismo é resvalar no “erro de confundir a forma sociológica com o conteúdo etnográfico, etnológico, étnico, econômico ou geográfico” (FREYRE, 2004, p. 70) citando nominalmente como

críticos a que não teriam percebido o alcance de sua análise, Wilson Martins, Fernand Braudel, Sergio Milliet e Donald Pierson.

De tal modo o patriarcalismo teria organizado a vida brasileira e tal fenômeno é tão profundamente identificado com as raízes portuguesas, que não é outro o tema que atravessa toda a sua argumentação presente em *Sobrados e Mucambos* senão o de que o desmoronamento da sociedade patriarcal teria se iniciado exatamente na confluência da substituição da cultura e da formação predominantemente portuguesa do Brasil, por outras de feição mais inglesa e francesa, na medida em que o Brasil vai se expondo, economicamente, sobretudo, aos novos contatos a partir da vinda da Corte portuguesa em 1808.

É a partir dessa substituição de um “conteúdo etnográfico” de matriz predominantemente portuguesa que se vai alterar a “forma sociológica” profundamente patriarcal que organizara a sociedade brasileira até o momento da vinda da Corte, em 1808. Curiosamente, então, é quando da vinda da Corte portuguesa que o Brasil passa a tornar-se menos português, no que o ser português significava de medievalismo ultramontano e de ruralismo semi-feudal.

E tal se dá, exatamente, porque o contexto em que se encontrava a Corte portuguesa naquele momento era de um adiantado esforço de mudança, com vistas a acompanhar uma Europa cada vez mais burguesa e, portanto, buscando reconstituir a vida de Portugal em termos de uma nova organização que confluiria com o que Antônio Sérgio (1972) denomina de política de *fixação*, responsável pela economia interna da nação, que decaí em face da atenção hegemônica à política de *transportes* desde o século XV, segundo a consagrada análise dicotômica do ensaísta e filósofo português.

Assim, na obra de Gilberto Freyre as relações entre Portugal e Brasil têm, enfim, as pontas atadas: a Corte portuguesa procurava, desde o século XVIII reconstituir a vida da nação em bases mais *produtivas*, missão que só encontra êxito pleno no Brasil, porque foi

neste país que esteve preservada a capacidade portuguesa de se *fixar* à terra e, portanto, no momento mesmo de se buscar uma grande guinada no setor produtivo, a Corte se transmuda ao Brasil e, quando volta ao solo europeu, logo dá-se a independência deste. Ao longo do terceiro capítulo de *Casa-grande & Senzala*, Freyre faz uma defesa bastante minuciosa da capacidade portuguesa de reconstituir-se como povo agrícola quando se estabelece nos trópicos, mas, mantendo restrições quando analisada a condição do homem português na Europa.

O contexto econômico e político a que se segue em Portugal, depois da Independência do Brasil (1822), é matéria pouco debatida nos estudos sobre o Brasil¹⁰. Tal contexto, no entanto, revela, por contraste com o Brasil, o significado do que Gilberto Freyre entende ser a cultura política portuguesa desenvolvida nos últimos séculos, em atenção estrita a uma política de transportes e de comércio por parte de Portugal, coube ao Brasil, como já dito, uma política de fixação, plenamente desenvolvida e mais preparada para receber as reformas que desde Pombal se colocara como possibilidade ao longo do reinado de Dom José I (1750-1777), mas que é desenvolvida de forma mais decidida, mais uma vez segundo Antonio Sérgio (1972, p.126.) no reinado de Dona Maria (1777-1816), este último, em grande parte, representado pelo Regente Dom João VI.

Esse esforço de transformação que imantou a classe dirigente portuguesa nesse período é um ponto fundamental da retomada analítica feita em *Sobrados e Mucambos*, pois o Brasil que atravessa o século seguinte, isto é, o XIX, é o país que se desamarra do que o autor denomina em *Casa-grande e Senzala de forma sociológica patriarcal em um estilo semi-aristocrático* e, para tal, são as forças econômicas que desde a abertura dos portos por D. João VI (1808) que invadem o país com novas mercadorias, tecnologias, relações de trabalho e

¹⁰ A conjuntura política e econômica de Portugal é um tema pouco explorado pela historiografia brasileira. Evaldo Cabral de Melo (2003) chama a atenção para o fato, apontando que ela é extremamente útil para entender o desenvolvimento do Brasil no século XIX. “Este período já não desperta o interesse do leitor brasileiro, naturalmente voltado não para o pai [D. João VI de volta a Portugal] mas para o filho, o príncipe D. Pedro”.

promessas de ascensão social, que delineiam todo um campo novo de desenvolvimento que atinge em tal profundidade a vida social do país, que chega a haver mesmo uma mudança nas feições orientalizadas da Colônia para uma nova articulação claramente ocidental e que se vai amadurecendo num sentido cada vez mais burguês, ou seja, há uma clara mudança civilizatória na configuração social do país.

No bojo de todas essas transformações, Freyre (2004) enfatiza ainda que o movimento dava-se num amplo sentido civilizacional, tecnológico, nas relações sociais de produção, cada vez mais tendencialmente antiescravista e, finalmente, em um início de descolamento do eixo fundamental do país do norte para o sul, o que veio se acentuado até tornar-se um dado permanente da realidade brasileira:

Vinha-se desenvolvendo, assim, uma revolução ecológica, e não apenas tecnológica, com a transferência de capitais, de escravos para animais e, até certo ponto, para máquinas, ao lado do deslocamento de prestígio político do Norte açucareiro, e necessitado de escravos para a sua economia, ainda predominantemente açucareira e ortodoxamente patriarcal, para o sul cafeeiro, e menos patriarcal que comercial, em cuja economia agrária, seria mais fácil a substituição do escravo pelo colono europeu e, na urbana, a substituição do negro pela máquina também européia. (FREYRE, 2004, p. 687).

E é, precisamente, nessa “bifurcação” da história portuguesa entre o comércio, em grande parte marítimo, e a agricultura, que estaria o elemento fundamental para se compreender em que termos é possível explicar a continuidade da formação portuguesa no Brasil. O valor da agricultura em Portugal é tema caro à Freyre, que afirma que o português do século XVI era já um tipo mais voltado ao comércio do que à agricultura, que se resumia no cultivo de oliveiras e vinhas. Teria esse português preferido para o Brasil uma colonização como a das Índias, ligadas ao comércio, ou então como a colonização do Peru e do México, de extração mineral. Assim, as circunstâncias que determinaram, no Brasil, a sua ruralização. (Cf. FREYRE, 2000, p. 97). Freyre volta ao tema no mesmo livro, já com uma interpretação valorativa mais ácida, afirmando que

O mal vinha de raízes mais fundas. Do declínio da agricultura causado pelo desenvolvimento anormalíssimo do comércio marítimo. Do empobrecimento da terra depois de abandonada pelos mouros. Do parasitismo judeu. O fato é que os observadores da vida peninsular nos tempos modernos, depois das conquistas, dos descobrimentos, da expulsão dos mouros e dos mouriscos, é que só os mais insistentes em salientar a extrema parcimônia da alimentação portuguesa ou espanhola. (FREYRE, 2000, p. 300.)

Desse modo, o que foi pensado em Portugal num século XVIII já em ebulição econômica e num contexto de vasta especulação filosófica em toda a Europa e, talvez, da descoberta pelos portugueses do fantasma de sua própria decadência e dos males profundos que a contra-reforma lhes impingiu, só pode lograr realização no Brasil, pois era onde as condições concretas da economia e da produção permitiam, ou seja, onde havia abundância de terras para a monocultura e os escravos a quem explorar.

Assim, como já dito, a seqüência da história portuguesa após o contexto da Independência do Brasil é de obsessiva busca por uma nova matriz econômica que substituísse o Brasil, que tragicamente vem a ser o endividamento cada vez maior com os ingleses e ainda as divisas que a nova leva maciça de emigrantes portugueses no Brasil envia do Brasil ao seu país de origem.

Finalmente, a seqüência argumentativa da obra de Freyre sobre os portugueses revela, portanto, num primeiro momento, a sua capacidade de se recompor como povo agrícola, mas isto ocorre somente no ambiente colonial da América Portuguesa, tema recorrente de *Casa-grande & Senzala*, que será retomado em *Sobrados e mucambos* como sendo a base econômica fundamental para as transformações profundas que o autor identifica como o sentido geral da sociedade brasileira, já independente desde o início do século XIX, e que lhe moldará a face em termos mais urbanos, cosmopolita e ocidental que o do país colonial, fechado, orientalizado e fundamentalmente patriarcal que Dom João VI encontra em 1808 quando da vinda da Corte.

5.3 – Gilberto Freyre, historiador de Portugal

O contraponto estabelecido por Gilberto Freyre com a história de Portugal dá-se, naturalmente, com uma gama ampla de pensadores portugueses, de forma policrômica, abordando muitos temas em várias épocas. Desde Herculano e João Lucio de Azevedo, chegando a Antonio Sérgio e Jaime Cortesão. Desses autores, Freyre recupera temas clássicos da historiografia portuguesa, tais como o papel da questão religiosa na configuração da península ibérica desde a reconquista, posicionando o papel de árabes e judeus como influência viva e determinante e, ainda, no papel que o combate a essas duas matrizes teve na unificação de Portugal e na sua expansão marítima, que Freyre entende de maneira conformativa com o papel que o comércio também teve.

A recapitulação do sentido da formação portuguesa - com interesse acurado nos conceitos que sinalizam o percurso geral de sua formação, recorrentemente postulados em torno da expansão e da decadência – segue a forma consagrada por Martius e por Varnhagen de uma abordagem a partir dos três povos formadores. No que Freyre inova substantivamente como historiador e sociólogo é, primeiro, em retirar preconceitos raciais da análise valorativa da contribuição de cada um desses povos, percebendo a real contribuição de cada um deles na formação do Brasil. No caso português esta contribuição é reafirmada em termos de uma positivação de Portugal como colonizador que soube mediar as relações com outros povos e dar vazão a um fluxo formador que resulta no que Freyre qualifica, em síntese, como a mais importante civilização moderna dos trópicos: o Brasil.

Para além dessa questão, do papel importante (e positivo) do colonizador português, há outra que diz respeito aos meandros da apreensão dos caracteres de origem portuguesa relacionadas às inovações metodológicas do autor.

Ao granjear ao africano um papel de co-colonizador do Brasil, e do índio como responsável por muitos elementos que tornaram possível aos outros dois povos se fixarem e se reproduzirem na Colônia, especialmente ligados à culinária e ao conhecimento da topografia, Freyre tinha consigo a noção de que os métodos historiográficos recorrentes, baseados fundamentalmente na escrita e seus documentos eclesiásticos e administrativos, bem como nas descrições e crônicas de viagens, não seriam suficientes para revelar-lhe, no exato valor, o papel e a contribuição de cada um dos povos. Seja por obra do “agrafismo” dos indo-americanos ou, ainda, pela heterogeneidade das etnias africanas que vieram ao Brasil.

Logo, a busca por “marcas” culturais que, ressignificadas, pudessem oferecer um dimensionamento desse papel, leva Freyre a postular a legitimidade - para além do registro escrito - de outros métodos disponíveis, tornados historiográficos pelo autor quando se lança ao campo de pesquisas que resulta em *Casa-grande & Senzala*. O autor passa a entender como marcas fundamentais e reveladoras de significados atividades tais como a alimentação e a culinária, que são partes de complexos culturais que incluíam ainda a vida sexual, a mentalidade, bem como as minúcias da vida privada e de família, dos costumes mais corriqueiros, como as brincadeiras de criança, as assombrações e os mitos¹¹.

Ao mudar a direção do seu olhar de pesquisador e pensador social das questões aparentes (e por que não dizer, superficiais) das caracterizações raciais e suas conexões com a pobreza, o subdesenvolvimento e o atraso, e voltar-se totalmente para o que seriam as marcas mais profundas de uma sociedade, hauridas através de longos processos de contatos, a um só tempo, conflituosos e de composições, Gilberto Freyre buscou um país que existia na realidade, mas não havia sido racionalizado e mesmo que parecessem formas sociais irracionais do ponto de vista científico então vigente, a racionalização dessa irracionalidade levaria a uma nova sociologia, capaz de diluir a aparente calcificação das culturas em seu

¹¹ O que é confluente também com a produção de Luis da Câmara Cascudo do mesmo período, que não revela, entretanto, o mesmo pendor conceitual e a teorização de Gilberto Freyre, mas que tampouco negligencia esses aspectos. (Cf. LIMA, 2009).

auto-discurso de fundação e mostrar que as conexões com o *outro* faz dele não mais o outro, mas uma parte constitutiva de si próprio.

Todos esses elementos da cultura são historicizados com o planejado sentido de rastrear, primeiro, as marcas deixadas pelo índio e pelo africano na civilização brasileira, mas Freyre engenhosamente se utiliza deles também para remontar o papel da civilização portuguesa no Brasil. O resultado é eloqüente, pois o Portugal que Freyre encontra é ele próprio também mais semita e mais arabesco quando repontou como o colonizador do Brasil, como se pode notar textualmente:

O que a cultura peninsular, no largo trecho em que se exerceu o domínio árabe ou mouro - ou onde se verificou a escravidão de cativos africanos, uma vez revezados os papéis de senhor e de escravo - guardou da cultura dos invasores é o que hoje mais diferencia e individualiza esta parte da Europa. Conservados em grande parte pelos vencidos a religião e o direito civil, nas demais esferas da vida econômica e social a influência, árabe em certos trechos, noutros moura, foi profunda e intensa. O grosso da população hispanio-romano-goda, excluída somente irredutível minoria refugiada em Astúrias, deixou-se impregnar nos seus gostos mais íntimos da influência árabe ou moura. Quando essa maioria acomodativa refluíu à Europa cristã, sob a forma de moçárabe, foi para constituir em Portugal o substrato mesmo da nacionalidade. Nacionalidade militar e politicamente fundada por outros, mas por eles fecundada pelo seu sangue e pelo seu suor até os dias gloriosos das navegações e conquistas. Quando aquela população socialmente móvel, mobilíssima mesmo, constituída econômica e socialmente, voltou à Europa cristã, foi trazendo consigo uma espessa camada de cultura e uma enérgica infusão de sangue mouro e negro que persistiriam até hoje no povo português e no seu caráter. Sangue e cultura que viriam ao Brasil; que explicam muito do que no brasileiro não é europeu, nem indígena, nem resultado do contato direto com a África negra através dos escravos. Que explicam o muito de mouro que persistiu na vida íntima do brasileiro através dos tempos coloniais. Que ainda hoje persiste até mesmo no tipo físico. (FREYRE, 2000, p. 274-5).

Assim, o português é desamarrado por Freyre dessa condição de “colonizador”, que teria uma vocação delimitada e um sentido quase que inteiramente voltado para os *interesses*, assumindo então o papel daquele que conduz, paralelamente, uma outra história. “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem”, como nas palavras de Marx do *18 brumário*. Ainda que Gilberto Freyre tenha o cuidado de expressar textualmente toda a

violência da escravidão, instituição introduzida em terras americanas pelos portugueses¹², e mesmo que não fiquem dúvidas sobre motivações comerciais associadas a um fervor religioso, o que leva a perseguições, genocídios e a um fechamento brutal da circulação de informações, de livros e de idéias, mesmo assim, Gilberto Freyre concede aos portugueses a mesma abertura de perspectivas teóricas novas que usara já nos primeiros capítulos de *Casa-Grande & Senzala* para índios e africanos.

Assim, para além dos grandes temas freyrianos, tais como o patriarcalismo e a escravidão, o autor cria suas pontes para transitar entre fenômenos sociais aparentemente diversos. Os “traços de cultura moral e material”, destaca Freyre, passando a dissertar sobre eles:

Debbané destaca um: a doçura no tratamento dos escravos que, na verdade, foram entre os brasileiros, tanto quanto entre os mouros, mais gente de casa do que besta de trabalho. Outro traço de influência moura que se pode identificar no Brasil: o ideal de mulher gorda e bonita de que tanto se impregnaram as gerações coloniais e do Império. Ainda outro: o gosto dos voluptuosos banhos de gamela ou de "canaoa"; o gosto da água corrente cantando nos jardins das casas-grandes. Burton surpreendeu no Brasil no século XIX várias reminiscências de costumes mouros. O sistema das crianças cantarem todas ao mesmo tempo suas lições de tabuada e de soletração recordou-lhe as escolas maometanas. E tendo viajado no interior de Minas e de São Paulo, ainda encontrou o hábito das mulheres irem à missa de mantilha, o rosto quase tapado, como o das mulheres árabes. Nos séculos XVI, XVII e XVIII os rebuços, e mantilhas predominam por todo o Brasil, dando às modas femininas um ar mais oriental que europeu. Os rebuços eram uma espécie de "dominós pretos", "mantilhas fúnebres em que se andam amortalhadas muitas das beldades portuguesas", como os descreveu Sebastião José Pedroso no seu Itinerário, referindo-se às mulheres do reino. (FREYRE, 2000, p. 284).

Gilberto Freyre continua o seu inventário falando de esteiras, tapetes, azulejos, telhas, bicas, chafarizes, como parte do que chama de “Diversos outros valores materiais; absorvidos da cultura moura ou árabe pelos portugueses, [que] transmitiram-se ao Brasil”. (Id.), e quase em tom definidor, postula, finalmente: “Devemos fixar outra influência moura sobre a vida e

¹² A abordagem do lado violento da colonização portuguesa no Brasil se evidencia a todo o momento no texto de *Casa-grande & Senzala*, mas a percepção clara desta posição crítica do autor, foi, durante décadas negligenciada por seus críticos, e o mérito de recuperar essa abordagem parece dever ser creditada ao texto de Hermano Vianna (2000) publicado por ocasião do centenário de Gilberto Freyre.

o caráter português: a da moral maometana sobre a moral cristã. Nenhum cristianismo mais humano e mais lírico do que o português” (Id. p. 287).

Deseuropeizante é a palavra que Freyre utiliza para definir o sentido da ação de judeus, convergindo com a dos mouros, sobre o caráter português. (Id. p. 289). Entretanto, as marcas materiais de sua ação foram certamente menores, porque sua atuação esteve circunscrita ao meio urbano e às atividades de comércio e às finanças. “Constituíram os judeus em Portugal em grande força e sutil influência pelo comércio, pela agiotagem, pelo exercício de altos cargos técnicos na administração” (Id. p. 291), portanto, em atividades fundamentais, mas que não deixaram marcas tão visíveis na cultura e na língua portuguesa, tão prontamente identificáveis quanto a dos mouros, muito embora tenham, como estes, se misturado aos cristãos pelas vias dos casamentos e como estes sido também influenciados “pelas ligações de sangue com a velha nobreza guerreira e territorial” (Id.) cabendo destaque, ainda, a sua marcada herança sobre a sociedade portuguesa dada “pela superioridade de sua cultura intelectual e científica. Especialmente a dos médicos – rivais poderosos dos padres na influência sobre as famílias e sobre os reis” (Id. 291).

É conhecida essa associação dos judeus às atividades financeiras. Max Weber (1968) trata deste tema em sua “História econômica geral” e Trevor-Roper também revisita a problematização do tema na obra de Sombart¹³. O sentido que ambos dão à atuação dos judeus durante o início da Idade Moderna é o da associação às atividades financeiras, de empréstimos a juros e de enriquecimento por essas vias. Weber chega a postular desde sempre a inexistência de uma classe judaica de agricultores. “O exercício da agricultura, na verdade era incompatível com os preceitos do seu rito”. (WEBER, 1968, p. 314).

Gilberto Freyre leva essas idéias a posições extrema e fala de “ancestral horror” dos israelitas à agricultura. (2000, p. 291), para depois compor num só quadro de referências

¹³ TREVOR-ROPER, 2007, p. 28.

sobre as motivações da decadência portuguesa, o “parasitismo judeu” (Id. p.300) não sem antes associar a expansão portuguesa graças aos impostos pagos por eles; “Na prosperidade dos judeus baseou-se o imperialismo português para expandir-se” (Id. 291).

O que parece um inventário fartamente documentado e amplamente utilizado em teorias sociológicas de grande influência, tal como na teorização de Max Weber, é retomado em suas minúcias em obra bastante crítica à leitura freiriana acerca da influência do judeu na nascente nação portuguesa. Trata-se do estudo feito por Maria Luiza Tucci Carneiro (2008), que, depois de posicionar diversas citações do autor, sendo algumas descontextualizadas, mostra passagens inteiras em que Gilberto Freyre tece comentários preconceituosos sobre os israelitas, no que Carneiro diz não saber ao certo se trata-se de preconceito cristão, no sentido do século XV e as conversões massivas de judeus à condição de cristãos-novos, ou se seria um anti-semitismo de recorte parecido ao nazi-fascista. Comenta a autora que depois da segunda guerra mundial *Casa-grande & senzala* teve sua publicação impedida na Alemanha por editores que consideraram o livro anti-semita e até racista de modo geral.

Em sua própria defesa, pois tomara conhecimento da recusa de editores alemães à sua obra nos anos 40, Freyre alega que se ele levantou uma massa imensa de características de diversos povos, inclusive de portugueses e espanhóis, mas também de ingleses, franceses e outros tantos, nem sempre de forma elogiosa, ao contrário, muitas vezes acidamente críticas, não haveria porque conceder aos judeus o benefício de não sofrerem críticas semelhantes, sendo que, depois desse comentário, emitido em nota de rodapé na edição de 1950 de *Casa-grande & Senzala*, o autor nunca mais volta ao tema.

Na argumentação de Carneiro, há inclusive uma tabela de expressões “anti-semitas” aparecidas em diversas obras do autor. Evidentemente que não há outra tabela pontuando trechos em que o autor se refere aos judeus em suas qualidades mais desenvolvidas, especialmente às ligadas ao cultivo intelectual e o modo como a cultura portuguesa entra em

declínio depois de sua expulsão. Aqui, evidentemente, a forma se sobrepõe ao conteúdo e o entendimento real do sentido da obra de Freyre fica prejudicada.

O fato de trazermos a tona esse tema é antes o de tentarmos posicionar o papel dos judeus para a formação de Portugal nessa corrente que revela um sentido deliberadamente político de *Casa-grande & senzala*, que é o de reabilitar - depois de movimentos racistas, anti-lusitanos, nativistas e também outros arianistas e apologistas do branqueamento - diversos povos que direta ou indiretamente influenciaram na formação da sociedade brasileira, por definição plástica e mestiça, tendo nesses aspectos de fluidez identitária um elemento positivo, e não condenatório como se supunha.

Da gama imensa de aspectos culturais que o autor traz ao primeiro plano, aqueles ligados à presença judaica na península ibérica são, sem dúvida, os menos carregados pelos dados referentes à cultura material, trazida, mantida e operada como força propulsora de novas relações sociais e elementos culturais e lingüísticos em Portugal e depois no Brasil. Afora o fato de o [suposto] bacharelismo e misticismo jurídico de portugueses serem tidos por Freyre como herança sefardita aos portugueses, o que sobra das relações entre esses dois povos é a vocação bastante desenvolvida pelos judeus de dominar técnicas modernas e prestigiosas como a medicina e também aquelas outras caracterizadas por serem muito rentáveis, de que são exemplo as atividades ligadas às finanças, que segundo Freyre teria sido – mais até que as diferenças religiosas – a principal motivação para sua expulsão da península no século XVI.

Um olhar retrospectivo trará ao primeiro plano tanto a tolerância religiosa dos tempos atuais, quanto o papel dos judeus na formação do capitalismo e da modernidade européia. Gilberto Freyre de fato não poderia analisar os séculos XV e XVI com outros valores senão aqueles do momento em que escrevia e tentando reconstituir, de forma hermenêutica, os valores do tempo histórico analisado, ou seja, os séculos XV e XVI. Se o vocabulário do autor

carrega-se de sentido pejorativo em relação aos judeus, há que se registrar e desse fato tirar não mais que as conclusões que lhe são possíveis: dentre todos os povos e suas culturas, os judeus são os que recebem uma caracterização mais ácida e desabonadora. Entretanto, bem medidos e pesados os elogios e críticas, os judeus saem de *Casa-grande e Senzala* com uma leitura ligeiramente favorável sobre si. Fundamentos importantes da modernidade européia lhes é granjeado por Gilberto Freyre e algo da decadência portuguesa é atribuída à sua ausência após sua expulsão da Península..

Não pode tornar-se um tabu, com suas severas restrições, o ato de apontar limitações e variações regressivas nos valores de uma cultura, desde que haja uma fundamentação histórica, do contrário o conhecimento sociológico do passado torna-se ininteligível e os fatos tornam-se sucessões laudatórias dos povos historiados. Uma das virtudes da melhor sociologia política praticada no Brasil foi tentar mostrar os fundamentos históricos e de interação com o ambiente que resultaram em tradições e instituições, algumas aperfeiçoadas e com grande potencial de acompanhar o quadro de valores da modernidade européia, outros incompatíveis com esta. Entretanto, a fugacidade da relativização de todos os processos sociais torna-se paralisante e algo das possibilidades de revisão histórica se perde, porque a permanente vigilância do presente absoluto rege também as leis do passado e, nessa inflexão valorativa, perdem-se as particularidades dos grandes movimentos históricos em suas continuidades e aperfeiçoamentos.

Nessa mesma linha, aparecem também outras críticas à sociologia freyriana, especialmente ao que seria uma visão limitada do autor em relação aos índios brasileiros (Cf. Prefácio de Darcy Ribeiro a *Casa-grande & Senzala*). E, finalmente, ainda que em *Casa-grande & senzala* e em continuação em *Sobrados e mucambos*, haja uma ponderação bem fundamentada do papel de cada matriz formadora do Brasil e os africanos recebam pela primeira vez na sociologia brasileira uma leitura matizada historicamente e depurada de

preconceitos raciais; os índios, de fato, são inferiorizados em relação a estes. Todavia, apesar disto, têm também reconhecido o seu papel fundamental na organização e sobrevivência da sociedade colonial. O que é possível notar conclusivamente é que se o povo português – com a abertura que alcança também o legado de mouros e judeus – é de algum modo também reabilitado frente à sua histórica caracterização como povo decadente frente aos outros povos europeus, o fato é que nesse período de sua produção sociológica Gilberto Freyre não demonstra pela sociedade portuguesa e sua herança no Brasil nenhum traço apologético. O que também concorre para fazer de sua obra desse período um libelo respeitável nas ciências sociais de seu tempo.

Entretanto, o desenvolvimento ulterior de suas teorias - como possibilidade de reprodução *indutiva* de traços históricos da sociedade portuguesa - primeiro, como ciência autônoma, a tropicologia, e daí em diante em possibilidades de composição de uma plataforma política com repercussão no que restou no século XX do Império Português, conduzido pela ditadura de António de Oliveira Salazar (1889-1970), é algo que recebe tanto nos países africanos quanto em Portugal uma saraivada de críticas.

Freyre postulava como característica mais profunda e comum a Portugal e Brasil a miscigenação. Quando pode, como no estudo *O mundo que o português criou*, de 1940, ele retoma o tema expondo-o de forma explícita:

Dá-se relevo à ação de Portugal no Brasil e procura-se esboçar a sua atividade nas demais áreas de colonização ou de influência lusitana, sem se deixar de salientar que a formação portuguesa do nosso país se fez, não dentro de uma rígida exclusividade de raça ou mesmo de cultura, mas por meio de constante interpenetração de valores culturais diversos e de abundante miscigenação. (FREYRE, 1940, p. 32).

Nesta obra, em que as teorias que amparam o *luso-tropicalismo* aparecem pela primeira vez, ele lança, sintomaticamente, em termos claros o que antes se percebia apenas nas entrelinhas: que esta miscigenação é um aspecto das aspirações democráticas de Portugal

e depois do Brasil, mas ponderando que “Democracia social, essencial, humana, quero dizer; pouco me importa a política” (FREYRE, 1940, p. 51).

Por essas vias argumentativas, a nova ciência do luso-tropicalismo propugna o meio como elemento conformador da cultura e esta como elemento formador de uma nova democracia, não política, mas predominante étnico-racial.

Em *O luso e o trópico*, escrito vinte anos depois, Freyre retoma o seu inventário difusionista tendo o homem português como centro, dessa vez com uma conotação mais explicitamente dirigida à finalidade de reafirmar o caráter plástico do português.

O próprio banho diário ou freqüente pode ser considerado um aspecto dessa influência. O uso do pijama, do chamado *slack*, da camisa hoje chamada desportiva por fora das calças – costume que os Portugueses adquiriram de orientais – é outro aspecto da mesma e saudável influência. No emprego do limão contra escorbuto parece que os Portugueses se anteciparam a outros europeus por inteligente assimilação árabe. Isto sem chovermos no molhado, recordando, com pormenores supérfluos para gente culta, outras e já conhecidas assimilações de valores e técnicas exóticas pela gente lusitana. (FREYRE, 1961, p. 35).

Essa temática trabalhada entre as décadas de 1940 e 1960 embora apareça como composição despreziosa, será conduzida a uma nova missão de purgar do povo português o lado mais funesto e atrasado de sua atuação como colonizador e, a partir de então, colocar no primeiro plano de análise uma suposta superioridade do povo português como colonizador de áreas de vegetação e clima tropicais. Somadas as inclinações históricas dos portugueses à miscigenação, demonstrada em *Casa-grade & Senzala*, estaria formada o arranjo fundamental para amparar uma plataforma neo-colonialista e incorporada de muito bom grado pelo Estado Novo português (1933-1974), que alça Freyre à condição de ideólogo do regime e o Brasil como exemplo máximo dessa idéia.

Logo, o que Freyre postula como valores mais profundos ligados à experiência histórica da colonização portuguesa do Brasil, é retomado não mais como história, mas como plataforma política do momento presente do pós-guerra, implicando numa resistência do Estado português em muitas frentes, combatendo a possibilidade de descolonização dos países

africanos sob seu governo. Assim, “O Brasil – que já emergia como referência nas Conferências ou na Exposição do Mundo Português – transforma-se a partir da década de 50 em uma imagem do futuro da colonização portuguesa em territórios tropicais” (THOMAZ, 1998, p. 88).

Patrícia Ferraz de Matos (2006) também enfatiza essa incorporação do Brasil ao ideário do Estado Novo português, chamando a atenção para o fato de que desde 1940, ano de comemorações em Portugal, com diversas celebrações evocativas da Fundação (1140) e da Restauração (1640) que redonda na Exposição do Mundo Português, o Brasil é o único país que monta um pavilhão, inaugurado por Vargas, de onde surge “Um Brasil do presente, apresentado como uma síntese luso-brasileira, não havendo referência ao elemento africano” (MATOS, 2006, p. 209). Essa presença do Brasil tinha, portanto, uma importância simbólica, pois “o sucesso da colonização do Brasil servia, de certa forma, como justificação da continuação do exercício colonialista português, ainda que noutros espaços” (Id.) conclui a autora¹⁴.

Se em *Casa-grande e Senzala* e em *Sobrados e mucambos* Freyre trata do passado, permite, a partir deles, uma nova teorização sobre a cultura portuguesa, conduzidas pelas fruições indutivas iniciadas pela ideologia salazarista, de onde são construídas amplas possibilidades de futuro para o Império Português. Na vida intelectual do Brasil houve clara distinção entre uma primeira fase mais sociológica da obra de Freyre, separando-a de sua instrumentalização ideológica a partir desse segundo momento iniciado em 1940 com a publicação de *O mundo que o português criou*. Em Portugal e suas colônias na África a obra de Freyre esteve, entretanto, mais identificada com esse ideário salazarista do que

¹⁴ Omar Ribeiro Thomaz (1998) refere ainda que “O Brasil surge aqui não apenas como uma criação bem-sucedida de Portugal: é uma *imagem forte*, a partir da qual Portugal procurará mostrar ao mundo a sua força, aquilo que está ainda em fase de criação, sobretudo nos territórios africanos. Se este elemento já aparece em algumas das conferências do encontro de Alta Cultura Colonial e na Exposição do Mundo Português, é a partir da década de 50, com o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, que o Brasil ganhará grande proeminência com relação aos destinos do Império” (Id. p. 100).

propriamente com as contribuições teóricas e metodológicas que traz. Fora do Brasil, também não se vinculou decididamente à reabilitação das presenças de africanos e portugueses na colonização do Brasil, o que tampouco é algo menor¹⁵.

Assim, é emblemática a leitura de Freyre em certo momento da vida intelectual dos países lusófonos da África. A socióloga angolana Maria da Conceição Neto posiciona bem a recepção dessa ampliação da teorização de Gilberto Freyre sobre a formação do Brasil para abrigar outras realidades afins, tocadas pelo colonizador português.

Em 1951, convidado por Salazar, Freyre viajou pelas colônias portuguesas e descreveu as suas impressões. A cegueira e incapacidade analítica do autor brasileiro em África, dificilmente explicáveis, causaram desilusão em muitos africanos e remeteram-no para a categoria de defensor do colonialismo português, alvo da crítica cerrada dos que por essa mesma época estavam já em oposição aberta ao regime colonial. (NETO, 1997, p 330).

Esse breve trecho remonta bem o “clima” criado por Freyre entre ativistas e intelectuais engajados no processo de descolonização da África e ganha força entre as décadas de 1960 e 1970. As leituras, portanto, em torno do passado português, transcende a história como disciplina acadêmica e passa a ser manejada como elemento vivo e com repercussões profundas no destino de sociedades inteiras que na África se confrontava com o *legado português*, tal como no Brasil, mas também com a *presença viva* do colonizador português ainda por lá, o que não ocorria no Brasil, porque este colonizador havia ficado no passado.

Segundo Patrícia Matos (2006), ao tratar da presença de autores brasileiros numa comunicação de um autor português¹⁶, ela conclui que “Isto prova, de certa forma, que existia

¹⁵ Ainda que se deva ressaltar as especificidades da intelectualidade cabo-verdiana, em seu grupo mais influente, ligado à Revista Claridade. O antropólogo João Vasconcelos (2004) ligado ao ICS- Universidade de Lisboa, problematizando alguns escritos do escritor cabo-verdiano Baltazar Lopes, especialmente um ensaio de 1947, conclui que “A teoria de Gilberto Freyre avançara em *Casa-grande & Senzala* para dar conta da formação da sociedade brasileira (e que nos seus livros posteriores viria a alargar-se ao universo mais vasto do ‘mundo que o português criou’ nos trópicos) foi recebida nas ilhas como uma teoria que parecia ter sido feita de propósito para falar de Cabo Verde. Alguns dos claridosos afoitaram-se até o ponto de considerarem que o país que aparecia retratado em *Casa-grande & Senzala* estava mais ali nas ilhas crioulas do que no Brasil, onde a mestiçagem e o esbatimento do preconceito racial não teriam atingido (ainda) tamanho avanço” (p. 174). E mesmo quando outro autor do mesmo grupo, Gabriel Mariano afirma a distinção de Cabo-verde por ter sido construído por mulatos e o Brasil pelos lusos, Vasconcelos reafirma a orientação Freyriana do postulado de Mariano, uma vez que para ele Freyre considera o povo português também mestiço, isto é indefinido entre Europa e África. (Id. p. 175)

uma circulação triangular de idéias entre Portugal, a Europa e as Américas” (Id. p. 78), mas havia também o que Villaverde Cabral (1980) chama de *encasulamento* do pensamento português, que sob as censuras do regime salazarista, “refugiou-se na erudição bacharelesca, no encantamento das Descobertas e nos desencanto da Decadência” (p. 265). É nesse clima, de circulação de idéias, mas de forte seletividade, que a obra de Gilberto Freyre desembarca num Portugal em que Boas e Malinowski ainda não haviam sido digeridos¹⁷, havendo, portanto, dentre as idéias que circulavam uma seletividade de recorte imperialista, em que as suas idéias sofrem desse filtro ideológico uma atitude utilitária, mas endossada pelo autor, estabelecendo um retalhamento profundo de sua perspectiva de análise, que volta-se decididamente para os aspectos da *plasticidade* do colonizador lusitano, indo ao encontro do esforço de sobrevivência do regime salazarista, bastante cambaleante depois da Segunda Guerra.

Como já dito, o papel de quase-ideólogo do regime de Salazar se reflete também na recepção de sua obra no continente africano, especialmente nos exercícios comparativos generalizantes das condições brasileiras para outros espaços, especialmente os da África:

O lusotropicalismo não quis explicar “a mestiçagem” das Antilhas, das ilhas africanas do Índico ou da colônia do Cabo (jamais colonizadas pelos portugueses); ele só quis analisar o que convinha à sua tese de fundo, que é indissociável da expansão portuguesa no mundo. E é na sua função de “ideologia” justificadora do colonialismo português tardio que ele será comentado neste texto. (NETO, 1997, p. 333)

No isolamento internacional e no congelamento da vida intelectual de Portugal, a obra de Gilberto Freyre ganha um lugar de destaque, se pensada nos marcos teóricos de sua produção dos anos 30, e continua aceita no seu desenvolvimento posterior.

¹⁶ Trata-se de J. Alves Correia e a comunicação feita no ano de 1940.

¹⁷ “Somos tentados, de facto, a dizer que em Portugal as idéias do outro lado do oceano – de Boas e de outros representantes da antropologia americana, assim como as de Malinowski (1884-1942) um dos primeiro antropólogos a utilizarem um diário de campo, que representavam, em parte, a antropologia social britânica - não se fizeram sentir e que o país estava isolado relativamente às idéias da época, que valorizavam essencialmente os aspectos sociais e culturais dos homens” (MATOS, 2006, p. 141)

Teve também um lugar de destaque positivo entre intelectuais africanos, sendo festejado vivamente num primeiro momento, mas objeto de decepção quando se acompanha o seu desenvolvimento posterior como referência contrária ao momento de luta antiimperialista, passando a receber restrições cada vez maiores nas colônias africanas.

Assim, o “mundo português” se vê cindido entre ideologias distintas e, como sustentamos até aqui, sai de cena o esforço de análise racional da formação social do Brasil em todas as suas motivações causais, e há uma modificação substantiva de pressupostos, atendendo a uma finalidade definida de influenciar os acontecimentos do momento presente.

Por isso, é possível concluir que a obra de Gilberto Freyre é parte de um grande esforço intelectual de erigir uma disciplina, a sociologia, e de renovar através dela o entendimento da história do país. A mudança que sofre a partir de certo momento é uma virada conceitual de grandes proporções, mas que não compromete o seu esforço inicial. Essa virada é notada na sua apreciação do elemento central do qual vimos ocupando os esforços até aqui, que é a história da presença do povo português e suas representações na obra de um grupo definido de autores brasileiros ocupados em pensar e problematizar o Brasil.

O alcance internacional que a obra de Gilberto Freyre atinge é um fato novo da vida intelectual do Brasil. A resposta que o autor dá às demandas que sua obra suscita, também. A partir de então podemos asseverar que a sociologia brasileira fecha um capítulo, o da discussão exaustiva do seu antecedente mais marcante, o português, e segue sua vida por outros caminhos e menos voltada para o passado, o que é também um momento especial de nossa história intelectual que também merece ser estudado.

Conclusão

A matriz disciplinar a partir da qual é possível compreender as experiências que convergiram na formação do Brasil liga-se fundamentalmente à história da Península Ibérica, repontando a sua multiplicidade de origens e experiências que culminam em seu momento máximo de glórias que é a conjuntura em que se organiza a expansão marítima, motivação que traz os ibéricos ao espaço em que hoje existem nações modernas, com Estados constituídos e com identidades bem definidas. Região conhecida como América Latina, mas que bem poderia ser Ibero-América.

Essa centralidade de Portugal e Espanha na configuração de um *universo cultural ibérico*, e dessa *iberidade* (CHACON, 2005, p. 155) como fator determinante de tantas culturas espalhadas pelo mundo, através da língua, das instituições e da cultura política, do folclore e da literatura, faz desses dois países e de sua história o ponto de partida para se investigar o conjunto de relações que determinou a que países como o Brasil viessem a existir e tivessem os fundamentos de organização que ostentam ainda hoje.

Assim sendo, a Península Ibérica e, especialmente Portugal, por um lado, e as demandas do desenvolvimento e das definições das questões cruciais da nacionalidade por outro, formam temáticas de grande relevância, da qual se ocupou autores importantes do que é hoje conhecido como o *pensamento social brasileiro*. Habitou-se, nessa tradição de estudos, a perscrutar, sempre a partir de pontos de vista novos, o que definiria o país e como ele poderia seguir seu caminho. Dito de outra forma, quais seriam as condições legadas pelo passado e quais as possibilidades de se romper com elas, configurando campos novos de atuação e de superação de atrasos e gargalos, de traumas do passado e de incongruências sociais profundas observadas como mazelas.

Portugal é, por isso, o antecedente mais evocado nas tentativas de síntese de significados da história do Brasil levadas adiante em tantos ensaios sociológicos, pensados nos quadros de valores do século XX e acompanhando o estado da arte das ciências sociais de modo geral.

Por um período de meio século essa temática foi fundamental e os autores brasileiros se dedicaram com afinco a entender a história portuguesa e o Brasil como parte dela. Não poderia ser diferente. Entretanto, o que se nota como resultado da rediscussão bibliográfica ora feita ao longo dessa tese é o saldo conceitual que a sociologia brasileira oferece ao entendimento do iberismo e, por contraste, do que se convencionou chamar de *ocidente*.

Uma revisão histórica de fôlego demonstraria que os dois mil anos que se antecedem ao desembarque dos primeiros portugueses em terras americanas forjou-lhes, por contatos e dominações diversas em todo o território ibérico, elementos civilizatórios de muitas matrizes, que eles trouxeram consigo para o continente americano como parte de sua morfologia.

Portanto, a genealogia dos povos ibéricos modernos traz da Civilização Greco-romana as línguas românicas e a religião cristã católica, o Direito e as instituições políticas. Adquirem da Civilização Árabe as modificações em sua língua original; influências decisivas na agricultura; a organização patriarcal do trabalho escravo; a cartografia e as navegações; e finalmente a tolerância religiosa¹⁸. Da civilização judaica, lhes provém o seu pendor para o capitalismo comercial e para as finanças; as inclinações científicas dos portugueses, especialmente na medicina, mas, junto com estas o bacharelismo e a cultura da ostentação literária um tanto vazia. Das civilizações visigóticas germânicas lhes advêm a continuação do cristianismo e suas formas góticas na arquitetura, o Código Civil, cabendo ressaltar, ainda,

¹⁸ Também é possível associar aos árabes desde os planos intelectuais mais altos ligados à helenização da Europa, através da filosofia de Avicena e de Averrois, mas também no cotidiano das atividades práticas e não menos importantes, o que forjou na língua portuguesa, como já dito, influências da língua árabe sempre naquelas palavras que definem profissões e instrumentos de trabalho, tais como alfaiate, alfarrabista, almoxarife, bem como a cultura do azeite, tão importante para os ibéricos ainda hoje e que foi introduzido na Península pelos homens do norte da África.

que é o encastelamento dos visigodos em Astúrias que capilariza as motivações cristãs para os movimentos de reconquista, mobilizando novamente a Península Ibérica nos movimentos da Europa ocidental e revivida em seus valores pelo renascimento italiano.

A partir deste breve sumário, é possível concluir que Portugal e Espanha lançam-se ao mundo no século XV num momento de síntese muito profunda de todas essas influências, muito embora o cimento de sua unidade particular fosse dada essencialmente pela religião e pela língua.

E são esses os elementos fundamentais que deram também o cimento às sociedades novas que seus interesses mercantis fundaram em tantas partes do mundo ao alcance de seus navios, de onde resultam, depois de séculos de contatos com outro ambiente, as sociedades novas, tais como a brasileira, que o tempo transforma de mero apêndice de suas metrópoles, pois o plano inicial era esse, em sociedades distintas, mas também herdeiras dos movimentos ibéricos pelo mundo.

Dessa profusão de elementos culturais desembarcados em terras americanas, há também muitos choques, que levam aos desvios e aos novos padrões, que é a matéria com a qual desde Montesquieu um intelectual deveria se ocupar, inventariando as interações da sociedade com o meio físico e sua extensão – extensão que é ressignificada como longas distâncias – que resultam no novo meio em uma descaracterização do Estado, aparentemente ausente, em seu lugar ocupando suas funções o poder privado. Extensões imensas que também lhe deram feição urbana apenas ao litoral, mas protegendo um imenso continente quase inexplorado.

Sem passar diretamente pela Península Ibérica, no meio social novo lhe chegam as influências das Civilizações subsaarianas, com elementos variados de cultura material, tais como a culinária, a música e os folguedos, que se amalgamam com os elementos Índio-americanos, de conhecedores profundos da terra, que lega à sociedade brasileira a medicina

tradicional, o conhecimento da terra, de sua topografia e de sua geografia, transmitida, em grande medida, através dos bandeirantes [um misto de ibéricos e de índios, convém lembrar], ao que se deve acrescentar a alimentação baseada na mandioca e o sono na rede de dormir, que foram elementos fundamentais para a sobrevivência em tempos tão rústicos. As condições físicas, ligadas ao clima, ao solo e aos recursos hídricos pressionam e selecionam essa gama de aspectos.

De modo aproximado, foi essa a matéria bruta com a qual os primeiros teóricos da moderna sociologia brasileira construíram suas análises, em alguns casos, com fortes resquícios também das “heranças” genéticas, mas, nessa última questão, foi também possível observar a sua lenta superação no escopo teórico da sociologia brasileira. Superação iniciada com Alberto Torres, mas com fortes recaídas de Oliveira Vianna, na postura já moderna de Gilberto Freyre e de Nestor Duarte, até que não restem mais sequer resíduos dela em Raymundo Faoro. Portanto, a cada nova geração de autores, menos o meio físico e a biologia intercediam em causalidades explicativas, dando lugar cada vez mais à história social e suas possibilidades de interpretação. Em síntese, há uma profunda transformação temática, na medida em que o meio físico aparece o tempo inteiro na obra de Oliveira Vianna escrita na década de 1910 e desaparece quase por completo da obra de Faoro da década de 1950.

Portanto, existem os dois caminhos de análise, dadas pelo entendimento das reproduções do mundo ibérico e, por outro lado, na reafirmação das matérias novas que não se sujeitaram aos padrões ibéricos, seja porque culturalmente resistiram de forma deliberada, ou ainda por que as condições objetivas impediram o florescimento dessas formas ibéricas, sejam elas as físicas a configurar uma nova forma de alimentação e de vestimenta, como as citadas, sejam as de fundamentação étnico-cultural de matrizes culturais distintas que se amalgamaram, em distintos níveis de gradação, em toda a história do Brasil e que tem como conseqüências últimas o que hoje pode ser afirmado como elementos originais da sociedade

brasileira, especialmente na música e no folclore e, por isso, já bastante distanciados do padrão do ibérico.

Ainda que hoje a sociedade brasileira possa ser analisada e interpretada em seus aspectos próprios e junto a uma tradição que já pode ser evocada como sendo sua, durante muito tempo não teria sido minimamente produtivo pensar nas origens fundamentais do Brasil sem confrontar-se com a temática das raízes ibéricas, seja para identificá-la, seja para negá-la. Assim, o primeiro plano sempre esteve ali, nas sociedades ibéricas.

O que surge como novidade radical na linha de interpretação que pensa as histórias cruzadas entre Brasil e Ibéria é uma forma de percepção muito aguda que entende que desde o princípio são as sociedades ibéricas multi-referenciadas em seus aspectos culturais, ainda que como dito, língua e religião tenha uma genealogia consagrada nas origens romanas. O que não se liga a esses fatores provêm fundamentalmente de outras matrizes, nas sucessivas ocupações a que a Ibéria esteve submetida.

Desse modo, se os *contatos* definem os ibéricos e dão-lhe o cosmopolitismo e a vanguarda na Europa durante pelo menos dois séculos (1400 a 1600), essa característica de abertura também chegou ao Brasil. Daí que seja comum encontrar elementos da cultura política brasileira que precedem qualquer inventário escrito e dão a impressão de elementos da antiguidade, mesmo em território socialmente novo, no sentido em que o conhecemos atualmente.

Por essa via de argumentação, se a matriz é ibérica, o que não parece ser ibérico e, portanto, surge como fato sociologicamente novo, são aqueles elementos que ligam-se a esse cosmopolitismo [inicialmente dos ibéricos], que fez circular aquisições de todos os continentes uns pelos outros. Desembarcando dos navios, juntamente com os homens, um tempo imemorial e mais as influências do “outro” que agarraram-se neles, como portadores inconscientes de um mundo desconhecido do qual passam a ser portadores. Essa temática está

mais presente na obra de Câmara Cascudo e dos folcloristas de modo geral e mereceria um alentado estudo desse difusionismo generalizado que tocou tão profundamente tantas sociedades, velhas e novas.

Mas, de algum modo, é temática presente na nossa sociologia e foi analisada nos quadros conceituais do século XX, diferentemente das distintas formas de romantismo e de nacionalismo que foi parte do receituário dos estados-nações de toda a Europa já no século XIX

Finalmente, a vida intelectual acompanha em alguma medida as demandas do seu tempo, mas influencia também o porvir e, nessa linha de desenvolvimento, a sociologia política brasileira e seu apego quase essencialista à temática do iberismo, é um capítulo que merece de tempos em tempo ser revisitado, revisto e trazido a tona novamente senão como *palavra final* dos processos que envolvem a cultura e a política, pelo menos como inspiração para o seu entendimento.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Montesquieu, a Política e a História**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquén de. **Guerra e paz: Casa Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. São Paulo: Editora 34, 1994

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Instituto Nacional do Livro, Editora Universidade de Brasília, 1985.

_____ **Constituição de Atenas**. São Paulo: Hucitec, 1985.b

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5ª Edição. São Paulo: Martins Fonte, 1999.

ARRIGHI, Giovanni **O longo século XX**. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Editora da Unesp, 1996.

AZEVEDO, João Lúcio de. **Épocas de Portugal econômico**. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947.

BASTIDE, Roger.; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: UNESCO/Anhembi, 1955.

BASTOS, Elide Rugai, **Gilberto Freyre e formação da sociedade brasileira**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1986.

_____ **Gilberto Freyre e o pensamento hispânico**. Bauru/SP: Edusc, 2003.

BIRNBAUM, Normam . “Interpretações conflitantes sobre a gênese do capitalismo: Marx e Weber. In: Gertz, René E. **Marx & Weber**. P.99-119. São Paulo: Hucitec, 1994.

BONFIM, Manuel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005

_____ **O Brasil nação: realidade da soberania brasileira**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

BOTELHO, André. “Sequências de uma sociologia política brasileira”. In: **Dados**. V.50 n.1 Rio de Janeiro, 2007.

BOUDON, Raymond & BORRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 2000.

BOXER, Charles R. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa, Edições 70, 1969.

BRAUDEL, Fernand. “Casa-grande & Senzala”. (*) Extraído de **Padroni eschiavi: la formazione della famiglia brasiliana in regime di economia patriarcale**. Turim: Einaudi, 1965. In: **Novos Estudos Cebrap**. Nº 56, São Paulo, Março de 2000. pp;13-15

CABRAL, Manuel Villaverde. “História e política nas Ciências Sociais Portuguesas, 1880-1980”. In: LAMOUNIER, Bolívar. **A ciência política nos anos 80**. Brasília: Ed; UNB, 1980.

_____ “A identidade nacional portuguesa: Conteúdo e Relevância. In: **Dados, Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. Vol. 46, nº 3, 2003. 513-533.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. “O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira”. IN: **DADOS**, vol 46, n. 1., 153-193. 1993.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 2.ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964.

_____ **O método crítico de Sílvio Romero**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Difel, 1962.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci.(Org.). **O Antisemitismo nas Américas. História e Memória**. São Paulo, Edusp, 2008.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental**. Brasília, Senado Federal, 2008. 4 v.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. **As idéias políticas e sociais de Alexandre Herculano**. 2.ed. Lisboa: Seara Nova, 1971.

CARVALHO, José Murilo. **Teatro de sombras: a política imperial**. RJ: Ed. UFRJ, 1996

CASCUDO, Luís da Câmara. **Mouros, franceses e Judeus**. São Paulo: Global Editora, 2001.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

CORTESÃO, Jaime, **Os fatores democráticos na Formação de Portugal**. Livros Horizonte. Lisboa, 1984. (1ª Ed. 1930)

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo, Edusp, 1997.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DURKHEIM, Émile. “As regras do método sociológico”. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____ “Como Montesquieu classifica as sociedades em tipos e espécies”. In: **O Pensamento Político Clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau**. In: QUIRINO, Célia Galvão e SOUZA, Maria Teresa Sadek de (org.) São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1980.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os *Outsiders***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

_____ **Introdução a Sociologia**. Lisboa: Martins Fontes, 1970.

_____ **O processo civilizacional**. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

_____ **Os alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

_____ **Os Donos do Poder**. São Paulo: Publifolha/Globo, 2000. 2 vol.

FARINHA, António D. “A Civilização Árabe na Obra de Herculano”, sep. de **Alexandre Herculano à Luz do Nosso Tempo**, Lisboa, Academia Portuguesa de História, pp. 323--340. 1977

FEBVRE, Lucien. “Brasil: terra de história”. (*) Extraído de **Maîtres et esclaves: la formation de la société brésilienne**. Traduzido por Roger Bastide. Paris: Gallimard, 1952. In: In: **Novos Estudos Cebrap**. Nº 56, São Paulo, Março de 2000. pp;16-25.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

_____ **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

FERREIRA, Nuno Estêvão, **A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade**, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, 258 p.inas.

FRAILE Guillermo, **Historia de la filosofía española desde la Ilustración**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1972.

FREYRE, Gilberto. **Social Life in Brazil in the middle of the 19th Century**. (tese apresentada em 1923 à Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade de Colúmbia, EUA).

_____ **O mundo que o português criou. Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas.** Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro: 1940. (com prefácio de Antonio Sérgio).

_____ **O luso e o trópico.** Lisboa: Comissão executiva das comemorações do V centenário da morte do infante D. Henrique. 1961.

_____ **Aventura e Rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e de acção.** Lisboa: Livros do Brasil, 1957.

FRIEIRO, Eduardo. **A ilusão literária.** Belo Horizonte: Paulo Bluhm Editora, 1941.

GALVÃO, Luís Alfredo. “Marxismo, imperialismo e nacionalismo”. In: **Debate & Crítica. Revista quadrimestral de Ciências Sociais.** Nº 6. São Paulo, Julho de 1975. PP. 21-48

GODINHO, Vitorino Magalhães, **Ensaio e estudos uma maneira de pensar.** Volume I. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2009. 2ª Ed.

GODINHO, Vitorino Magalhães. “Finanças públicas e estrutura do Estado”. IN: **Ensaio**, II. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1968.

GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. **História** [online]. 2005, vol.24, n.2, pp. 159-185. ISSN 0101-9074. doi: 10.1590/S0101-90742005000200007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil.** São Paulo, Editora 34, 2005.

GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. “História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação”. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** , Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

59702000000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 Ago 2008. doi: 10.1590/S0104-59702000000300008

HAMPATÉ-BÂ, Amadou. **Amakoullé, o menino fula**. São Paulo: Palas Athena/Casa das Áfricas, 2003.

HERCULANO, Alexandre . **História de Portugal**. Livraria Bertrand: Amadora, 1980.

HESPANHA, Antonio Manuel. **As vésperas de Leviathan: Instituições e poder político, Portugal, Sec. XVII**. Coimbra: Almedina, 1994.

_____”Depois do Leviathan”. In: **Almanack Braziliense**. Nº5. São Paulo, Maio de 2007

_____ **Poder e instituições da Europa do Antigo Regime**. LISBOA: Fundação Caloust Gulbenkian, 1985.

_____”As estruturas políticas em Portugal na época moderna” IN: TENGARRINHA, José (org.) **História de Portugal**, Ed. UNESP/EDUSC, 2001

HESPANHA, Antonio Manuel. **As Vésperas do Leviathan: Instituições e poder político. Portugal – sec. XVII**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

HOBBS, Thomas. “Leviatã”. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HUYLEBROUCK, Rosa, “Por que será que o neerlandês, ao contrário do português, não se tornou uma língua universal” **Revista da Faculdade de Letras**. Vol. 6, PP.151-169. 1989.

IANNI, Octavio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

JÁCOMO, António, **O Édipo Iberista, teoria assintótica do iberismo filosófico. Um paradigma da especificidade filosófica da Península Ibérica**. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2007.

JASMIN, Marcelo Gantus. **Racionalidade e história na teoria política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

KARDINER, A. “Os conceitos de personalidade básica” In: CARDOSO, F.H. E IANNI, O. (org.) **Homem e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.pp.103-122.

KNAUSS, Paulo. **No rascunho do Novo Mundo: os espaços e os personagens da França Antártica**. *História* [online]. 2008, vol.27, n.1, pp. 143-153

LAMOUNIER, Bolívar. “Pensamento político, institucionalização acadêmica e relação de dependência no Brasil” IN: **DADOS, Revista de Ciências Sociais**, Vol. 23, n^o 1, Rio de Janeiro, 1980, pp. 29-57.

LAZARTE, Roland. **Max Weber: ciência e valores**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. O município e o regime representativo no Brasil. 5^a edição.São Paulo: Alfa-omega. 1986.

LEITE, Dante Moreira. **Caráter nacional brasileiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

LEJEUNE, Anthony (Editor). **The Concise Dictionary Foreign Quotations**. London, Stacey London, 1998.

LEMOS, Fernando, e LEITE, Rui Moreira. **A missão portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo/Bauru: Ed. Unesp/Edusc, 2002.

LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil**. Brasília, Paralelo 15/Editora Universidade de Brasília, 1996

LÈVI-STRAUSS. “A noção de estrutura em etnologia”. In: **Os Pensadores**. SP: Abril Cultural, 1976.

LIMA, Luís Costa. **A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LIMA, Matheus Silveira. **Raízes do pensamento político de Nestor Duarte: um estudo da ordem privada**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2004.

_____ “Debatendo os conceitos de cultura e modernidade: história e conceitos no pensamento social brasileiro” IN: **Configurações** n. 3. P.s. 131-148. Ed. Campo das Letras: Minho, Portugal, 2007.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Os espaços administrativos na construção do Estado moderno em Portugal. A pretexto da Leiria no Século XVI.” IN: TENGARRINHA, José (ORG.) **A historiografia portuguesa, hoje**. Hucitec: São Paulo, 1999.

MARTINS, J. Pedro Oliveira. **Historia da Civilização ibérica**. Lisboa: Guimarães e Cia Editores, 1954. (1ª ed. 1879).

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. 6ª ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1991.

_____ **O Capital: Crítica da economia política**. Livro primeiro: O processo de Produção de Capital. Volume II. 17ª ed. Tradução de Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MATOS, Patrícia Ferraz. **As Cores do Império. Representações raciais no Império Colonial Português**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

MAURO, Frederic. **História Econômica Mundial (1790-1970)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MEINECKE, Fredrich, **El Historicismo y Su Genesis**. México, D.F.:Fondo de Cultura Económica, 1982.

MELO, Alfredo César. “Saudosismo e crítica social em *Casa grande & senzala*: a articulação de uma política da memória e de uma utopia”. In: **Estudos Avançados**. 23 (67), São Paulo, 2009

MELLO, Evado Cabral de. “*Reler o Abolicionismo*” In: **Um imenso Portugal: História e historiografia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MERLEAU-PONTY, Maurice. “*De Mauss a Claude Levi-Strauss*”. In: Os Pensadores. **SP: Abril Cultural, 1980**

MERQUIOR, José Guilherme. “O outro ocidente” IN:___ **Revista Presença, Política e cultura**. N° 15, São Paulo, 1990.

MONTESQUIEU, “O Espírito das Leis”. In: **Os Pensadores**. Abril Cultural, São Paulo, 1973.

_____ **Cartas Persas**. São Paulo: Paulicéia, 1991.

MORSE, Richard. **O Espelho de Próspero**. Trad. Paulo Neves. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____ **A volta de McLuhanaíma: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

NETO, Maria da Conceição. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”. In: **Lusotopie**, pp.327-359. 1997

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a República**. RJ: Paz e Terra. 1984.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: Hucitec, 1979.

PAIVA, Vanilda. “Oliveira Vianna: Nacionalismo ou Racismo?”. IN:___ **Encontros com a Civilização Brasileira**, n° 5, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Set. 1978. P. 127-156.

PASCOAES, Teixeira de. **A arte de ser português**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.

- PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.
- PEREIRA, Astrojildo. **Interpretações**. Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1944.
- PEREIRA, Miriam Halpern. “A política de emigração portuguesa (1850-1930)”. IN: TENGARRINHA, José (ORG.) **A historiografia portuguesa, hoje**. Hucitec: São Paulo, 1999.
- PETRUCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930). **Estudos Sociedade e agricultura**, n. 7, p. 134-149, 1996.
- PINHO, Wanderley. “A Bahia – 1808 -1856”, In: HOLANDA, S. B. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. II. O Brasil Monárquico.2 Dispersão e Unidade. S/D.
- PRADO, M.L.C. “O Brasil e a distante américa do sul” In: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/vrp/prado.pdf> . Acessado em 29 de Janeiro de 2009.
- PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- QUENTAL, Antero. **Causas da decadência dos povos peninsulares**. Ulmeiro, Lisboa, SD. 1ª ed 1871.
- _____”Considerações sobre a filosofia da História Portuguesa” In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. **Antero de Quental**. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1990. 1ªed. 1872.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. “A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. In: **Revolução de 1930, seminário internacional**. Brasília, UnB, 1983.
- RANGEL, Carlos. **Do bom selvagem ao bom revolucionário**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

REIS, Elisa. **Processos e escolhas: estudos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Contra-capa, 1998.

_____. Entrevista: situando a sociologia política. In: **Política & sociedade: revista de sociologia política**. PP- 11-35. N. 1. set/2002.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1999.

RICUPERO, Bernardo, FERREIRA, Gabriela Nunes. “Raymundio Faoro e as interpretações do Brasil”. **Perspectivas, Revista de Ciências Sociais**. V.28, p. 37-55. Universidade Estadual Paulista: São Paulo, 2005.

RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Ed. Unicamp: Campinas, 1991.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. **Antero de Quental**. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1990.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**, tomo II. Org. Luis Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago. Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2001.

SANTOS, Luís Antonio Castro, “O espírito de aldeia. Orgulho ferido e vaidade na trajetória intelectual de Gilberto Freyre”. In: **Novos Estudos Cebrap**. N°27, São Paulo, 1990. PP. 45-66.

SARDINHA, Antonio. “O território e a raça”. In: **A questão Ibérica**. (Vários Autores). Tipografia do Anuário Comercial. Lisboa, 1916.

SCHWARCZ, Lília. **O espetáculo das raças**. Cia das Letras: SP, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. “O espelho de Morse” IN: **Novos Estudos CEBRAP**, 22, outubro de 1988, pp 185-192.

SCHWARTZMAN, Simon. **São Paulo e o Estado Nacional**, DIFEL: SP, 1975.

SÉE, Henri, **Les Origines du Capitalisme Moderne**. Esquisse Historique, 3 ed., Paris: Armand Colin, 1936

SERGIO, Antonio. **Breve interpretação da História de Portugal**. Livraria Sá da Costa Editora: Lisboa, 1972. (1ªed. Espanha, 1929).

_____ **Ensaio**. Lisboa: Augusto Sá da Costa, Lisboa. 1980. 3ªed.

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. **São Paulo: Companhia da Letras, 1996**.

SOBRAL, José Manuel. "O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX e XX)". IN: **Análise social**. Vol. XXXIX (171) 2004. PP. 255-285.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: UNB, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. "O escravismo brasileiro nas redes de poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. **Estudos Histórico**. Rio de Janeiro. CPDOC-FGV, 2 (3), 1989.

_____ **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TENEMBAUM, Frank. "Sobrados e mucambos". (*) Extraído de **The mansions and the shanties: the making of modern Brazil**. Traduzido por Harriet de Onís. Nova York: Alfred A. Knopf, 1963. In: **Novos Estudos Cebrap**. Nº 56, São Paulo, Março de 2000. pp;39-42.

THOMAZ, Omar Ribeiro. "Do saber colonial ao luso-tropicalismo: 'raça' e 'nação' nas primeiras décadas do salazarismo", In: **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro, Fiocruz. 1998. PP. .85-106

TODOROV, T. **A Conquista da América – a Questão do Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1993

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

_____. **A organização nacional**. Companhia Editora Nacional. UNB. SP/ Brasília, 1982

TREVOR-ROPER, Hugh. **A Crise no século XVII. Religião, a reforma e mudança social**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

ULRICH, José Gomes. “Colonizações Ibéricas”. In: **A questão Ibérica**. (Vários Autores). Tipografia do Anuário Comercial. Lisboa, 1916.

VASCONCELOS, João. “Transição e precariedade em Cabo Verde”. In: CARVALHO, Clara. CABRAL, João de PINA (Org.) **A persistência da História: Passado e contemporaneidade em África**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

VIANNA, Francisco de Oliveira. **O idealismo da Constituição**. Rio de Janeiro: Edição de Terra de Sol, 1927.

_____. **Populações Meridionais do Brasil**. Populações Rurais do Centro-Sul. Paulistas-Fluminenses- Mineiros. 7ª Edição, 1º Volume. Belo Horizonte/ Niterói: Itatiaia/EDUFF, 1987. (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 107).

_____. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte/ Niterói: Itatiaia/EDUFF, 1987 b. (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 107/108).

VIANNA, Hermano. Equilíbrio de antagonismos. Caderno Mais! **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2000.

VIANNA, Luís Werneck. “Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos” IN:____ **A revolução passiva, iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: REVAN/IUPERJ, 1997.

VON MARTIUS, Carl Friedich Philipe “Como se deve escrever a história do Brasil”.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 6 (24), pp. 381-403. Rio de Janeiro,
1845.

WEBER, Max, **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo:
Pioneira, 1989

_____ **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília,
1999. 2 v.

_____ **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982